

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MATEUS PASTORI SILVEIRA MACHADO

**AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** apontamentos a partir dos ENPESS e CBAS entre 2016 e 2022.

Juiz de Fora  
2024

**MATEUS PASTORI SILVEIRA MACHADO**

**AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

**AMBIENTAL:** apontamentos a partir dos ENPESS e CBAS entre 2016 e 2022.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bruziguessi Bueno

Juiz de Fora  
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração  
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Machado, Mateus Pastori Silveira.

As Possibilidades de Atuação do Assistente Social na Educação  
Ambiental : apontamentos a partir dos ENPESS e CBAS entre 2016  
e 2022. / Mateus Pastori Silveira Machado. -- 2024.

121 f.

Orientador: Bruno Bruziguessi Bueno  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2024.

1. Educação Ambiental. 2. Trabalho Profissional do Serviço  
Social. 3. Questão Ambiental. 4. Dimensão Socioeducativa. I. Bueno,  
Bruno Bruziguessi, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

Discente	MATEUS PASTORI SILVEIRA MACHADO
Matrícula Discente	201768012
Título do TCC	AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	SERVIÇO SOCIAL
Orientador(a)	Dr Bruno Bruziguessi Bueno
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	11/10/2024
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra. Mônica Grossi Ma. Michelle Capuchinho

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 23 de setembro de 2024.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 11/10/2024, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1998598** e o código CRC **5C1FFE22**.

---



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: ( X ) presencial ( ) virtual ( ) híbrido

Ata da sessão ( X ) pública ( ) privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL , para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL, pelo(a) discente MATEUS PASTORI SILVEIRA MACHADO (matrícula 201768012), sob orientação da Prof.(a) Dr(ª) Bruno Bruziguessi Bueno e coorientação da Prof. ª) Dr(ª) \_\_\_\_\_, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de 2024 , às 10 horas, na sala 5 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dr.	Bruno Bruziguessi Bueno	Orientador
Dra	Mônica Grossi	Membro da banca
Ma	Michelle Capuchinho	Membro da Banca

\*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

### AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

( X ) APROVADO

( ) REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 90

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

#### INFORMAÇÕES

**Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.**

Juiz de Fora, 23 de setembro de 2024.

#### Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 11/10/2024, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 11/10/2024, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Professor(a)**, em 11/10/2024, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Pastori Silveira Machado, Usuário Externo**, em 11/10/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1998597** e o código CRC **AE8D837A**.

Dedico este trabalho a todos aqueles que se sentem um com a natureza. Somos água, somos terra, somos fogo, somos AR.

## **AGRADECIMENTOS**

Todos os ciclos tem fim, por mais longos que sejam. O presente trabalho representa a consolidação de uma jornada incrível de altos e baixos que foram essenciais para ser quem sou hoje. E eu tenho muito orgulho de quem me tornei. Em primeiro lugar não posso deixar de agradecer as tempestades da vida, pois elas sempre são seguidas de coisas boas, do cheiro de terra molhada, do sol reconfortante, da brisa fresca...

À minha mãe que me deu todo o apoio e amor durante toda minha vida e minha formação. Por todas as noites que cheguei quase à meia noite em casa depois de pegar duas conduções lotadas vindo da UFJF e encontrei seu carinho em casa. Sem você eu não teria chegado até aqui. O amor maior deste mundo sem dúvida é o amor de mãe. Te amo incondicionalmente.

Aos meus amigos que fizeram desta jornada algo incrível e onde encontrei pessoas para levar para a vida toda.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Bruziguesse Bueno por toda paciência nestes quase dois anos de processo para chegar até aqui. Todas as suas correções e avaliações foram essenciais para concluir este trabalho que tenho tanto orgulho. Muito obrigado.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Aparecida Grossi Rodrigues pelos grandes ensinamentos na área ambiental dentro do Serviço Social. Pela oportunidade de estar na sua oficina e a confiança depositada em mim para ajudá-la nas aulas. Por todos os livros super necessários emprestado a mim para realização deste trabalho. Muito obrigado.

À Prof<sup>a</sup> Michelle Neves Capuchinho por aceitar compor esta banca examinadora e pelas atividades desenvolvidas no Assentamento Denis Gonçalves.

À toda equipe do Serviço Social da Cesama por todo apoio nessa jornada de aprendizagem tão importante e rica.

Ao Jardim Botânico da UFJF como instituição que tanto orgulho de compor o primeiro grupo de educadores ambientais na sua inauguração.

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso parte dos fundamentos do Serviço Social, com ênfase em sua dimensão socioeducativa, para embasar a prática profissional dos assistentes sociais na área de educação ambiental. O objetivo foi compreender as experiências profissionais e acadêmicas da categoria nesse campo. A pesquisa se baseou em relatos de experiências profissionais e na construção teórica sobre a atuação do Serviço Social em áreas de educação ambiental. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) entre 2016 e 2022. Constatou-se que os assistentes sociais podem desenvolver educação ambiental em diversos espaços sócio-ocupacionais e que há uma demanda crescente para sua atuação direta na área ambiental. Identificou-se também uma forte aproximação da categoria com a educação ambiental crítica, que entre outras coisas, questiona o modo de produção capitalista como caminho para superar a crise ambiental.

**Palavras Chaves:** Educação Ambiental; Trabalho Profissional; Dimensão Socioeducativa.

## **ABSTRACT**

This course conclusion paper draws on the principles of Social Work, with a focus on its socio-educational dimension, to support the professional practice of social workers in the field of environmental education. The aim was to understand the professional and academic experiences of social workers in this area. The research was based on accounts of professional experiences and theoretical developments regarding the role of Social Work in environmental education. To achieve this, a bibliographic review was conducted using the proceedings of the National Meeting of Social Work Researchers (ENPESS) and the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) from 2016 to 2022. The findings suggest that social workers can contribute to environmental education across various socio-occupational settings, and there is an increasing demand for their direct involvement in environmental issues. The study also identified a strong alignment between social workers and critical environmental education, which, among other things, challenges the capitalist way of production as a solution to the environmental crisis.

**Keywords:** Environmental Education; Professional Work; Socio-Educational Dimension.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EA	Educação Ambiental
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E SUA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA.....</b>	<b>16</b>
1.1 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	16
1.2 DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....	32
<b>2. QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>43</b>
2.1 QUESTÃO SOCIAL.....	43
2.2 QUESTÃO AMBIENTAL.....	54
<b>3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>65</b>
3.1 CRONOGRAFIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	65
3.2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	70
3.3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	75
<b>4. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>82</b>
4.1 METODOLOGIA.....	82
4.2 COLETA DE DADOS.....	83
4.3 RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO PROFISSIONAL.....	86
4.4 TRABALHOS TEÓRICOS DA ÁREA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	95
4.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	101
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

Somente no Brasil, segundo dados do MapBiomas (*apud* Vieira, 2024), em 2022 aproximadamente 40.000km<sup>2</sup> de floresta amazônica foram devastados. A destruição ambiental foi agravada pelo estímulo ao garimpo ilegal pelo Governo Bolsonaro, que polui os rios com mercúrio, e pelas invasões de terras indígenas, que triplicaram entre 2019 e 2021. O desmatamento atingiu recordes em 2022, com 74 mil queimadas, um aumento de 51% em relação a 2021. No Cerrado, o desmatamento cresceu 34% em três anos, e em 2023, o bioma se tornou o mais desmatado do Brasil, representando 61% da vegetação suprimida no país, um aumento de 68% em relação ao ano anterior. No total, o Brasil perdeu 8,5 milhões de hectares de vegetação nativa nos últimos cinco anos, sendo a agropecuária responsável por 97% dessa expansão. Cientistas alertam que quase um quinto da floresta amazônica já foi destruída, aproximando-se de um ponto crítico que pode transformar a selva em savana.

Tudo isso acontece em um cenário internacional que segue falhando em firmar acordos que realmente tenham impactos nos dados do aquecimento global. Dados de 2024 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2024) alertam que o mundo não está cumprindo os objetivos de desenvolvimento sustentável firmados para 2030. Faltando 6 anos para o prazo final, menos de um quinto das metas caminham para conclusão sendo que quase todos os países do mundo são signatários do acordo. Vale lembrar que este acordo não envolve somente aspectos ambientais, mas também a erradicação da fome e, segundo o relatório, “mais 23 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza extrema e mais de 100 milhões de pessoas estavam sofrendo de fome em 2022 em comparação com 2019” (ONU, 2024 p.1). Acordos internacionais continuam tendo pouco ou nenhum poder de garantir que os países implementem as ações recomendadas nas suas leis nacionais para proteção do seu meio ambiente. Afonso (2006) destaca que acordos desse tipo tem problemas para transformar os princípios em leis nacionais, sua implementação e de manter a fiscalização internacional. Vários desses acordos foram formulados por textos genéricos, com poucos detalhes, permitindo interpretações e resultados diferentes.

Além do agravamento da questão ambiental mundialmente, outra motivação

desta pesquisa, que se propõe entender a atuação do(a) assistente social na educação ambiental, vem da experiência acadêmica do autor ao longo da sua formação. Seu primeiro ingresso na universidade foi no curso de geografia, onde estudou por um semestre letivo. Durante esse período de estudos, a disciplina de Climatologia chamou atenção por abrir um entendimento muito maior do meio ambiente, o relevo, a vegetação, os obstáculos naturais e os criados pelo homem no fluxo de ar da atmosfera e como isto impacta a vida e os biomas em todo o planeta, como uma rede interligada.

Por motivos pessoais e de preferências pela futura prática profissional, foi transferido para o curso de Serviço Social. Uma disciplina do primeiro período do novo curso lhe chamou atenção pelos elementos em debate comuns ao estudo geográfico, chamada Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais. A partir de então notou-se cada vez mais elementos em comum entre os dois cursos, mantendo o interesse do autor principalmente pela questão ambiental.

Em 2019 integrou a bolsa de extensão para implementação das ações de educação ambiental no Jardim Botânico da UFJF. O projeto político pedagógico do espaço é pautado na “ecologia dos saberes”, conceito definido pelo Jardim Botânico (UFJF, 2018, p.5) como:

Os saberes necessários às práticas de educação ambiental se dão no diálogo entre conhecimento científico e outros sistemas de conhecimento que também acumulam informações sobre a sociobiodiversidade, geralmente em situações de conflitos socioambientais e, portanto, voltados para a progressiva redução de desigualdades socioambientais.

Assim, os roteiros de educação disponíveis às escolas e grupos visitantes são pautados em outros sistemas de conhecimentos advindos de culturas de origem indígena e africana, culturas consideradas pela ciência eurocentrista como “menos desenvolvidas” e “tribais”. Tais culturas ajudaram e continuam a contribuir com a ciência moderna por meio de conhecimentos passados por via oral através de gerações. Essas culturas também abordam a natureza e o meio ambiente, de maneiras diferentes à ciência moderna, não somente religiosamente, mas pautando o equilíbrio, ou seja, a sustentabilidade entre as sociedades humanas e a natureza.

São abordadas também no cotidiano da educação ambiental no espaço, pautas de “justiça ambiental”, conceito definido pelo Jardim Botânico (UFJF, 2018, p.5), como:

Reconhece que as desigualdades sociais também assumem uma dimensão ambiental pelas desproporcionais ofertas de serviços e bens ambientais e, ainda, pela imposição de riscos ambientais às populações menos dotadas de reconhecimento, participação e de recursos financeiros e políticos. Nesse sentido, assume a “educação ambiental como práxis não neutra, mas ideológica, e como um ato político”.

Nessa experiência de dois anos foi fomentada a prática da educação ambiental como principal interesse do autor para a prática profissional do assistente social. Então, em 2020, ingressou no estágio profissional obrigatório na Companhia Municipal de Saneamento e Água de Juiz de Fora (CESAMA). Neste campo do Serviço Social na área socioambiental, entre outras coisas, a assistente social atua como responsável técnico da obra de despoluição do rio Paraibuna. Este projeto prevê ações socioeducativas que fomentem a educação ambiental, a conscientização e participação popular. Este trabalho ocorre por meio das frentes de educação ambiental, acompanhamento social da intervenção, mobilização e comunicação.

A educação ambiental é uma das principais ferramentas do Serviço Social na intervenção deste projeto. Uma vertente da educação ambiental pautada no pensamento crítico, nas reais necessidades de mudança do meio de produção para uma verdadeira sustentabilidade e na consciência da questão social atravessada pelas questões ambientais tanto no meio urbano, quanto no rural. Sabe-se que aqueles que não são atendidos pela Cesama hoje estão nas áreas mais pobres da cidade, assentamentos urbanos sem o planejamento e infraestrutura urbana necessária, uma população desassistida pelo saneamento básico.

Deste modo, a educação ambiental no exercício do aprendizado e acompanhamento profissional foi um dos elementos centrais e mais importantes da jornada do autor. Atualmente, o tema ganha centralidade no debate ambiental, principalmente tomando o aspecto crítico da educação ambiental como necessário à real efetividade das ações de conscientização coletiva.

O autor observa que a área de educação ambiental, principalmente dentro do meio acadêmico, é majoritariamente ocupada por profissionais das ciências biológicas. Busca-se, portanto, ao decorrer deste trabalho, avaliar as possibilidades de atuação do(a) assistente social, analisando o que a categoria vem construindo sobre o tema e suas experiências profissionais nesta área que, embora interdisciplinar, pouco explorada pelo Serviço Social.

O primeiro capítulo deste trabalho explora o serviço social como profissão,

seu surgimento e desenvolvimento. Há um foco em debater a sua dimensão socioeducativa, fundamental para entender a atuação profissional na educação ambiental.

O segundo capítulo aborda a questão social a partir da consolidação do sistema capitalista e suas expressões, relacionando-a à exploração da natureza. A crescente crise ambiental global e os movimentos de resistência a essa exploração desenfreada, formam a complexa questão ambiental.

No terceiro capítulo é feito uma cronografia para entender o surgimento da educação ambiental, suas diferentes concepções e subsequente o entendimento do serviço social sobre ela.

O último capítulo consiste da pesquisa bibliográfica com artigos dos principais congressos do Serviço Social brasileira, CBAS e ENPESS, do período de 2016-2022. Tal pesquisa foi realizada para traçar a realidade do trabalho profissional dos assistentes sociais na educação ambiental a partir dos seus relatos e da construção teórica levantada.

## 1. FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E SUA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA

Na busca dos objetivos desta pesquisa, torna-se essencial começar abordando o Serviço Social como profissão a partir de uma dimensão histórica e fundamentando o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Através do seu amadurecimento tanto em termos de teoria quanto de práticas de intervenção e, finalmente, se estabelecendo como uma profissão fundamental na formulação, gestão e execução das políticas sociais e nos processos de difusão ideológica e conscientização.

Nesse contexto, um dos aspectos mais importantes e estruturantes do Serviço Social é sua dimensão socioeducativa. Esta desempenha um papel fundamental na formação de um modo de pensar crítica junto às camadas populares. Compreender essa dimensão profissional é essencial para discutir a atuação do assistente social em áreas como a educação ambiental, onde a dimensão socioeducativa se manifesta de forma contundente.

### 1.1 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que surge na emergência e consolidação do capitalismo em sua fase monopolista enquanto necessidade do Estado e das classes dominantes em administrar, através da promoção da coerção e do consenso, as expressões da questão social (Iamamoto; Carvalho, 2008).

Desta forma a profissão surge em um período histórico determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas e suas relações de produção, no marco histórico do capitalismo, que possui suas contradições fundamentais de classe assentadas na exploração da classe trabalhadora pela burguesia e na expropriação da riqueza socialmente produzida.

É a partir do marco histórico do capitalismo que compreendemos a emergência da chamada questão social, caracterizada pela entrada dos trabalhadores no cenário político, enquanto classe organizada em torno de bandeiras de lutas, seja pela regulamentação do trabalho através de reformas legislativas, seja por formas de organização em torno da construção de uma nova forma de sociabilidade (Iamamoto; Carvalho, 2008), sobretudo através de partidos políticos e sindicatos enquanto instrumentos tradicionais de organização criados pela classe trabalhadora.

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeiam (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 30).

Dessa maneira, o Serviço Social participa do processo de reprodução das relações sociais constituídas na sociedade capitalista, por isso a necessidade de compreender o significado social da profissão, a partir de sua inserção na divisão social do trabalho, conformando-se como uma especialização do trabalho coletivo (Iamamoto; Carvalho, 2008).

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora*. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 94)

Insere-se através da requisição do Estado e das classes dominantes no processo de perpetuação das relações sociais capitalistas em contraponto ao processo de organização política da classe trabalhadora, através de sua funcionalidade dentro dos processos de reprodução das relações sociais capitalistas e da consolidação da ideologia dominante enquanto forma de legitimar o poder.

Tal processo implica, no desenvolvimento histórico, o acirramento da luta de classes e, consequentemente, das expressões da questão social. Isso leva à alteração das funcionalidades do Estado frente a estas expressões, que correspondam às necessidades das classes dominantes, levando a uma responsabilização pelas condições de reprodução da classe trabalhadora através dos serviços sociais oferecidos.

Diante do crescente processo de expropriação a que estão submetidos os trabalhadores no movimento de expansão do capital, sua pauperização tende a aumentar em relação ao crescimento acelerado do capital. Diante dessa lei da acumulação, o Estado em seu “papel de árbitro das relações de classe”, assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de zelar pela reprodução da força de trabalho, não só por meio de legislação específica - expressão muitas vezes de ganhos efetivos da classe operária - como pela prestação de serviços básicos de organismos estatais, para-estatais ou privados, regulados por intermédio de políticas sociais (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 99-100).

O Serviço Social, através de seus agentes profissionais, irá ocupar o local por excelência da mediação das contradições de classe no modo de produção capitalista, sua força de trabalho é demandada para estar na linha de frente dos serviços e políticas sociais. Passa a se inserir tanto no Estado quanto em empresas privadas onde será gestor e executor de políticas voltadas à população demandante.

Também se faz importante destacar a conformidade, instrumentalização e aliança entre as classes dominantes e a Igreja, já destituída do poder feudal, e os seus rebatimentos no surgimento do Serviço Social europeu. Não há a exclusão dos princípios religiosos da “cosmovisão cristã”, mas o seu aproveitamento enquanto instrumento de controle, enquadramento e coerção visando a continuidade da reprodução capitalista e seus instrumentos hegemônicos (Iamamoto; Carvalho, 2008).

Entretanto, não se reduz ao extremo oposto de representações meramente individuais. A ideologia vincula-se a classes sociais em luta pela hegemonia sobre o conjunto da sociedade. E aqueles que monopolizam a riqueza e o Estado são, também, dominantes na configuração do modo de pensar necessário à reprodução da sociedade. O modo capitalista de reproduzir e o de pensar são inseparáveis, e ambos se expressam no cotidiano da vida social. (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 109)

Conforme supracitado, é através dessa localização nos espaços sócio-ocupacionais que o Serviço Social e seus agentes profissionais se inserem na dinâmica das relações sociais capitalistas, dessa maneira sua força de trabalho é empregada parcialmente no sentido da continuidade de reprodução da classe trabalhadora.

O fazer profissional, contudo, não está ligado somente à execução técnica e operativa de políticas sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. O assistente social não é apenas um operador de políticas sociais, o seu trabalho possui caráter pedagógico, educativo e consequentemente político. Como destacado anteriormente, o profissional surge nas contradições de classe através da requisição do Estado, na consolidação do capitalismo, como uma profissão qualificada para intervir nas expressões da questão social, assumindo papel central na garantia tanto da reprodução material, quanto da reprodução ideológica das classes dominadas.

Sendo este, o agente central na reprodução social do capitalismo, atuando para mediar as relações de produção, gerenciar a questão social e legitimar as desigualdades inerentes ao sistema. Um agente ativo que surge para garantir a continuidade do modo de produção capitalista. Legitimando as relações sociais

capitalistas, fazendo com que elas pareçam naturais e inevitáveis através de todas as instituições (Iamamoto; Carvalho, 2008). Enquanto isso, as classes dominantes, seu modo de pensar e sua perspectiva de classe, seriam instrumentalizadas enquanto formas de controle, coerção e coesão da classe trabalhadora, perpetuando e garantindo também a perpetuação ideológica destas classes dominantes.

(...) O Serviço Social é considerado, portanto, como um instrumento auxiliar e subsidiário, ao lado de outros de maior eficácia política e mais ampla abrangência, na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente (Iamamoto; Carvalho, 2008, p.105).

O modo de produção capitalista se consolida essencialmente na contradição entre capital e trabalho, burguês e proletário, ou seja, na contradição entre as classes fundamentais. A condição de organização política dos trabalhadores também implica a sua organização e produção ideológica enquanto sujeito político que se projeta na arena das relações sociais capitalistas, possuindo interesses antagônicos aos da classe dominante, demandando do Estado respostas para além da repressão e criminalização de suas lutas e da própria classe (Iamamoto; Carvalho, 2008).

A institucionalização das atividades assistenciais a nível do Estado e a própria demanda de profissionais especializados para atuação nesse campo, expressa, de um lado, a ampliação e intensificação das tensões sociais que acompanham o desenvolvimento social e a necessidade de mobilizar recursos no sentido de atenuá-las ou preveni-las, controlando-as segundo parâmetros de racionalidade e eficiência (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 111).

O reconhecimento dos conflitos gerados pela dinâmica de acumulação capitalista não parte da benevolência do Estado, mas da própria ótica política burguesa de enquadramento da classe trabalhadora enquanto “classe perigosa” e a necessidade do seu controle para garantia da reprodução do capital. Através do Estado e das políticas de assistência social buscará a atenuação dos conflitos de classe, buscando através de um profissional qualificado a sua intervenção enquanto agente assalariado que possui em sua intervenção uma dimensão política e ideológica, enquadrando, analisando, fiscalizando e intervindo na pobreza dos trabalhadores (Iamamoto; Carvalho, 2008).

O consentimento é buscado através do enquadramento moral desses usuários por agentes requisitados do Estado para a intervenção na realidade, que

acaba levando à ações de culpabilização de indivíduos, grupos e famílias, que marca a própria reprodução da ideologia dominante enquanto mecanismo de ocultamento das relações antagônicas de classe e da própria representação de classe do Estado (Iamamoto; Carvalho, 2008).

O Serviço Social no Brasil irá se consolidar durante a Primeira República, nas décadas de 1920 e 1930 (Iamamoto; Carvalho, 2008), no cenário nacional de crescimento populacional do proletariado urbano nas grandes cidades e as tentativas do país de ingressar no cenário de industrialização e consolidação do capitalismo. Esse movimento não ocorre livre das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

(...) todos os métodos para a produção da mais-valia são simultaneamente métodos da acumulação e cada extensão da acumulação torna-se, inversamente, meio para o desenvolvimento daqueles métodos. Segue-se, portanto, que na medida em que capital se acumula, a situação do operário — seja qual for a sua paga, alta ou baixa — tem de piorar. Finalmente, a lei que mantém a sobrepopulação relativa, ou o exército industrial de reserva, sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação, solda o operário mais firmemente ao capital do que as cunhas de Hefesto [agrilhoavam] Prometeu ao rochedo. Ela condiciona uma acumulação de pobreza correspondente à acumulação de capital. A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, simultaneamente, acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravatura, ignorância, brutalidade e degradação moral no pólo oposto, é, do lado da classe que produz o seu próprio produto como capital (Marx, 1990, n.p)

As contradições próprias do desenvolvimento do capitalismo não são novas, como descritas por Marx (1990), são características gerais deste modo de produção e do seu desenvolvimento das forças produtivas. Porém, há de se ressaltar as particularidades históricas e sociais do Brasil enquanto um país de origem colonial, onde se empregou a utilização de força de trabalho escravizada no seu desenvolvimento histórico, levando à conformação de uma sociedade capitalista com traços específicos.

De forma sumária, essa particularidade do capitalismo brasileiro, conforme Netto (2017), reside na manutenção prolongada da escravidão, na conciliação entre modernidade e arcaísmo nas práticas de trabalho e na persistência de desigualdades estruturais que perpetuam a exploração e a exclusão social, mesmo após a abolição da escravidão. Isso mantém uma estrutura social altamente desigual e exploradora, marcada por heranças do período colonial.

As linhas de força que mais decisivamente contribuíram para perfilar esta particularidade são conhecidas: a construção, desde o período colonial e com assombrosa, todavia explicável, perdurabilidade, de um arcabouço de atividades econômicas básicas internas cujo eixo de gravitação era o mercado externo, o mercado mundial em emergência e, ulteriormente, em consolidação (Prado Jr., 1963, 1965); a ausência de uma nuclear e radical ruptura com o estatuto colonial (Fernandes, 1975); a constituição, no quadro posto pelas duas condições acima citadas e, sobretudo, pelas circunstâncias próprias dadas pelo imperialismo, de uma estrutura de classes em que à burguesia não restava fundamento político-econômico objetivo para promover quer a evicção do monopólio oligárquico da terra — uma vez que não tinha impulsões de raiz para confrontar-se com o latifúndio —, quer para realizar suas “clássicas” tarefas nacionais, posta a sua formação dependente e associada com os centros externos (Sodré, 1964; Fernandes, 1975); o caráter do desenvolvimento capitalista no país, atípico em relação à sua evolução euro-ocidental, muito precocemente engendrando o monopólio (Guimarães, 1963) e derivando numa experiência industrializante tardia (Chasin, 1978; Cardoso de Mello, 1986). (Netto, 2017. n.p)

Logo, a emergência da questão social no Brasil é fruto do desenvolvimento das forças produtivas no país e consequentemente da organização e da reivindicação política e econômica dos trabalhadores em partidos políticos e sindicatos, se posicionando enquanto coletividade em torno de pautas econômicas e políticas. Iamamoto e Carvalho (2008) destacam as mobilizações operárias e de trabalhadores nas primeiras décadas do século XX, marcadas por greves e por ampla mobilização, forçando o Estado e as classes dominantes a reconhecerem os problemas postos na ordem do desenvolvimento capitalista brasileiro e o pauperismo dos dominados e consequentemente formas de intervenção.

Se a legislação social visando o controle dos níveis de exploração da força de trabalho é fruto direto da organização e mobilização dos trabalhadores enquanto sujeitos políticos, o surgimento do Serviço Social brasileiro marca a resposta das classes dominantes e da Igreja às expressões da questão social, é nesse contexto que se originam as primeiras escolas de Serviço Social no país enquanto forma de intervenção nas expressões da questão social de forma racionalizada e técnica.

Destaca-se, conforme Iamamoto e Carvalho (2008), o surgimento do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, em 1932; a Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936; Escola Técnica de Serviço Social, em 1938; Curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, em 1940, e diversas outras iniciativas do Estado e da Igreja de especialização e formação de quadros profissionais enquanto necessidade para a intervenção nas expressões da questão social.

A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado. A visão da possibilidade de profissionalização do apostolado social é dado de forma sutil, na medida em que se encarece a necessidade de colaboradores para as obras particulares e se prevê a demanda de pessoal permanente para as instituições oficiais e patronais, reconhecendo nessas duas instâncias as únicas socialmente habilitadas a possibilitar esse empreendimento (Iamamoto; Carvalho, 2008, p. 184-185)

Estão dadas as condições para o surgimento do assistente social enquanto trabalhador assalariado.

O exercício profissional não foge a essas determinações sociais. O assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho — condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado — vende a sua força de trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente — o salário ou proventos —, que corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária. É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão do trabalho. (Iamamoto, 2015, p. 217-218)

Conforme Netto (2017), as primeiras escolas de Serviço Social datam da década de 1930 e ingressaram posteriormente no ambiente universitário, no período da autocracia burguesa<sup>1</sup>. Já após o período ditatorial, onde emergem as escolas de Serviço Social e a redemocratização do Estado brasileiro, disputas teóricas e políticas no seio da categoria profissional proporcionam diferentes formas de abordagem e interpretação da realidade material e concreta.

Se a doutrina social da Igreja não foi um impedimento para o surgimento e assimilação do Serviço Social na lógica do Estado, em busca de um agente profissional qualificado para atuar nas contradições de classe e expressões da questão social, a categoria profissional tentará qualificar a sua perspectiva teórica-metodológica, ética-política e técnica-operativa no decorrer de sua história.

---

<sup>1</sup> O período da autocracia burguesa no Brasil (1964-1985) refere-se ao regime civil-militar autoritário, caracterizado pela centralização do poder nas mãos das elites econômicas e militares. Durante essa fase, o Estado favoreceu o crescimento capitalista e a manutenção da ordem social desejada pela burguesia, enquanto reprimiu duramente a oposição política, restringiu as liberdades democráticas e aprofundou as desigualdades sociais (Netto, 2017).

É a partir da década de 1960 que o Serviço Social brasileiro apresentará discussões e controvérsias no decorrer do seu processo de renovação. Netto (2017, p. 136) afirma que ”(...) é inconteste que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava as polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas.”

O movimento de laicização da profissão foi um dos pontos fundamentais para a renovação do Serviço Social durante o período da autocracia burguesa, esse movimento é consequência do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de suas subsequentes relações.

É elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a emergência, notadamente a partir de meados da década de setenta, de elaborações teóricas referidas à profissão e de um significativo debate teórico-metodológico. Este elemento está *diretamente vinculado* à inserção profissional no circuito universitário: a pesquisa e a investigação que subjazem àquele debate seriam impensáveis sem as condições próprias do trabalho acadêmico. (Netto, 2017, p.137)

Para Netto (2017), esse processo ocorre com as possibilidades abertas através da inserção do Serviço Social no circuito acadêmico, integrando e incorporando padrões para pesquisa e fundamentação teórica da profissão nos marcos do ensino superior durante o período da autocracia burguesa.

Caracteriza-se, então, enquanto renovação:

(...) o conjunto das características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (Netto, 2017, p.138).

A consolidação do capitalismo monopolista brasileiro impõe ao Estado a requisição de assistentes sociais munidos de práticas fundamentadas e que sejam legitimadas cientificamente. Assim, o Estado altera a suas formas de gestão e intervenção, requerendo aos seus agentes profissionais legitimidade para atuar conforme os novos preceitos atualizados no molde do capitalismo monopolista brasileiro, atuando não só através da repressão e da caridade, mas também buscando o consenso através de políticas sociais (Iamamoto; Carvalho, 2008).

Sendo assim, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro ocorreu com a disputa essencialmente teórica e política entre as diferentes tendências e seus representantes: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (Netto, 2017). Define-se a perspectiva modernizadora como:

(...) nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais. Se, neste âmbito, constatam-se reiterações da tradição, registram-se avanços inequívocos com aportes extraídos do *back-ground* pertinente ao estrutural-funcionalismo norte-americano (Netto, 2017, p.158)

Estavam em disputa política no seio da categoria a retomada crescente de “ponderação de tendências católicas” que, conforme Netto (2017, p. 198), “alinhavam-se numa posição receptiva em face de projetos societários anticapitalistas e de parâmetros analíticos extraídos da tradição marxista” e de tendências “regressivas com o apelo ao antigo integralismo<sup>2</sup>” (Netto, 2017, p.197)

O lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora; (...), ela explorou particularmente o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional (Netto, 2017, p.197).

É no período da autocracia burguesa que ocorreu a disputa por hegemonia previamente estabelecida pela tendência de reatualização do conservadorismo. A tendência conservadora não foi extinta da profissão, fluxos e refluxos entre passado e construção de uma perspectiva de ruptura com o conservadorismo se confrontaram. O movimento conservador se reatualiza, reformando seus preceitos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político dando um novo verniz às suas orientações, formulações e direções (Netto, 2017).

Portanto, conforme Netto (2017, p.160), define-se o movimento de reatualização do conservadorismo da seguinte forma:

(...)Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclamava nova, repudiando, simultaneamente,

---

<sup>2</sup> O integralismo é uma corrente político-ideológica que surgiu no Brasil no início do século XX, fortemente inspirada por tendências conservadoras e autoritárias da Europa, como o fascismo italiano. Seu principal expoente foi o escritor e político Plínio Salgado, que fundou em 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB). O movimento integralista buscava uma fusão entre política e religião, e a moral católica era vista como a base da sociedade brasileira.

os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico de sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivistas.

Neste momento o trato às expressões da questão social ocorria no âmbito da individualização das contradições de classe na sociedade burguesa e através da sua moralização. Retira-se assim a responsabilidade do Estado e das classes dominantes sobre as condições de vida e trabalho que os trabalhadores cotidianamente estavam submetidos. Essa opção teórica e política condizente com a ideologia dominante mascara a realidade sob o véu da dominação ideológica e material da sociedade, enevoando a realidade (Iamamoto, 2015).

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 2006, p. 4).

Assim sendo, a vinculação do Serviço Social com as perspectivas teóricas hegemônicas durante o desenvolver histórico do Serviço Social brasileiro e as diferentes correntes teóricas demarcam também a própria auto-imagem da profissão e de seus agentes profissionais, norteando, conforme os organismos representativos da categoria, a prática profissional de acordo com as conjunturas nacional e internacional.

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam (Netto, 2006, p. 4-5).

É no advento da autocracia burguesa em que quadros da categoria profissional se aproximaram do marxismo dentro das universidades, adotando em grande parte das vezes uma leitura asséptica ou influenciada pelo positivismo durante esse processo. Há de se ressaltar que a repressão se intensificará com o Ato Institucional Nº 5, em 1968, com a prisão, tortura e assassinato de militantes e

opositores do regime civil-militar, dentre os perseguidos estavam os marxistas, comunistas e socialistas (Netto, 2017).

Esse movimento não ocorre apenas no Brasil, mas é decorrente da conjuntura internacional de contrarrevolução na América Latina, que levou à instauração de regimes ditoriais no continente; o cenário de Guerra Fria<sup>3</sup>, conflito entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, se acirrava, o capital internacional deveria responder às ameaças postas ao seu regime burguês e impedir que revoluções ocorressem em países chamados à época de “terceiro mundo”. Na América Latina houve experiências de guerrilhas armadas influenciadas por leituras marxistas popularizadas dentro do movimento comunista internacional de forma vulgar, destacando o Estado cubano<sup>4</sup> enquanto grande ameaça aos Estados Unidos na América Latina.

Se nos países centrais (oeste Europeu e Estados Unidos) a desmobilização dos trabalhadores se dava através da cooptação dos sindicatos e a instauração do Estado de Bem-Estar Social com ganhos significativos no período pré-neoliberal, nos países da periferia o que prevaleceu foi a repressão aos movimentos populares, dos movimentos anticoloniais e de libertação nacional através da violência do Estado com seu aparato de extermínio e perseguição, para garantir a continuidade da ordem burguesa e da acumulação de capital, aprofundando assim o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Netto (2017, p. 151) destaca, nos marcos do Serviço Social latino-americano, o movimento de reconceituação a partir de 1965:

A expressão desse processo erosivo que mais nos interessa (...) foi a que se explicitou na América Latina a partir de 1965 e que teve a sua curva ascendente por quase uma década — o chamado movimento de reconceptualização (ou reconceituação) do Serviço Social.

E destaca:

Com efeito, a reconceptualização está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960: a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação

<sup>3</sup> A Guerra Fria (1947-1991) foi um período de tensão e competição política, ideológica e militar entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). O conflito foi marcado por disputas de influência global, corrida armamentista e conflitos indiretos em várias partes do mundo.

<sup>4</sup> A Revolução Socialista de Cuba, liderada por Fidel Castro em 1959, instaurou um regime socialista na ilha, alinhado com a União Soviética. Isso foi visto como uma grande ameaça aos EUA, uma vez que os americanos temiam a expansão do comunismo no ocidente, desafiando a hegemonia americana e aumentando as tensões entre as superpotências em contexto de Guerra Fria.

dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) — e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso —, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. É este movimento, localizável praticamente em todos os países ao sul do Rio Grande, que permite uma espécie de grande união profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social (Netto, 2017, p. 152).

Para Netto (2017), o movimento de reconceituação e a ruptura com as bases conservadoras da profissão estão diretamente relacionados com a questão da interpretação e os esforços envolvidos para a superação do “subdesenvolvimento” na realidade latino-americana. O autoquestionamento dessa parcela da categoria sobre as formas de intervenção na realidade e seus resultados são impulsionadores do processo de ruptura, juntamente à conjuntura internacional e seus agentes políticos mobilizados na sociedade civil, sobretudo em movimentos populares, em busca de uma nova organização para a realidade dos países da América Latina.

O movimento se esgota, conforme Netto (2017), em 1975. São essas as bases do cenário internacional latino-americano do Serviço Social que influencia o movimento de “intenção de ruptura” no Serviço Social brasileiro, através do qual germinam as sementes para o atual cenário profissional e sua opção ética e política de fortalecimento da classe trabalhadora.

Será na crise da autocracia burguesa brasileira que a vanguarda da categoria irá alterar junto do conjunto profissional as bases conservadoras, adotando o pensamento marxiano em suas bases teóricas, alterando as formas de apreensão da realidade e a sua própria prática profissional.

A retomada e consagração da “intenção de ruptura” no Brasil ocorre no desenvolvimento da própria crise do regime civil-militar e a organização e luta das classes populares contra o próprio regime, influenciadas por fatores endógenos e exógenos do próprio sistema e acompanhando o cenário do capital internacional.

O Serviço Social enquanto uma categoria composta e construída por trabalhadores assalariados<sup>5</sup>, sujeitos sociais e políticos, não ficou alheio às

---

<sup>5</sup> O assistente social, como qualquer outro trabalhador assalariado, está submetido às condições impostas pelo mercado de trabalho, o que inclui a alienação, a exploração e a pressão por produtividade. Sendo parte da divisão social e técnica do trabalho, e a relação dessa posição com as contradições e tensões próprias do sistema capitalista (Iamamoto, 2015).

transformações e ao cenário político nacional e internacional, a disputa de projetos políticos dentro da profissão ocorre pela própria dinâmica da sociedade de classes no período de crise e erosão das bases da ditadura e a abertura do processo de redemocratização, que culminou na Assembleia Constituinte que levou à promulgação da Constituição Federal de 1988.

Eis por que, em seu último momento evolutivo, a autocracia burguesa é obrigada a combinar concessões e gestos tendentes à negociação com medidas repressivas. E nenhuma das duas modalidades, ou mesmo a combinação de ambas, conduziu o seu projeto de autorreforma ao êxito — a institucionalização geiselista foi de curto prazo, esboçoando-se no governo Figueiredo. Neste, a autocracia prossegue em seus intentos de autorreforma, sob a versão aberturista, mas a crise econômica que leva o país ao fundo do poço acentua os realinhamentos políticos — e já então, por força da ação do movimento operário e popular, que passa à ofensiva, deslocam-se do bloco de sustentação do regime até setores monopolistas. Culmina a crise da autocracia burguesa e a dominação burguesa é compelida a transitar por outros condutos (Netto, 2017, p. 44).

Não é o objetivo deste trabalho discutir a crise do regime autocrático, mas construir uma linha histórica que leve ao debate da ruptura do Serviço Social com suas bases conservadoras, para tal se faz necessário alguns resgates como o supracitado. Conforme Netto (2017), a crise econômica e o fim do chamado “milagre econômico”<sup>6</sup>, juntamente das mobilizações estudantis, operárias e populares foram pontos centrais da crise do final do regime.

Ressalta-se que o final da década de 1960 e o início da década de 1970 marcam um cenário de efervescência política e cultural nos países centrais em amplas mobilizações e protestos em torno de variadas pautas e reivindicações, enquanto no centro hegemônico os regimes de Estado de Bem-Estar Social permitiram a livre associação e organização política, a periferia do mundo se defrontava com os regimes ditatoriais, coloniais e imperialistas, isso não quer dizer que seus rebatimentos e influências não tenham chegado nessas partes.

Há todo um arco de razões a que se pode creditar o fenômeno, aliás imbricado numa série de outros similares — afinal, os anos 1960 foram marcados por alguns terremotos econômico-sociais, políticos e ideoculturais que vincaram indelevelmente a face da história, da sociedade e da cultura contemporâneas. A baliza de 1968, de Berkeley a Paris, de Praga à selva boliviana, do movimento nas fábricas do norte da Itália à ofensiva Tet no Vietnã, das passeatas do Rio de Janeiro às manifestações em

---

<sup>6</sup> Segundo Netto (2017), o “milagre econômico” foi amplamente propagandeado pelo regime civil-militar como uma prova da eficiência de sua política econômica, mas esse crescimento econômico ocorreu em um contexto de forte repressão política, censura e violação dos direitos humanos. Refere-se ao período de rápido crescimento econômico que ocorreu no Brasil entre os anos 1968 e 1973.

Berlim-Oeste, assinala uma crise de fundo da civilização de base urbano-industrial que se refrata em todas as esferas da ação e da reflexão (Netto, 2017, p. 149).

### Sobre os agentes profissionais:

Não podemos afirmar que os agentes profissionais, individualmente, não tenham sido influenciados pelo *ethos* peculiar à geração 68; o que estamos salientando é que a oposição ao moralismo, à família tradicional, à repressão sexual, aos costumes em geral, típica dessa geração, não aparece na literatura profissional ou em debates coletivos da época. Na medida em que essas questões estão relacionadas ao *ethos* tradicional do Serviço Social, entendemos que esse é um ponto a ser considerado, sobretudo porque a militância política não envolve necessariamente uma crítica à vida cotidiana; ao contrário, o que observamos em suas formas tradicionais é uma desconsideração de tais questões, tidas como “secundárias”, o que pode gerar novas formas de moralismo (Barroco, 2010, p. 103).

Conforme Barroco (2010), determinados debates dentro da categoria profissional só serão evidenciados posteriormente, o que estava na ordem do dia era a própria análise e estruturação dos rumos do Serviço Social e sua orientação política, teórica e metodológica. Os documentos que se destacam na ruptura com o conservadorismo serão construídos de forma endógena, dentro da própria auto reflexão do Serviço Social, enquanto elemento central dos esforços para as elaborações documentais, que configuraram a reorientação do corpo profissional.

O Método Belo Horizonte será fundamental durante esse processo, coordenado por professoras da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,

(...) foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele corou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (Netto, 2017, p. 259).

Não é o objetivo aqui descrever ou aprofundar sobre o Método BH, mas ressaltar os marcos que contribuem para a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “Os formuladores de Belo Horizonte expressam a base ideológica da sua projeção, rechaçando qualquer postura asséptica ou transclassista, ao definirem seus objeto e objetivos. Em princípio calçando a definição do objeto na requisição de uma análise da sociedade brasileira, consideram que o objeto da atuação profissional é ‘a ação social da classe oprimida’ (Análise histórica ..., p. 19). A ele sincronizam os objetivos profissionais: o objetivo-meta — ‘a transformação da sociedade e do homem’ — e os objetivos-meios — ‘a conscientização, a capacitação e a organização’ (idem, ibidem)” (Análise histórica ... p. 19 apud Netto, 2017, p. 260-261).

Já é explicitado no documento e ressaltado através da análise histórica de Netto (2017) as preocupações na transformação da sociedade e do ser humano, a ação social juntamente das classes oprimidas e a conscientização, capacitação e organização, não se exclui aqui as críticas tecidas pelo autor de simplificação ou vulgarização do debate e de categorias presentes no documento.

A expressão máxima do movimento ocorreu na manifestação da vanguarda profissional, em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Este evento representou o marco da organização política e sindical da categoria, que assumiu a dianteira da luta pela hegemonia do novo projeto ético-político e através disso retirarão a mesa composta pelos setores conservadores da profissão, substituindo por setores à esquerda dentro da categoria e organizados em sindicatos (Abramides; Cabral; 2009).

Esse movimento demonstra a disputa histórica dentro da categoria de projetos societários e projetos profissionais, tendo em 1979 o marco da construção de uma nova hegemonia dentro do Serviço Social, marcada pela análise da realidade em bases materiais, históricas e dialéticas, de acordo com a teoria marxiana e marxista e o voto de fortalecimento da classe trabalhadora.

A militância político-profissional alcança a sua maturidade, evidenciada na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão; os eventos nacionais, gradativamente revelam um contorno crítico e politizador (...) (Barroco, 2010, p.168).

Destaca-se, conforme Barroco (2010), os Códigos de Ética Profissional de 1986 e 1993, onde há o resgate da literatura marxista, antes interpretado de forma empobrecida, é reformulado e amadurecido. A lei que regulamenta a profissão, em 1993 (Lei 8662/1993). A proposta de Diretrizes Curriculares de 1996 e sua adoção em 1999.

Barroco (2010) destaca que o Código de Ética Profissional de 1986, com suas debilidades e limitações que não refletem os avanços políticos, teóricos e metodológicos acumulados pela categoria, assume o posicionamento explícito de compromisso com a classe trabalhadora. O código de ética de 1993 possui uma dimensão aprofundada e superou as debilidades presentes no documento anterior através do recurso à filosofia e a ontologia de Lukács (Barroco, 2010).

Dessa maneira, o Código de Ética Profissional de 1993 assume deliberadamente, através do Item III de seus Princípios Fundamentais, a “ampliação

e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 2011 p. 23) e institui enquanto dever, no Art. 13 item c: “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras” (CFESS, 2011 p.35).

O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos (...) (Iamamoto, 2015, p. 223).

Pode-se afirmar que o Serviço Social cumpre um papel pedagógico enquanto intelectual orgânico (Iamamoto, 2015), podendo representar os interesses da classe trabalhadora ou representar e perpetuar os interesses e as expressões ideológicas da classe dominante. Desenvolve-se, a partir deste resgate aos fundamentos da profissão, os seguintes elementos: a condição contraditória de seu surgimento e de seus agentes enquanto requisição do Estado e das classes dominantes para intervir na classe trabalhadora; a perpetuação dos interesses burgueses na sociedade de classes através da composição social dos primeiros agentes profissionais; o alastramento da base social através da expansão dos cursos de formação e das escolas de Serviço Social enquanto requisição do próprio Estado e das classes dominantes; as disputas ideológicas, políticas e a busca pela consolidação de uma validade científica e metodológica; a ruptura com as bases conservadoras; a construção de uma nova identidade profissional que representa a autoimagem dos agentes profissionais; o seu amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo através da aproximação da classe trabalhadora, movimentos sociais e populares.

É a partir deste resgate e do quadro geral do Serviço Social na contemporaneidade que se insere o debate da dimensão socioeducativa da profissão.

## 1.2 DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Como colocado no item anterior, durante a gênese da profissão, a prática profissional do assistente social tinha como objetivo o ajuste social dos indivíduos, baseando-se em uma lógica de doutrinamento e estando vinculada à Igreja Católica, com práticas educativas conservadoras. Assim, a dimensão socioeducativa da profissão se desenvolve transversalmente às demais dimensões do trabalho profissional. Com o processo de renovação crítica do Serviço Social, que atualiza suas bases técnicas e científicas, resulta no rompimento com o conservadorismo, alterando o direcionamento profissional (Ramos, 2023).

Essa dimensão constitutiva da profissão, também chamada de função pedagógica, adquire, após a ruptura com o conservadorismo, uma característica fundamental, o cunho emancipatório. Essa perspectiva nasce da aproximação teórica da profissão à teoria social de Marx (Ramos, 2023).

Ramos (2023) recorre à autora Marina Maciel Abreu para a compreensão dessa dimensão para entender as funções pedagógicas do Serviço Social no seu fazer profissional. Entende-se como pressuposto básico a definição que

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatisada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social (Abreu, 2016 *apud* Ramos, 2023, p. 108).

Assim, a função pedagógica pode agir diretamente através de práticas educativas na formação da cultura, entendida, na acepção gramsciana, como o “modo de pensar, agir e sentir” dos sujeitos sociais. Neste sentido, a formação cultural está atrelada à adequação às necessidades produtivas e ao padrão do trabalho sob a hegemonia de uma classe (Abreu; Cardoso, 2009 *apud* Ramos, 2023, p. 108).

Para Gramsci, como coloca Bezerra (2012), a cultura não é apenas o conhecimento acadêmico ou as manifestações artísticas, mas um conjunto mais amplo de práticas e valores que influenciam e moldam a sociedade.

Gramsci indica claramente sua concepção de cultura como uma “concepção da vida e do homem”, unitária e coletivamente defendida, capaz de gerar uma ética, um modo de viver, uma nova atitude face às contradições e aos enfrentamentos vivenciados pelas classes sociais enquanto fundamentais ao modo de produção capitalista. É neste sentido que para ele se constroem os elementos próprios do marxismo neste âmbito: lutar por uma nova cultura enquanto “novo humanismo”, capaz de criticar e superar criticamente costumes, sentimentos e concepções de mundo (Bezerra, 2012, p. 134).

Bezerra (2012) demonstra a concepção de hegemonia em Gramsci como a capacidade de direção cultural, política e ideológica que um grupo social exerce sobre os demais. Não apenas como domínio econômico ou político, mas também como a capacidade de uma classe de fazer com que suas ideias e valores sejam aceitos através do consenso, ou seja, da capacidade de convencimento do conjunto dos indivíduos da sociedade. Assim, a cultura desempenha um papel crucial na construção da hegemonia de uma classe na sociedade. A cultura é vista como um constante campo de batalha, onde diferentes classes sociais competem pela liderança ideológica e pela formação da consciência coletiva.

Na perspectiva de se formar um “bloco hegemônico”, ou seja, na medida em que a classe fundamental precisa se apoiar em grupos aliados para consolidar sua hegemonia, a “batalha das ideias”, o confronto cultural constrói uma frente indispensável (...). Em direção à conquista da hegemonia, a luta política é sempre um processo de convencimento, de busca de consenso, de alianças que se constroem em torno de um projeto societário que tem uma de suas bases fundamentais no elemento cultural (Bezerra, 2012, p. 136).

A função pedagógica do assistente social, considerando a conexão orgânica entre as relações pedagógicas e a construção de determinada hegemonia, é essencial para entender os diferentes perfis pedagógicos e seus direcionamentos. Abreu também destaca que, para as classes subalternas, a organização da cultura desempenha um papel crucial no processo de formação de uma consciência de classe, em oposição à hegemonia existente, e na construção da contra-hegemonia (Abreu, 2016 *apud* Ramos, 2023, p. 108). A contra-hegemonia entendida aqui como um movimento de disputa ideológica na sociedade capitalista, na luta de classes, buscando o rompimento da hegemonia da classe dominante burguesa, podendo levar a uma nova forma de sociabilidade (Ramos, 2023, notas de rodapé p. 108).

Neste contexto de embate entre classes sociais que se manifesta, no cotidiano do trabalho do assistente social e em inúmeros espaços sócio-ocupacionais, a função pedagógica da profissão, que encontra-se relacionada à difusão de ideologias no processo de organização da cultura (Abreu, 2016 *apud* Ramos, 2023, p. 109).

Assim, Abreu (*apud* Ramos, 2023, p. 9) apresenta três perfis pedagógicos do Serviço Social a partir de uma perspectiva histórica. A primeira delas, a “pedagogia da ajuda”, que teria se consolidado vinculada às ideias de reforma moral e reintegração social, caracterizando-se pela assistência psicossocial e baseada no “Serviço Social de Caso”, que foca no relacionamento interpessoal. A ajuda faz parte da profissão desde sua origem e, ao longo do tempo, foi se adaptando às exigências do capitalismo em relação ao mundo do trabalho.

A segunda seria a “pedagogia da participação”, que, por sua vez, foi característica dos anos de 1950/1970 como uma estratégia desenvolvimentista modernizadora, baseado no Desenvolvimento de Comunidade, uma abordagem do Serviço Social tradicional baseado na integração social.

Já a “pedagogia emancipatória” emergiu durante o movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, destacando-se como uma oposição ao projeto conservador dominante e promovendo estratégias de mobilização, capacitação e organização. Com isso, entende-se que essa perspectiva contribui para pensar as ações profissionais, incluindo as socioeducativas, que estejam comprometidas com os interesses da classe trabalhadora (Abreu, 2016 *apud* Ramos, 2023, p. 110).

Os dois primeiros perfis apresentados, a “pedagogia da ajuda” e a “pedagogia da participação”, ainda estão presentes na atualidade, apesar de questionados pela perspectiva marxista. Assim, podem ser identificadas em determinados direcionamentos e ações profissionais, embora com pouca expressão, visto o direcionamento ético-político do Serviço Social no sentido da emancipação dos sujeitos sociais (Ramos, 2023, p. 110).

A transformação dos dois perfis mencionados apontam para uma reconfiguração do trabalho tradicional do assistente social. Uma metamorfose que acontece em respostas aos desafios frente ao contexto capitalista no seu cotidiano

de trabalho, mas que reafirmam a visão emancipatória na dimensão pedagógica (Abreu, 2016 *apud* Ramos, 2023, p. 112).

Desta maneira, a dimensão pedagógica do trabalho do Serviço Social está relacionado à difusão de ideologias no processo de organização da cultura dos sujeitos usuários. De modo que no seu cotidiano profissional, enfrenta o embate das classes sociais nas suas várias expressões, em todos os espaços sócio-ocupacionais que atua (Mendes, 2013 *apud* Ramos 2023, p. 113).

Estendendo o conceito de ideologia em Gramsci, sob a ótica marxista, o termo é entendido como um conjunto de ideias, valores e propostas de ação compartilhadas por uma determinada classe ou grupo social, conforme se constitui como sujeito político (Bezerra, 2012, p. 131). Assim, se encontra objetivada na realidade concreta, sendo socialmente verdadeira a partir do momento que atinge de fato a vida dos sujeitos em sua concretude. Assim sendo, constitui-se como fundamental para a consolidação de uma nova hegemonia.

[...] determinada relação de hegemonia pode ser rompida em favor de uma nova, ou seja, de um novo bloco histórico. Ao apreender a dinâmica das instituições, do sistema de crenças e valores que, vistos separadamente, não passam de uma visão fragmentada do real, sem qualquer coerência, Gramsci propõe que estas questões constitutivas das relações de poder sejam trabalhadas e compreendidas como possibilidade para a formação de uma contra-hegemonia. A ideologia apresenta-se, pois, no pensamento gramsciano, como uma relação orgânica entre o pensado e o vivido, entre o conhecimento e a ação (Simionatto 1995, *apud* Ramos, 2023 p. 113).

Nesse contexto, Ramos (2023) ressalta que a criação de uma nova cultura representa um grande desafio, pois requer conscientização, mobilização e organização da classe trabalhadora para construir uma luta contra-hegemônica. Além disso, o capitalismo continuamente desenvolve mecanismos para manter sua condição hegemônica. Um exemplo disso é o processo de alienação presente na sociedade, que dificulta a compreensão real dos processos exploratórios existentes.

De acordo com Bezerra (2012), Gramsci retrata em seus estudos sobre a realidade italiana a distância histórica entre intelectuais e o povo. Ele reconhece, porém, que as classes subalternas têm sua própria cultura e modo de vida, que ele denomina de senso comum. Este senso comum é caracterizado por uma visão de mundo fragmentada, acrítica e pouco reflexiva, que mostra limitada ação e movimento dessa massa. Para Gramsci, o senso comum não é uma "mentira", mas

sim uma concepção incoerente e limitada da realidade, que leva sim a uma ação, embora fragmentada e muitas vezes inoperante. O autor acredita que a superação dessas limitações exige um "trabalho intelectual" que não deve ser restrito a um grupo seletivo de pessoas colocadas como "intelectualmente mais desenvolvidas", mas deve envolver aqueles que estão organicamente ligados ao contexto histórico das classes subalternas e comprometidos com sua emancipação. Colocando a organização da cultura como elemento fundamental nesse processo, onde permite reflexões críticas acerca da realidade.

Segundo o pensador sardo, a relação entre uma "filosofia superior", que coincide com o "bom senso" e o senso comum, só pode ser assegurada pela política, ou seja, a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, necessariamente, fatos políticos, no sentido de que se observa uma "luta de hegemonias" em torno da elaboração superior da própria concepção do real (Bezerra, 2012, p.144).

Bezerra (2012) mostra como Gramsci destaca a importância dos intelectuais orgânicos na luta ideológica e cultural, como mostrado acima na luta pela hegemonia na sociedade. Esses intelectuais, ligados às classes fundamentais típicas do modo de produção capitalista, têm o papel de direcionar essas classes para o autoconhecimento, organização e preparação para a luta política. Estes seriam responsáveis por fazer da cultura a "base para ações vitais", colocando em prática um projeto societário mais amplo que as classes subalternas buscaram.

As funções dos intelectuais orgânicos envolvem explicitar e elaborar cultural e filosoficamente a concepção de mundo que fundamenta as práticas econômicas e sociais da classe a que pertencem. Existe um movimento duplo entre os intelectuais e as massas: os intelectuais fornecem a organização cultural, enquanto as massas alimentam a reflexão dos intelectuais com suas lutas diárias, unindo teoria e prática em uma dialética (Bezerra, 2012).

Assim, os intelectuais orgânicos são um grupo heterogêneo que se forma dentro dos projetos das diversas classes sociais. Gramsci enfatiza a importância de manter esses intelectuais organicamente ligados aos problemas e projetos das "classes subalternas". O autor se preocupa com a elaboração cultural dessas classes, seu processo educativo e sua superação do momento econômico para o ético-político (Bezerra, 2012 p. 145-146).

O Serviço Social, como profissão, atende e lida com as manifestações da questão social. A profissão surge devido às lutas e mobilizações dos trabalhadores por melhores condições de vida. Desde sua origem, o Serviço Social enfrenta o dilema de ser requisitado, como trabalhador assalariado, pela classe dominante e garantir a reprodução social dos trabalhadores, potencializando a garantia de seus direitos. Os assistentes sociais trabalham com políticas sociais precárias e recursos limitados, mas, do ponto de vista de sua direção política, a profissão ao assumir uma posição de compromisso com a classe trabalhadora, busca uma sociedade mais justa, livre da exploração e baseada em relações sociais humanizadas (Jacinto, 2017, p. 81).

Como trabalhador assalariado, o assistente social também vivencia os mesmos desafios para sobrevivência dentro do sistema capitalista, atuando em um contexto de precarização dos seus espaços de trabalho, convive em sua luta diária essa tensão entre ser um trabalhador assalariado e, ao mesmo tempo, estar norteado por um projeto profissional que vai contra a corrente neoliberal atual (Jacinto, 2017, p. 81).

Ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o(a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz **dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos.** A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social. O trabalho do(a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico (Jacinto, 2017, p. 81. Grifo nosso).

Se hoje o assistente social tem por compromisso e atua no seu cotidiano pelos interesses da classe trabalhadora, seu trabalho é impulsionar uma reflexão crítica da realidade, de contribuir para o processo de elevação da consciência, de organizar a cultura, através da sua dimensão socioeducativa. Assim, é fundamental promover ações que fortaleçam a luta e a resistência da classe trabalhadora através de atividades socioeducativas que incentivem as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias maneiras de se posicionarem frente às condições sociais de vida e do senso comum em que estão socializados. Sendo assim, Jacinto (2017 p. 83) coloca que o assistente social pode cumprir a função de intelectual orgânico, “a função da construção de uma contra-hegemonia [que] está

na ação desenvolvida nos processos de formação de uma consciência crítica que supere o senso comum”.

O(A) assistente social, no desenvolvimento de seu trabalho cotidiano, pode contribuir com o estímulo à consciência crítica, com o desvelamento da realidade social, com a instrumentalização para a organização popular e o protagonismo dos sujeitos sociais. Neste sentido, o(a) assistente social pode configurar-se como intelectual orgânico às classes subalternas com as quais atua, apreendendo junto com as mesmas, estratégias para a conquista da contra-hegemonia, um processo que se faz e refaz em cada ação, em cada reflexão, em cada nova descoberta. É um processo educativo por excelência, uma vez que o conhecimento é construído no coletivo, através de uma nova leitura da realidade, de processos de reflexão, de engajamento político, no sentido da “grande política”, aquela em que se constroem coletivamente caminhos para outra sociedade verdadeiramente humana e possível (Jacinto, 2017, p. 84).

Mioto e Lima (2011) elaboram sobre as ações socioeducativas no paradigma crítico-dialético presente no projeto profissional do Serviço Social. Neste, a transformação é essencial na ação socioeducativa, pois não apenas transmite conhecimentos, mas também inicia um processo de conscientização crítica da realidade. Isso fortalece a autonomia dos indivíduos e sua organização em torno de necessidades comuns na esfera pública, ampliando a luta por direitos, com o objetivo final de alcançar a transformação social.

Ressaltando o significado de educar:

[...] significa incitar a criação ou fortalecer determinados aspectos da individualidade e da coletividade [...] [,] volta-se para a formação de um tipo de homem que [...] intenta a mudança sem a referência a um “padrão pré-fixado” e justificado a partir da “crença em uma natureza humana ideal” (PIRES, 2003 *apud* Mioto; Lima, 2011 p. 227).

Na prática profissional do Serviço Social não há um padrão ou modelo operacional de trabalho que por si só materializa o aspecto crítico da profissão. Contudo, os princípios norteadores da profissão e seus valores tem que estar presentes na forma de proceder do profissional, pois “a perspectiva dialética envolve simultânea e organicamente uma opção teórica e política, como também orientações operacionais relativas a procedimentos e instrumentos” (Mioto; Lima, 2011 p. 227-228).

Assim, as ações socioeducativas devem refletir a adesão e a articulação com as ideias, objetivos e propostas do projeto político da classe trabalhadora. Englobando as três dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e

técnico-operativa), concretizando-se pelo conhecimento e investigação da realidade socioeconômica e institucional; do planejamento e documentação do processo de trabalho; das abordagens escolhidas para os sujeitos-alvo da ação; e da definição dos instrumentos técnicos e outros recursos necessários para a execução da ação (Mioto; Lima, 2011 p. 228).

Tal movimento incide tanto na relação estabelecida entre Assistente Social e usuário/grupos de usuários, quanto na relação individual-coletivo. Nele o marco teórico sempre é acionado a partir de determinada situação real/concreta e de dado espaço sócio-ocupacional que envolve os sujeitos (profissionais/equipes e usuários) implicados na ação. Esse entendimento condiciona os objetivos das ações que, por sua vez, serão responsáveis por imprimir-lhes determinadas características, influenciando as formas de operacionalizá-la (Mioto; Lima, 2011, p. 228).

Em outro trabalho, Mioto e Lima (2009 apud Mioto; Lima, 2011) apontam que é possível observar dois distintos processos intervencionistas presentes nas ações socioeducativas estudadas pelas autoras: o Processo Político-organizativo e o Processo Socioassistencial.

O Processo Político-organizativo, segundo as autoras, promove e intensifica debates e encaminhamentos no âmbito público, com o objetivo de dinamizar e equipar a participação, sempre respeitando o potencial político e o tempo dos envolvidos. As ações consideram as necessidades imediatas e projetam, a médio e longo prazos, a construção de novos padrões de sociabilidade entre os sujeitos. Isso é guiado pela premissa da democratização dos espaços coletivos e pela criação de condições para competir com outros projetos societários. A universalização, ampliação e efetivação do acesso aos direitos são temas abordados nos mais variados espaços de controle social, onde se questionam as relações estabelecidas no espaço sócio-ocupacional, na comunidade e nas diferentes instituições (Mioto; Lima, 2009 *apud* Mioto; Lima, 2011, p. 228).

As autoras apontam as especificidades das ações socioeducativas, pois pelos seus objetivos, trazem em si um diálogo mais problematizador/crítico da realidade e com o intuito de coletivizar demandas que se apresentam no plano imediato como individuais. Sendo esses objetivos a mobilização, a organização e a participação social. Aqui encontram-se os trabalhos de assessoria de assistentes sociais, articulando os usuários para reivindicações na esfera pública (Mioto; Lima, 2011, p. 228-229).

Sobre os processos pedagógicos nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, Abreu e Cardoso (2009, p.12-13) discorrem sobre os conselhos de direitos e políticas. Espaços que quando fomentados de forma crítica, com compromisso político e buscando os interesses imediatos dos assistidos nas políticas sociais, conseguem gerar mobilização e organização para formação de um espaço de luta, para exigência dos direitos da classe subalterna.

Abreu e Cardoso (2009, p. 13) ainda destacam que as estratégias de mobilização social, através do campo socioeducativo da profissão, podem atuar na comunicação social como meio de desenvolvimento de consciência crítica. A utilização de mídias para difusão de conteúdos em linguagem escrita e audiovisual, por exemplo, difusão de dados relativos à expressão da questão social que sejam relevantes para aquela população assistida.

Já o Processo Socioassistencial, reflete o conjunto de ações realizadas na intervenção direta com os usuários em diversos campos, baseando-se em demandas específicas. O objetivo é atender o usuário como indivíduo, buscando responder às suas necessidades particulares e singulares, visando construir sua autonomia nas relações institucionais e sociais. Isso inclui incentivá-los à participação política em diferentes espaços, como as próprias instituições, programas, serviços, conselhos de direitos, movimentos de base sócio-comunitária e diversos movimentos sociais (Mioto; Lima, 2009, p. 42).

Assim, neste processo, “as ações socioeducativas estão estruturadas sobre dois pilares: a socialização de informações e o processo reflexivo, que sustentam o processo educativo cuja finalidade está condicionada aos princípios ético-políticos da profissão” (Mioto, 2010 *apud* Mioto; Lima, 2011, p. 231).

[...] os objetivos das ações socioeducativas permitem considerá-las como um processo dinâmico que remete a uma luta coletiva, de organização política, mas que também acontece no âmbito individual através da apropriação da informação e dos caminhos de acesso a políticas e serviços sociais, implicando no reconhecimento das necessidades individuais como coletivas (Mioto; Lima, 2011 p. 231)

Sobre o âmbito individual das ações socioeducativas, é importante notar que há necessidade de abordar o sujeito em sua singularidade, considerando suas habilidades, capacidades, potencialidades e limites. “A relação entre a ação

socioeducativa, a conscientização e a participação social é evidenciada como requisito para que os sujeitos alcancem graus sempre ascendentes de autonomia" (Mioto; Lima, 2011, p. 231-232).

Torres (2014, p. 20-21) em sua pesquisa sobre o trabalho socioeducativo desenvolvido por assistentes sociais, determina 5 pontos de foco do trabalho socioeducativo. O primeiro sendo o **acesso à informação**, para melhorar a capacidade de tomada de decisão; permite a participação autônoma e a busca por novos conhecimentos; promove debates sobre a perspectiva do direito como uma possibilidade; e discute a gestão da política. A democratização das informações fortalece os usuários, capacitando-os a tomar decisões informadas sobre questões que afetam suas vidas. O **protagonismo dos usuários**, reconhecendo as condições de vida dos usuários, envolve observar atentamente as estratégias de sobrevivência que adotam e o exercício da participação, visando fortalecer o direito à convivência familiar e comunitária. Logicamente, a **participação dos usuários**, onde deve ser algo permanente, envolve a aceitação da legitimidade dos conhecimentos expressos pelos usuários e a identificação dos impactos imediatos e de longo prazo do trabalho socioeducativo em suas vidas. Assim, o profissional observa as **condições objetivas de vida da população usuária dos serviços**, compreendendo a vida cotidiana, os conflitos, as expectativas e os planos dos indivíduos. Sendo essencial para assegurar sua permanência e participação nas ações desenvolvidas. Por último, o **planejamento das ações**, apropriando-se dos conteúdos teóricos e práticos da educação, enfatizando o respeito aos saberes da comunidade, nas diversas formas de conhecimento, nos diferentes ritmos de aprendizagem e na construção de conhecimentos compartilhados.

Concluindo,

[...] as ações socioeducativas tendem a oportunizar ao usuário uma compreensão ampla e concreta: da sociedade em que vive, dos direitos que possui nessa sociedade, da possibilidade de coletivização de suas necessidades de modo a ampliar seus direitos na esfera pública. Nesse movimento está pressuposta a responsabilização ética que o profissional em ato deve ter e que é expressa: nas dimensões assistenciais do trabalho, na relação de acolhimento, de criação de vínculo, de produção de resolutividade e de estímulo à construção de graus crescentes de autonomia no modo de o usuário se relacionar com a família, com a comunidade e com o mundo (LIMA, 2004 *apud* Mioto; Lima, 2011, p. 232).

Dessa forma, a partir da gênese da profissão e de seu desenvolvimento histórico, que contribui para um exercício profissional orientado pelo pensamento crítico, alinhado aos interesses da classe trabalhadora, o Serviço Social passa a ser cada vez mais demandado, inserindo-se em diversos espaços sócio-ocupacionais, tanto na esfera pública quanto na privada. Desempenhando diferentes atividades e confrontando uma diversidade de demandas, que se complexifica cada vez mais em um contexto de acirramento da questão social, os profissionais são postos a atuar nas inúmeras áreas das políticas e serviços, tais como na saúde, assistência, educação, previdência, entre outras.

Com o acelerado avanço dos efeitos climáticos globais causados pelos impactos ambientais do modo de produção capitalista, a questão ambiental passa a ser de extrema urgência na esfera política e economia mundial. Seus efeitos e consequências são mais percebidos e intensos nas regiões do Sul Global, onde se concentra a maior extração de bens da natureza e produção agropecuária, deixando vastos estragos ambientais e sociais.

Neste cenário que já afeta toda a esfera social, grupos marginalizados enfrentam as piores consequências ambientais na sua alimentação, hidratação, moradia, lazer, entre outros. Assim, mais demandas relacionadas à questão ambiental surgem nos mais diversos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social, seja qualquer área de inserção. Além dos espaços que demandam assistentes sociais voltados diretamente para a questão ambiental, como foco de desenvolvimento, como associações de reivindicação e representação jurídica de atingidos por barragem.

Assim, ações de educação ambiental, como ferramenta socioeducativa que passa a ser instrumentalizada pelos assistentes sociais, se tornam objeto de interesse e pesquisa deste estudo, que busca mostrar como, onde e porquê essas ações estão sendo desenvolvidas.

## 2. QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL

### 2.1 QUESTÃO SOCIAL

Para entender a relação entre sociedade e natureza, seu uso e exploração, é preciso entender as relações sociais de produção na sociedade capitalista.

Para Marx (2013), o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, no qual o homem, através de sua ação, regula e controla seu metabolismo com o meio natural. O trabalhador, confrontando a matéria natural como uma força da própria natureza, mobiliza as forças naturais de seu corpo para transformar a matéria em algo útil para sua sobrevivência. Ao modificar a natureza externa, o homem também transforma sua própria natureza, desenvolvendo suas capacidades ainda não conhecidas e subjugando as forças naturais ao seu controle. Seu objetivo do trabalho, ao final do processo, já existia idealmente e o trabalho realiza esse objetivo na matéria natural, diferente dos trabalhos realizados por animais, como as abelhas.

Marx (2013) coloca a terra, incluindo a água em seu sentido econômico, como um objeto geral do trabalho humano, sendo a fonte original de alimentos e meios de subsistência para o homem. Tudo aquilo que o trabalho humano apenas separa de sua conexão direta com a terra já existe na natureza como objetos de trabalho primordiais. A natureza, portanto, oferece os recursos em estado bruto e cabe ao trabalho humano transformá-los e modificá-los para satisfazer suas necessidades.

Como ressaltam Netto e Braz (2006), o trabalho humano distingue-se das atividades naturais por estabelecer uma relação mediada entre seu sujeito, os homens em sociedade que executam o trabalho, e seu objeto, as diversas formas da natureza, podendo ser orgânica e inorgânica. O que torna essa relação mediada é a presença de um meio de trabalho, ou seja, um instrumento que atua entre o trabalhador e a matéria natural. Seja algo primordial ou a mais nova tecnologia humana, sempre haverá um instrumento que media a transformação da natureza pelo trabalho humano.

Assim, por si só, a natureza não cria instrumentos, estes são produtos do sujeito que trabalha através do seu processo de criação. A criação de ferramentas

coloca para o trabalhador o desafio de definir os meios e fins do trabalho. Essa definição implica a necessidade de fazer escolhas de instrumentos mais ou menos adequados para a sua finalidade. Deste modo, os meios de trabalho não apenas viabilizam a atividade, mas também refletem a capacidade humana de escolha e planejamento em relação aos seus objetivos (Netto; Braz, 2006).

Aprofundando no processo do trabalho, Netto e Braz (2006) argumentam que este processo de transformação da natureza, agora com um objetivo, uma finalidade, começa ainda na mente do sujeito, sendo idealizado antes de ser materializado. “Antes de efetivar a atividade do trabalho, o sujeito prefigura o resultado da sua ação” (2006 p. 18).

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua (Netto; Braz, 2006 p.19)

Além disso, não é suficiente que o trabalhador apenas preconfigure idealmente o objetivo final da sua atividade, ele precisa também ser capaz de reproduzir, de forma ideal, as condições objetivas em que essa atividade ocorre, como, por exemplo, a dureza da pedra, os materiais usado e os meios de trabalho. Assim, é necessário que o trabalhador possa transmitir essas representações e conhecimentos a outros através da linguagem, da comunicação, permitindo que o processo de trabalho seja compreendido e refeito coletivamente. Os autores ainda completam: “a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado e estimulado a generalizar e a universalizar os saberes que detém” (Netto; Braz, 2006, p. 19).

Contudo, aqui, a comunicação é tanto mais necessária se se leva em conta que o trabalho jamais é um processo capaz de surgir, de se desenvolver ou, ainda, de se realizar, em qualquer tempo, como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. **O trabalho é, sempre, atividade coletiva:** seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc (Netto; Braz, 2006, p. 19).

Esse trabalho coletivo que implica na vinculação dos membros de um grupo é o que deu origem, segundo Netto e Braz (2006, p. 19), no que se denominará **ser social**:

estamos afirmando que o trabalho, tal como o viemos caracterizando até aqui, só deve ser pensado como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**.

Segundo Netto e Braz (2006), a categoria de **práxis** é central para entender o ser social em sua totalidade, indo além da simples atividade laboral. O trabalho, embora constitua a base do ser social, não o limita. À medida que o ser social se desenvolve, ele gera ideias que vão além das necessidades imediatas do trabalho, como a ciência, a filosofia e a arte. Nessa perspectiva, o ser humano se projeta e se realiza continuamente, construindo um mundo de obras, valores e produtos que tornam a espécie humana em gênero humano. “Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (Netto; Braz, 2006, p. 26).

Antunes (2015) pondera sobre dois tipos de posições teleológicas, com base em Lukács. A primeira como o trabalho no sentido genérico, produtor de valor uso, uma relação do ser social transformando a natureza. Há também, nas formas mais desenvolvidas de práxis social, a interação com outros seres sociais, onde o “objetivo é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico. Isso se dá porque o fundamento das posições teleológicas intersubjetivas tem como finalidade a ação entre seres sociais” (Antunes, 2015, p. 139).

O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu ir-sendo e em seu vir-a-ser, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo. O aparecimento de formas mais complexificadas da vida humana, as posições teleológicas secundárias, que se constituem como momento de interação entre seres sociais, de que são exemplos a práxis política, a religião, a ética, a filosofia, a arte etc., que são dotadas de maior autonomia em relação às posições teleológicas primárias, encontra o seu fundamento ontológico-genético a partir da esfera do trabalho (Antunes, 2015 p. 142).

Anteriormente ao sistema capitalista, a relação de produção do ser humano com a terra era focada na reprodução daquele que trabalhava na terra e daquele que cedia a terra, o proprietário, como era o caso dos senhores feudais na Europa entre o século V e o século XV. Esse sistema produtivo, baseado no trabalho escravo ou servil, em seu baixo nível de eficácia da dominação da natureza, não era capaz de oferecer risco à sustentabilidade planetária como é percebido hoje no capitalismo (Silva, 2010, p. 35). Isso se dá pelo baixo interesse em inovação tecnológica dos instrumentos de trabalho, que impedem os avanços na capacidade produtiva e de transformação da natureza (Foladori *apud* Silva, 2010, p. 35). Outro motivo, como citado, é o objetivo da produção, que não se configura na obtenção de valor, na acumulação de riqueza. Deste modo, Silva (2010, p. 35) afirma que:

É possível afirmar que nas formas sociais assentadas na propriedade de terra e na agricultura como base do ordenamento econômico, prevaleceu a produção de valores de uso, sendo a reprodução dos indivíduos e da sua comunidade o fim último da produção. A economia mercantil subverte inteiramente esta ordem. No percurso de seu desenvolvimento histórico o capital centraliza os meios de produção, converte-os (de meios individuais de produção) em meios sociais, conferindo natureza social ao processo produtivo [...].

Nessa relação social feudal, a propriedade da terra vem do caráter político, onde o poder do senhor feudal vem da sua família e da sua casa, não está limitada somente à terra em si. A exploração da terra não tem como objetivo tirar o máximo proveito dela, a ponto de trazer sua destruição, mas de obter dela o necessário para sua subsistência e com o seu excedente produtivo, a reprodução daqueles que nela trabalham (Marx *apud* Silva 2010, p. 35).

Para Marx (1985), a acumulação primitiva é um processo histórico que marca o início do sistema capitalista. O autor argumenta que essa acumulação inicial ocorre por meio da violência, da conquista e da expropriação, que a acumulação primitiva "não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida" (Marx, 1985, p. 959). É um processo histórico que separa os trabalhadores dos meios de produção, criando duas classes distintas: aqueles que possuem os meios de produção (capitalistas) e aqueles que só possuem sua força de trabalho para vender (proletários).

A expropriação da terra, especialmente a terra camponesa, é fundamental para a formação da propriedade privada capitalista. Marx (1985) observa que a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de trabalho é essencial para a estruturação da produção capitalista. Nesse sentido, a transformação das terras comunais e camponesas em propriedades privadas foi um processo violento, não apenas material, mas também social. Na Inglaterra a dissolução dos feudos e a expulsão dos camponeses de suas terras marcou o início de um ciclo que deu origem à grande propriedade fundiária e à concentração de riqueza nas mãos de poucos. A terra, que antes era cultivada por camponeses independentes, passou a ser explorada por grandes proprietários que a utilizavam, por exemplo, para a criação de ovelhas, em função do crescimento da indústria têxtil.

Assim, para Marx (1985), o processo de expropriação da propriedade camponesa foi o ponto de partida para a criação do proletariado moderno. Ao serem expulsos de suas terras, os camponeses, que antes eram proprietários de seus meios de subsistência, foram forçados a vender sua força de trabalho, inaugurando a relação fundamental do capitalismo: a troca de trabalho por salário.

Com a economia mercantil, a burguesia centralizou os meios de produção, convertendo-os de meios de produção individuais (pertencentes ao próprio produtor) em meios sociais (Silva, 2010, p. 36). Portanto, as relações sociais de produção se firmam na propriedade privada dos meios de produção e do produto do trabalho social. A burguesia se apropria do trabalho alheio e desenvolve seus meios produtivos visando o aumento da produção para o mercado, não para a sua reprodução (Silva, 2010, p. 36).

Na economia política desenvolvida por Marx (1985) em *O capital*, o autor desenvolve a concepção de “metabolismo”, que define o processo de trabalho como:

antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1985, p. 149).

Marx (1985) explora, a partir desse conceito, a falha metabólica que ocorre nas relações de produção capitalista e na separação entre campo e cidade, colocando-os como inimigos. Na análise de Foster (2005 p. 202), essa “moldura conceitual” permitiu a Marx tecer sua crítica das três principais ênfases da economia política burguesa. A primeira seria a análise da extração da mais-valia do trabalhador, a segunda é a teoria correlata da renda fundiária capitalista e, por último, conectando as duas entre si, a teoria malthusiana da população.

Assim, ao definir a falha metabólica na relação entre cidade e campo, entre homem e terra, Marx (1985) conseguiu chegar às raízes do que viria a ser chamado pelos historiadores de “segunda revolução agrícola”<sup>8</sup>.

Olhando a teoria da falha metabólica de Marx, Foster (2005) analisa a obra “O Capital” buscando o que o autor desenvolve sobre o tratamento da indústria agrícola e a discussão da renda fundiária, chegando à conclusão:

o conceito central de “falha” na “interação metabólica entre o homem e a terra”, isto é, o “metabolismo social prescrito pelas leis naturais da vida”, através do “roubo” ao solo dos seus elementos constitutivos, exigindo a sua “restauração sistemática”. Esta contradição se desenvolve através do crescimento simultâneo da indústria de larga escala e da agricultura de larga escala sob o capitalismo, com aquela oferecendo a esta meios para a exploração intensiva do solo (Foster, 2005, p. 220).

Grossi (2009), ao analisar o conceito de metabolismo social e fissura metabólica em Marx aponta que a chave analítica proposta pelo autor, por meio do materialismo histórico, vem do entendimento da separação, do afastamento, que gera uma fissura no metabolismo com a natureza, através do modo de produção capitalista que separa o trabalhador de seus meios de vida (natureza externa). Sendo o trabalhador assalariado o exemplo dessa ruptura, uma vez que este está separado da produção como elemento criativo: “da terra como recurso natural de produção e da própria possibilidade de se reproduzir, se não for através da venda da sua força de trabalho” (Grossi, 2009, p. 40).

---

<sup>8</sup> A Segunda Revolução Agrícola, conforme descrita por Foster (2005), ocorreu entre 1830 e 1880 e esteve profundamente relacionada com o desenvolvimento de uma indústria de fertilizantes e o avanço da química dos solos. Esse período marcou o surgimento da ciência moderna do solo, respondendo à demanda por uma maior fertilidade para sustentar a agricultura capitalista. Além disso, essa transformação agrícola esteve vinculada aos cercamentos das terras comuns, separando os camponeses dos seus meios de produção, forçando-os a migrar para as cidades e vender sua força de trabalho, acentuando o antagonismo de campo e cidade.

A partir disso, Grossi (2009) explica a teoria da renda de Marx, onde, a partir da fissura metabólica com a natureza pelo modo de produção capitalista, a terra, antes usada para agricultura de alimentos e avaliada de acordo com a sua capacidade de produção através do trabalho, agora é regulada pelo lucro industrial, como propriedade privada de interesse ao capital.

A propriedade agrária, portanto, se converte em mercadoria, objeto de especulação pelo capital. Silva (2010, p. 37) coloca que:

É a natureza servindo aos propósitos de acumulação; moto-contínuo, a relação entre proprietário e trabalhador resume-se a exploração manifesta na compra e venda da força de trabalho. Estão, assim, lançadas as bases da organização da produção capitalista.

Silva (2010) aponta então que a partir disso o objetivo da produção se torna a formação dos excedentes para o mercado a fim de obter lucros, assim a relação entre o ser humano e a natureza muda completamente. O capital impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, tendo sob seu controle o trabalho alheio via propriedade privada dos meios de produção. Assim, “o domínio da terra passa-se, então, ao domínio da natureza (em escala planetária) e da própria humanidade” (Silva, 2010, p. 38).

Para Foster (2005), o conceito de metabolismo forjado por Marx deu ao autor uma maneira concreta de expressar outro conceito, a alienação da natureza e da relação desta com o trabalho. Assim, “no capitalismo, com a consequente alienação da terra (e da natureza), o domínio do homem sobre o homem estendeu-se: a terra como o homem tinha se reduzido ao nível de um objeto venal” (Foster, 2005, p. 223). Nessa perspectiva, Silva (2005) se baseia na análise de Chesnais e Serfati para complementar os mecanismos do processo de fundação do modo de produção capitalista – além da expulsão dos camponeses e da subordinação da produção agrícola à lógica mercantil –, indica “a propriedade privada dos recursos do subsolo, que permite a apropriação de renda, e a gratuidade dos demais recursos naturais” (Silva, 2010, p. 38).

Essa gratuidade dos demais bens da natureza, colocando-os à disposição para a exploração privada de maneira ainda mais eficaz pelo avanço tecnológico no domínio da natureza, possibilitou o uso indiscriminado dos recursos naturais de

maneira a acarretar severas consequências para as futuras gerações (Silva, 2010, p. 39).

Foster (2005, p. 229) aponta que, para Marx, a quebra da sustentabilidade imposta pela natureza havia sido quebrada justamente na falha metabólica entre a humanidade e o solo. O autor coloca que a produção capitalista somente olha para o solo quando seus recursos, sua qualidade natural foi exaurida, destruída. Isso porque o modo de produção capitalista é incapaz de devolver ao solo os nutrientes que são retirados na produção agrícola de alimentos. Esses nutrientes encontravam-se, em contrapartida, nos grandes centros urbanos, causando poluição e doenças nos modernos sistemas de esgoto. Portanto, é necessário restabelecer a conexão entre produção industrial e agrícola, não somente isso, mas distribuir da forma mais igualitária possível a população pelo território nacional, dispensando os grandes centros urbanos.

A separação antagônica entre o rural e o urbano, ponto central da falha metabólica, também é evidente em nível global, nas relações entre países colonizados e colonizadores, Marx encontrou o fato que as colônias haviam sido roubadas as suas terras, recursos naturais e potências para sustentar o crescimento industrial nos países colonizadores (Foster, 2005 p. 230).

O avanço do capitalismo industrial dependia da exploração global possibilitada pelo sistema colonial. A colonização, segundo Marx (1985 p. 998), desempenhou um papel crucial na acumulação primitiva, fornecendo ao capitalismo industrial nascente os recursos e mercados necessários para sua expansão. O descobrimento de minas de ouro e prata nas Américas, o saque e extermínio de populações indígenas e a comercialização de pessoas escravizadas do continente africano foram etapas fundamentais dessa acumulação. Esse processo de exploração e dominação colonial forneceu à Europa riqueza imensa, sendo focada no crescimento do capital industrial.

O sistema colonial foi diretamente responsável pela supremacia comercial da Europa, onde o período manufatureiro precedeu o predomínio industrial. Marx (1985, p. 1002) coloca que, durante o desenvolvimento do capitalismo, a supremacia comercial "gera o predomínio industrial" e que o sistema colonial foi uma das alavancas principais da acumulação de capital. Esse sistema garante

não apenas o acesso abundante a bens da natureza e força de trabalho barata, mas também um mercado monopolizado para as mercadorias europeias.

Segundo Foster (2005 p. 230) fica claro para Marx que a agricultura capitalista e a sua falha metabólica nas relações colocadas entre o ser humano e o solo que cultiva, “o havia levado a um conceito de sustentabilidade mais amplo”.

O modo pelo qual o cultivo de determinadas lavouras depende das flutuações dos preços de mercado e as mudanças constantes do cultivo com estas flutuações de preços - todo o espírito da produção capitalista, que é orientada pelos lucros monetários mais imediatos - é contraditório com a agricultura, que precisa se preocupar com toda a gama de condições de vida permanentes exigidas pela cadeia de gerações humanas (Marx, 1985 *apud* Foster, 2005 p. 230).

Com isto, se coloca em risco a preservação da vida humana e de outros animais, sendo o homem o único capaz de se relacionar com a natureza através do trabalho. Na vida social, o homem se distancia da relação com a natureza, que é em muitos aspectos “domada” por ele, se esquecendo da sua dependência tanto para a sua sobrevivência biológica, quanto como parte do processo de reprodução da vida humana. É através da ação humana, portanto, que a natureza atinge sua maior “potência”, à medida que a matéria natural “libera” suas potencialidades através do trabalho humano (SILVA, 2010, p. 39).

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 2013 p. 303)

Dentro do capitalismo essa relação entre o produtor, aquele que transforma o natural através do trabalho, e a criação em si, a natureza transformada, é alienada. A propriedade privada dos meios de produção e o seu objetivo sendo o excedente de produção, configura com que o trabalhador seja totalmente alheio aquilo que ele produz (Silva, 2010, p. 57).

No mesmo sentido, a práxis não resulta apenas em produtos e valores que permitem ao homem se reconhecer como criador e autoprodutor. Sob o capitalismo, pode-se gerar criações alienadas do seu criador, “numa palavra: entre os homens e

suas obras, a relação real, que é a relação entre o criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador” (Netto; Braz, 2006, p. 26)

Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da alienação. E se trata mesmo de um fenômeno histórico porque, embora se configurando como um fato de grande perdurabilidade, verdadeiramente trans-histórico, as condições sociais em que ele se processa não são eternas nem naturais – são condições que podem ser superadas no curso do desenvolvimento histórico. Basicamente, a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem. (Netto; Braz, 2006, p. 26).

Para Silva (2010, p. 57), a lógica do capital funciona primeiro através da propriedade privada da terra, deixando de ser fonte de subsistência, depois através da apropriação dos instrumentos de trabalho, para então o capital tomar para si o trabalho alheio, o excedente produtivo, sendo este a mediação fundante da acumulação de riqueza no sistema capitalista.

Assim, dentro do sistema de produção capitalista, a mercadoria se torna o agente central, convertendo também o trabalhador em somente aquele que vende sua força de trabalho, seu tempo de vida, assumindo sua determinação social no trabalho assalariado. Isso é, o trabalhador e o capitalista são uma expressão do capital e do trabalho, indivíduos sociais impressos pelo modo de produção (Iamamoto, 2021, p. 186).

Segundo Iamamoto (2021), a finalidade direta do modo de produção capitalista é a mais-valia, sendo este o motor para a intensificação da força produtiva do trabalho social. Com a ampliação do capital, da classe burguesa mais competitiva entre si e do contingente de trabalhadores, o sistema necessita também do aumento da produtividade, com instrumentos mais eficientes que realizam mais trabalho, em menos tempo. Assim, através da implementação dos avanços tecnológicos no processo produtivo, “reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia” (Iamamoto, 2021, p. 187).

Netto e Braz (2006, p. 33) discorrem sobre a “lei do valor” no pensamento marxista, apontando que na produção mercantil “as mercadorias são trocadas de

acordo com a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido". Colocam que em uma sociedade onde não há regulamentação e planejamento sobre o que é produzido, a força que vai regular a competição entre os produtores é a "lei do valor", sendo típica da sociedade capitalista, modo de produção que atingiu expansão global, universalizou a "lei do valor" como reguladora das relações econômicas.

Em seu processo de expansão e busca incessante por lucro, faz com que o capital intensifique a exploração do trabalho, aumente as jornadas dos trabalhadores e com isso ter cada vez menos empregados. Marx (apud Iamamoto, 2021, p. 188) chama este processo de ociosidade socialmente forçada, onde o trabalho excedente da força produtiva ocupada produz uma população supérflua ao capital, que é absorvida e liberada nas oscilações cíclicas do sistema. Essa população, embora apta ao trabalho, não acha ocupação formal para produzir e está sujeita aos cargos com as maiores jornadas de trabalho possíveis e com a menor remuneração; "em síntese, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista" (Iamamoto, 2021, p. 188).

Desta maneira, com essa população desocupada e desassistida que aumenta à medida que o capital se expande e se moderniza na eficiência das forças produtivas, gera-se uma "miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista" (Iamamoto, 2021, p. 189).

Dessa relação, vem o pauperismo, que não deve ser igualado a pobreza material somente. No modo de produção capitalista, o indivíduo só pode se reproduzir através do acesso aos meios de produção para realizar seu trabalho e esse acesso lhe é negado pela ocupação total da força produtiva. Daí vem o pauperismo, vem do próprio desenvolvimento das forças produtivas, que exclui mais trabalhadores do processo. Está ligado, portanto, à "distribuição dos meios de produção e, portanto, às relações entre classes, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais [...]" (Iamamoto 2021, p. 190).

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter

coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnicoraciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (Iamamoto, 2021, p. 190).

## 2.2 QUESTÃO AMBIENTAL

Com o avanço das forças produtivas e a intensificação do poder de transformação da natureza, tornou-se evidente que o impacto dessas atividades vai muito além do campo econômico. Os efeitos negativos sobre o meio ambiente começaram a se manifestar de maneira cada vez mais clara, gerando uma série de consequências diretas na qualidade de vida dos primeiros trabalhadores industriais, e logo em cidades inteiras, sufocadas pela fumaça de carvão. À medida que esses impactos se intensificaram, surge uma preocupação crescente sobre como o desenvolvimento econômico e a exploração dos bens da natureza estavam contribuindo para um cenário de crise ambiental, ainda que muitos ainda se recusem a acreditar.

Desta maneira, diversos estudiosos passaram a se debruçar sobre a complexidade desse fenômeno, levando a formulação do conceito de "questão ambiental". Essa noção, no entanto, não se restringe apenas aos aspectos ecológicos, mas envolve uma compreensão mais ampla dos problemas gerados pela relação entre sociedade, economia e natureza. Embora muitas vezes o debate seja reducionista, somente colocando a ecologia separada da sociedade.

As várias vertentes de pensamento que começam a surgir para tentar explicar a questão ambiental parecem concordar em um ponto: a ação humana na natureza causará consequências significativas para o futuro da humanidade. Tanto pelo fator destrutivo da exploração capitalista do meio ambiente, como a poluição dos rios e a devastação das florestas, quanto pela futura escassez dos bens da natureza que movem a produção humana e, portanto, sanam suas necessidades, ao mesmo tempo que gera escassez em grande parte dela. Assim, gera-se um obstáculo à expansividade da produção mercantil, essencial ao capital, tanto pela falta de matéria prima, quanto pelas crises econômicas e

sociais causadas pela poluição, como o aquecimento global, o derretimento das calotas polares, dentre outros (Silva, 2010, p. 51).

Um ponto crucial do debate sobre a questão ambiental, como relata Silva (2010, p. 52), começa em 1972 com a publicação pelo Clube de Roma do relatório *Limits to Growth*, onde é reconhecida limitação do planeta em suprir para sempre o crescimento do sistema capitalista, mas atribuiu a solução do problema às causas sociais, principalmente a natalidade em países chamados de “subdesenvolvidos”. O relatório tem forte caráter conservador e se sustenta no darwinismo social<sup>9</sup> quando atribui a miséria e a depredação ambiental ao crescimento populacional (Silva, 2010, p. 52).

Outros pensadores do movimento ambientalista progressista, herdeiros do pensamento de Marx, já fazem a ligação intrínseca entre a crise ambiental e o domínio que o capital tem sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e assim colocando à disposição para suas necessidades de produção (Silva, 2010, p. 52).

Chesnais e Serfati (2003, p. 4) apontam o esforço do capital em transferir a “crise ecológica planetária” para um problema do meio geopolítico e ambiental. Assim, atribuindo à humanidade a problemática da crise, sem incluir o modo de produção capitalista como fator central para tal.

Contradicoratoriamente, o capital cria formas de lucrar a partir de um crescente mercado de reparações ecológicas que visam criar novas tecnologias e meios de minimizar os impactos da sua produção na natureza. Assim, “longe de afetar sua reprodução como capital essas (degradações) se tornarão uma imensa fonte de lucros e de sustentação dos preços das ações” (Chesnais; Serfati, 2003, p. 6).

Outro autor, Foladori (*apud* SILVA, 2010, p. 61), questiona os limites da utilização de recursos naturais como os limites da reprodução do capital,

<sup>9</sup> Entende-se por darwinismo social a aplicação das leis da seleção natural de Darwin na sociedade humana e na vida social. O filósofo Herbert Spencer foi seu grande mentor e criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde seria usada pelo próprio Darwin. Assim, essa teoria considera que naturalmente os seres humanos são desiguais, em aptidões e habilidades. Portanto, seria normal que na vida em sociedade, que seria uma luta por recursos e sobrevivência, um indivíduo seja mais rico, influente econômica e politicamente que o outro (BOLSANELLO, 1996).

colocando que se trata de um problema de “velocidade de utilização”, pois se trata na verdade da substituição dos bens da natureza antes que acabem, visualizando a problemática como algo dos “limites humanos, acima dos físicos”.

Já Bihr, ao discorrer sobre a crise ecológica, denomina de “venalidade generalizada da natureza” a problemática que vem da maneira da sociedade humana em gerir seu patrimônio comum, a natureza, no seu modo de produção que leva a ruptura de “certos equilíbrios ecológicos globais” (como a destruição da camada de ozônio). Portanto, “só podendo ser plenamente superada com a superação da ordem do capital”. O autor reafirma o caráter global da crise ecológica, sendo sua solução não contida em uma ação específica e setorial, mas sim em uma “política no sentido mais amplo do termo”, levando a crise ecológica para a política, visando “reorientar e reorganizar inteiramente as sociedades contemporâneas” (Bihr *apud* SILVA, 2010, p. 62).

Silva (2010, p. 64) busca entender através de diversas vertentes de pensamento de autores marxistas a compreensão do termo “crise ambiental”, sendo “ora tratada como possibilidade de esgotamento das condições de reprodução do capital ora como ameaça à humanidade e, sobretudo, às classes pauperizadas”. Portanto, Silva (2010, p. 82) determina:

Optamos pelo termo “questão ambiental” aqui utilizado para referir-mo-nos ao conjunto das manifestações da destrutividade da natureza - cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade – e seus desdobramentos sócio-políticos, para os quais a ação dos movimentos ambientalistas tiveram importância fulcral.

Herdeiro de movimentos de contracultura, como os movimentos feminista e *hippie*, o movimento ambientalista ganha visibilidade e força na década de 1970, ganhando dimensões como a luta contra o uso de agrotóxicos e outros poluentes. A partir disso, a ideia da catástrofe ambiental em dimensões irreparáveis a qual a humanidade caminha, começa a ganhar visibilidade mundial (Silva, 2010, p. 82).

Loureiro (2003 *apud* Loureiro, 2004 p. 68) define o movimento ambientalista como,

projeto realista e utópico de múltiplas orientações, que se inscreve na política mundial, simultaneamente, como um posicionamento de apropriação simbólica e material que vai desde proposições civilizatórias, passando pelo questionamento da sociedade industrial capitalista e das características intrínsecas das leis de mercado, até as iniciativas comportamentais

ecologicamente corretas, tendo como eixo analítico o processo de atuação humana no ambiente e à discussão acerca da relação sociedade-natureza, visando a alcançar uma nova base civilizacional.

Em um cenário acadêmico brasileiro ainda restrito em relação a produção em perspectiva de um ambientalismo crítico, ou seja, trabalhos que buscam evidenciar as contradições entre capitalismo e ambientalismo e que busca construir ideias de modificação da estrutura social vigente, Loureiro (2004) se debruça sobre este movimento. Resgatando Moraes (1997 *apud* Loureiro, 2004), o autor coloca que parte significativa dos setores ambientalistas naturalizam o capitalismo como essência humana, algo imutável e natural. Estes setores apresentam três típicas posturas no tratamento da questão ambiental: o naturalismo, o tecnicismo e o romantismo ingênuo.

Loureiro (2004 p. 69) critica o naturalismo pela sua visão reducionista da natureza, que a considera como algo separado da sociedade e das dinâmicas sociais, tidas como naturais em uma dinâmica ecossistêmica. Segundo essa corrente, a preservação ambiental está à parte das questões socioeconômicas e das lutas por justiça social.

A crítica ao tecnicismo foca na total confiança nas soluções tecnológicas e na gestão científica para resolver os problemas ambientais. Loureiro (2004, p. 69) aponta que essa visão coloca a tecnologia como uma ferramenta neutra, sem considerar a dinâmica social de trabalho, recursos e seus desdobramentos na sociedade. A razão técnica privilegiada, sendo importante elemento de reprodução do sistema capitalista e da alienação humana.

O romantismo ingênuo, segundo o autor, é “defendido por aqueles que buscam ser “politicamente e ecologicamente corretos”, mas que desconsideram “a própria dinâmica da natureza e da interação humana nesta” (Loureiro, 2004 p. 69). Aqui o autor aloca movimentos como “conservacionistas radicais” e “ecofascistas”, grupos que veem o ser humano como agente nefasto, independente do contexto.

Estas visões levaram a tendências no movimento ambientalista pelo mundo e no Brasil a ser representado pelas elites e classe média econômica branca, desinteressada pelas questões sociais, refletindo o pensamento conservador e burguês, sem base popular organizada (Loureiro, 2004 p. 69).

Embora no Brasil, o autor mencione que nunca foi algo homogeneousmente desvinculado da luta de classes:

O ambientalismo jamais pode ser compreendido como sendo homogeneousmente desvinculado das grandes lutas das classes subalternas, das minorias, e da recusa aos padrões de acumulação capitalista. Esse tipo de entendimento simplificado conduziu, inclusive, a um posicionamento fortemente contrário de sindicatos de trabalhadores às propostas verdes no Brasil. Até a década de noventa, época em que se percebeu que a luta por melhores ambientes de trabalho, por cidades planejadas, por novos padrões de consumo e pela preservação dos bens naturais não era exclusiva daqueles que “não tinham preocupações concretas e imediatas”, mas uma realidade mediata, relacionada com a busca e definição do que se pretende e entende por qualidade de vida e por sociedade igualitária (Loureiro, 2004 p. 69-70)

Já o “ambientalismo de esquerda” critica o pragmatismo ambiental predominante por interpretar a crise ecológica de maneira superficial, como se os problemas ambientais fossem causados por uma ação humana genérica. Isso ignora as particularidades da sociedade capitalista, especialmente a forma como o capitalismo se apropria dos avanços científicos e tecnológicos. Essa crítica, ao ser romântica e descontextualizada, não leva em consideração o papel estrutural do capitalismo na degradação ambiental. Esse pensamento separa as esferas social, econômica e política, acreditando que a cooperação entre grupos resolveria os problemas ecológicos. Assim, promove um consenso artificial, que não reconhece os conflitos existentes e reforça uma ordem de dominação. Em conclusão, o autor aponta para uma ideologia de neutralidade científica que, em nome do bem comum, mantém padrões de poder hierárquicos e exclui as classes populares da gestão e acesso ao meio ambiente em que vivem (Loureiro, 2004 p. 70-71).

Silva (2010 p. 65) cita Valença, que expõe que a partir dessas lutas populares (o movimento verde), os Estados conseguem impor às indústrias normas e legislações que obrigam que o uso e exploração de bens da natureza sejam “ecologicamente corretos”. Assim o autor coloca também a abertura para novos caminhos de acumulação do capital através da “ecologização da política”.

Para Silva (2010), ao mesmo tempo que essa pauta entra em organizações sociais, organizações não-governamentais (ONG'S) e até em partidos políticos fundados principalmente a partir da oposição à degradação ambiental, surgem também a “politicização da ecologia”, com “viés naturalista, tecnicista ou do romantismo ingênuo” (Loureiro *apud* Silva, 2010, p. 66). Nesse sentido, surgem

interpretações que: “a) reduzem a complexidade da crise ambiental à dimensão estritamente ecológica e, b) confinam os problemas ecológicos a uma discussão técnica, desvinculando-os, consequentemente, dos seus determinantes sociais” (Silva, 2010, p. 84).

Analizada sob a ótica marxista a “questão ambiental” é apanhada a partir de sua radicalidade histórica. Assim, não se restringe aos desdobramentos da ação humana sobre a natureza, nem se confunde com as infinitas listagens de problemas desprovidos de interpretações globais e hierarquizadoras (FOLADORI, 2001a), mas resulta, conforme assinalamos anteriormente, da forma social voltada para a produção de mercadorias embora seja também mediada por elementos históricos, geopolíticos e culturais (Silva, 2010, p. 84).

Silva (2010) ressalta que tais apontamentos não visam sugerir o fracasso ou congelamento da luta ambiental, mas coloca que os avanços tecnológicos, a reutilização e reciclagem, por exemplo, são medidas necessárias e válidas, porém insuficientes. Devem ser aprofundadas e articuladas com outras dimensões, como a social. A autora reforça a insuficiência das reformas no campo da “questão ambiental”, pois o modo de produção do capital continua e é natural do sistema as contradições no âmbito da apropriação da natureza e seus recursos.

Silva (2008), em sua tese de doutoramento, pesquisa o mercado potencialmente bilionário da reciclagem no Brasil. A autora aponta que neste mercado globalizado controlado por grandes grupos econômicos, os preços obedecem o mercado internacional. Em uma estranha forma de definição dos preços para os catadores, “são os compradores do material reciclado os que determinam o valor do produto e não o possuidor da mercadoria que deveria fazê-lo baseado no seu custo de produção” (Legaspe, 1996 *apud* Silva, 2008 p. 104).

Alardeada como alternativa ambiental, face à incomensurável produção de lixo, esta atividade econômica se beneficia, diretamente, **tanto da produção descartável quanto do discurso que a refuta**. Do ponto de vista estritamente ecológico, a reciclagem configura um ícone das práticas “sustentáveis”, posto que contribui para a redução do volume total dos resíduos sólidos, ao mesmo tempo que ameniza os efeitos da poluição e economiza matérias-primas e insumos. Por isso, conta com apoio do conjunto da sociedade, sobretudo dos veículos de comunicação, cada vez mais preocupados em disseminar uma cultura ambientalista (Silva, 2008 p. 105).

A sustentabilidade promovida pela indústria de reciclagem ignora o papel desempenhado pelos catadores, apesar de sua presença ser fundamental para o

crescimento e desenvolvimento tecnológico desse setor. Invisibilizado pelo material que coleta, esse trabalhador ainda é chamado de "agente ambiental", tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, ao mesmo tempo em que é privado de seu reconhecimento como produtor da riqueza social em um mercado super rentável que lhe aliena dos lucros (Silva, 2008 p. 105).

O que nos parece essencial destacar é que a indústria recicladora, que assume como referência teórica e política o discurso da sustentabilidade - com efetivos impactos sobre o meio ambiente – realiza o seu processo produtivo desconsiderando o trabalho do catador, tomando-o como algo **externo** e nestes termos, “**natural**”, a despeito de se tratar de um processo de trabalho que demanda uma larga articulação social, a qual envolve a catação do lixo, os depósitos, o próprio Estado, ONGs e a população em geral, a qual vem sendo sistematicamente convidada a integrar as práticas vinculadas à reciclagem, tratando-se, portanto, de um processo de trabalho que começa na rua e termina na fábrica (Silva, 2008 p. 108).

Outro ponto importante para a compreensão da conjuntura da “questão ambiental” sob o capitalismo é o mercado financeiro. O “capital rentista”<sup>10</sup> que assume hegemonia na sociedade capitalista, definindo novas bases para a acumulação de riqueza através das novas tecnologias do mercado. A associação de empresas industriais ao mercado financeiro através de bancos e corretoras de investimentos mudam o modo de gestão da produção e do consumo da força de trabalho, com vista ao aumento da extração da mais-valia. Utilizando-se largamente de trabalho precário, sub-remunerado e principalmente globalizado, com linhas de produção espalhadas pelo mundo, em países da periferia do capitalismo, a fim de baratear a produção, estratégia muito valorizada atualmente. Neste sentido, “a financeirização da economia constitui uma das ‘forças motrizes da desregulamentação do trabalho’, assim como das privatizações das empresas estatais” (Silva, 2010, p. 87).

Retomando a acumulação primitiva de Marx para entender as tendências de aprofundamento do capitalismo no século XXI, Harvey (*apud* Silva, 2010, p. 87-88) destaca:

---

<sup>10</sup> A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é, as operações situadas na esfera da circulação) tornam-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores - tornaram-se predominantemente especulativas. Os rentistas e possuidores de capital fictício (ações, cotas, fundos de investimentos, títulos de dívida pública) extraem ganhos sob valores frequentemente imaginários - e só descobrem isso quando, nas crises do “mercado financeiro”, papéis que a noite “valiam x, na bela manhã seguinte valem -x ou literalmente não valer nada” (Netto; Braz, 2006, p. 232).

A mercantilização da terra e a decorrente expulsão violenta dos camponeses para as cidades; a transformação das várias formas de usufruto e de propriedade em direitos exclusivos da propriedade privada; a supressão das formas alternativas de produção e a sua substituição pelo trabalho assalariado; as relações de subordinação econômica e política das nações periféricas; a usura e o sistema de crédito são expressões deste processo.

Harvey aponta que a criação destes mecanismos de acumulação aprofunda o caráter predatório do sistema capitalista, se somando a todos os outros. Um ponto citado por ele é justamente a escala da degradação ambiental, do consumo desenfreado de bens da natureza e de práticas industriais poluidoras. Assim se faz a “mercantilização dos recursos naturais como água, ar e o subsolo” (Harvey *apud* Silva, 2010, p. 88).

Assim, Harvey (*apud* Silva, 2010, p. 88) explora dentro do conceito de “acumulação por espoliação”, a “pilhagem dos recursos naturais”. Sendo isto, no capitalismo, a busca voraz por romper as barreiras de expansão de valor, acentuando a disputa por bens da natureza e assim indo a outros países através das transnacionais, dirigidas pelos Estados imperiais.

Tudo isso ocorre viabilizado também pelo sistema de crédito e o capital financeiro, “trampolins de predação, fraude e roubo” (Harvey, 2005 p. 122). A financeirização estabeleceu seu domínio a partir de 1973, com seu perfil especulativo e predatório.

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2005, p. 123).

Aprofundado o debate sobre a “acumulação por espoliação”, Harvey (2005) cita o exemplo dos direitos de propriedade intelectual, que utilizam o patenteamento e licenciamento de material genético de milhares de sementes de cultivos, utilizados por populações inteiras, e que passa a ser usado contra elas, a quais foram contribuintes para o desenvolvimento dessa genética. O sistema capitalista e em particular a indústria farmacêutica se beneficiaram muito da

biopirataria, promovendo a “mercantilização por atacado da natureza em todas as suas formas” (Harvey, 2005, p. 123). Não somente os bens da natureza, mas a cultura, a história, o conhecimento intelectual e até a indústria da música, passam a ser exploradas (Harvey, 2005, p. 123).

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital (Harvey, 2005 p. 124).

Com base nesta necessidade do capitalismo de expandir seu terreno de acumulação, algo que desde 1973 vem sendo uma dificuldade crônica do sistema, o autor aponta o projeto neoliberal de privatização como a grande solução deste problema. Não somente isso, mas a desvalorização também pode ser aplicada onde interessa, como da força de trabalho existente e ativos de capital para serem vendidos a preços muito baixos, reciclando-os no mercado (Harvey, 2005 p. 124).

Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com freqüência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional (sob a liderança do FMI), com o apoio do poder estatal superior (como o dos Estados Unidos) (Harvey, 2005 p. 125).

Para melhor explicar essa tática do capitalismo contemporâneo, Harvey cita Wade e Verenoso, em seu trabalho sobre a crise asiática de 1997-98:

As crises financeiras sempre causaram transferências de propriedade e de poder a quem mantém intactos seus ativos e tem condições de criar crédito, e a crise asiática não é exceção a isso... não há dúvida de que corporações ocidentais e japonesas são os grandes beneficiados... A combinação de desvalorizações profundas, liberalizações financeiras impostas pelo FMI e recuperações facilitadas por este último pode até precipitar a maior transferência em tempo de paz de proprietários domésticos para proprietários estrangeiros nos últimos 50 anos em todas as partes do mundo, superando em muito as transferências de proprietários domésticos para proprietários norte-americanos na América Latina nos anos 1980 ou no México a partir de 1994. Isso lembra a afirmação atribuída a Andrew

Melloniº: "Numa depressão, os ativos retornam a seus legítimos proprietários" (*apud* Harvey, 2005 p. 125).

Assim, os mecanismos econômicos internacionais utilizam do seu poder imperialista sobre o Sul Global para fomentar a exploração dos seus bens da natureza e da sua força de trabalho. A partir disso, Foster e Clark (apud Silva, 2010, p. 92) discutem o imperialismo ecológico:

A degradação ambiental encontra-se mediada pela disputa entre os estados nacionais e diretamente através de suas corporações. Este quadro de intensas competições revela uma desigualdade estrutural entre países centrais e periféricos, reafirmando-se também neste campo as disposições hierárquicas próprias de um sistema de dependência e dominação assentado na divisão internacional do trabalho.

Portanto, o imperialismo ecológico, segundo esses autores, é o saque de bens da natureza de nações por nações, utilizando da força de trabalho vulneráveis de países periféricos, promovendo um controle imperialista sobre esses países que ainda tem que lidar com o descarte da produção em suas terras. Assim, criando "uma descontinuidade metabólica global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio ambiente ao mesmo tempo em que limita o desenvolvimento capitalista" (Harvey *apud* Silva, 2010, p. 92).

Nessa análise, Silva (2010, p. 97) determina que:

Ao observar as tendências do capitalismo do século XXI, o que se revela é um complexo sistema de acumulação financeira que articula e preside as diversas esferas da vida social, a fim de assegurar a reprodução das grandes corporações transnacionais à custa de uma crescente polarização da riqueza: as reformas neoliberais, a reestruturação produtiva e a naturalização da "questão social" conformam um movimento unitário, cujo sentido último é redefinir, em favor do grande capital, as bases do processo de acumulação, ainda que isto se dê às custas da crescente dilapidação da natureza e da exacerbação da "questão social".

Segundo Chesnais e Serfati (2003), os países do Sul, mesmo após as lutas de independência e descolonização, continuam a enfrentar as mesmas relações de dominação capitalista que os transformam em fornecedores de recursos e força de trabalho superexplorada para as metrópoles. Fator essencial para o expansionismo capitalista no final do século XIX e início do século XX.

Grossi (2009) destaca o MST como um exemplo de movimentos camponeses na resistência com a destruição ambiental que coloca em risco sua própria existência como produtores. Frente à ameaça geral das empresas

transnacionais, como “o motor e as principais beneficiárias do sistema de opressão das maiorias, as responsáveis pela crise alimentar e climática e paradoxalmente as que mais lucram com elas” (Ribeiro, 2008 *apud* Grossi, 2009 p. 51). Assim, a Via Campesina, organização mundial de luta e resistência dos camponeses, afirma em sua conferência internacional de 2008, “a defesa intransigente da soberania alimentar, da reforma agrária, da agricultura camponesa sustentável, com produção agroecologia, do direito a semente e à água, dentre outros” (Grossi, 2009 p. 51).

Como mostrado, surgem mecanismos na sociedade que tentam frear, ou ao menos amenizar os impactos ambientais da produção capitalista. Dentro dessas ações, a educação ambiental é fomentada em várias áreas profissionais, ganhando formas e vertentes diferentes na medida que atentem aos interesses dos grupos que lhe executam.

### 3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As formas de lidar com a “questão ambiental”, posta nos moldes acima citados, são consolidadas nas várias esferas do Estado e da sociedade civil através de legislações que visam controlar, na medida do possível, os impactos ambientais causados pelo sistema de produção capitalista. Na sociedade civil, a educação ambiental (EA) como vertente de estudo e prática profissional de diversas áreas do conhecimento, trabalha para a propagação, conscientização e ação sobre a questão ambiental.

#### 3.1 CRONOGRÁFIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É importante, antes de tudo, estabelecer com base em Dias (2001) uma breve cronografia de alguns eventos históricos importantes que contribuíram de alguma forma para a concepção da realidade socioambiental vigente e de onde começa a se formular a educação ambiental no Brasil e no mundo.

- Em 1945, a expressão *Environmental Studies* (estudos ambientais) começa a ser usada no vocabulário dos profissionais de ensino na Grã-Bretanha. Neste ano os Estados Unidos lançam duas bombas atômicas no Japão, uma catástrofe humanitária e ambiental com precedentes nunca antes vistos.
- Em 1947 é fundada a União Internacional para a Conservação da natureza, a mais importante até 1972, até a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
- No ano de 1962, a jornalista Rachel Carson lança o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) que denuncia o uso indiscriminado de pesticidas nos Estados Unidos. O livro se tornaria um clássico do movimento ambientalista, causando grande inquietação internacional.
- 1965 - O termo *Environmental Education* (Educação Ambiental) é utilizado pela primeira vez na Inglaterra. Reconheceu-se que educação ambiental deveria fazer parte da educação de qualquer pessoa, especialmente na conservação, sendo a disciplina de biologia seu veículo. Neste mesmo ano, Albert Schweitzer ganha o Prêmio Nobel da Paz como precursor da ética ambiental.

- Em 1968 é criado o **Clube de Roma**, grupo de 30 especialistas de diversas áreas do conhecimento liderados por Arillio Peccei, um industrial italiano. O objetivo foi reunir e discutir a crise ambiental e o futuro da humanidade.
- Em 1972 é publicado o *The Limits to Growth* (Os limites do Crescimento), pelo Clube de Roma. A partir da análise projetada para predizer como seria o futuro com base nos modelos de desenvolvimento econômico da época, o estudo aponta a um possível colapso da humanidade ou o limite do seu crescimento. A repercussão foi grande e o estudo foi muito rejeitado por nomes importantes da política mundial. No mesmo ano é realizada a Conferência da ONU em Estocolmo (Organização das Nações Unidas) sobre meio ambiente com a presença de 113 países. Foi redigida a Declaração sobre o Ambiente Humano, orientada a estabelecer princípios comuns globais para a preservação do ambiente humano. A recomendação nº 96 do documento reconhece a educação ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo. Neste encontro, os países em desenvolvimento acusaram os países industrializados de tentar limitar seu desenvolvimento. A delegação brasileira afirma que não se importa em pagar o preço da degradação ambiental, contando que seu produto interno bruto crescesse (Dias, 2001 p. 79).
- Em 1973 é criado no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Primeiro órgão público do Brasil de ação nacional coordenada a gestão integrada do meio ambiente.
- Em 1975 a UNESCO realizou o Encontro Internacional em Educação Ambiental, em Belgrado. É debatido os princípios para o programa internacional de EA: “a educação ambiental deve ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e internacionais voltada para os interesses nacionais” (Dias, 2001 p.38) . É formulada neste encontro a Carta de Belgrado, expressando a necessidade de uma nova ética global para erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, dominação e exploração humana.
- Foi realizado em 1977 em Tbilisi na Geórgia a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental como um prolongamento

da Conferência de Estocolmo. É debatido o desenvolvimento da EA considerando os aspectos políticos, científicos, culturais, tecnológicos, ecológicos e éticos; resultante da orientação e conhecimento de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a visão integrada do meio ambiente e sua complexidade, e assim, práticas para a solução dos problemas ambientais.

- Em 31 de agosto de 1981 é sancionada a Lei nº 6938, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins, mecanismos e aplicação. “A partir daí, os esforços para o desenvolvimento da Educação Ambiental no país seriam impulsionados, e os boicotes passariam a ser mais notáveis” (Dias, 2001 p.84). Neste mesmo ano, dois milhões de hectares foram destruídos em 2 anos para o desenvolvimento dos estados de Rondônia e Mato Grosso, marcados por graves conflitos fundiários e sociais. O Banco Mundial é acusado pela crítica internacional de financiar essa catástrofe ambiental induzida.
- Em 1986 aconteceu o desastre de Chernobyl, fazendo cerca de 10 mil vítimas e afetando outras 4 milhões de pessoas. A exploração produz uma nuvem radioativa que atinge cinco países, obrigando 38 mil pessoas a serem realocadas com urgência. Estudos posteriores mostram que entre 2 mil e 20 mil pessoas sofreriam com câncer posteriormente em suas vidas.
- 1987 – Carta de Brundtland ou *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), formulada por uma comissão interna independente da ONU e tem como ponto principal o desenvolvimento sustentável. O relatório trata dos desafios na economia, segurança alimentar, energia, indústria, entre outros, para atingir o objetivo da chamada sustentabilidade. Este se torna um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental. Em setembro deste ano, ocorreu o desastre do Césio-137, em Goiânia. Foram 4 pessoas mortas e dezenas contaminadas. É citado como o segundo caso mais grave de analfabetismo ambiental<sup>11</sup>. Em 1987 também

---

<sup>11</sup> O termo "analfabetismo ambiental" surgiu na Rio-92, destacando a necessidade de um modelo sustentável e visando formar cidadãos comprometidos com questões socioambientais. Refere-se à falta de compreensão sobre a sustentabilidade, os recursos naturais limitados e os efeitos do aquecimento da terra, sendo reforçado por egocentrismo e ambição ligados a um modelo econômico que vê o ambiente apenas como fonte de lucro (Lima, 2018).

ocorreu o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental. Foram analisadas as conquistas e desafios para a EA e é formulado um plano de ação para os anos de 1990. Cada país apresentou um relatório sobre o seu desenvolvimento da EA, mas o Brasil, não.

- 1988 – Declaração de Caracas. O documento “denuncia a necessidade da mudança no modelo de desenvolvimento adotado internacionalmente, a debilitação do Estado pela dívida externa e a degradação ambiental e social” (p.46). Em outubro é proclamada a Constituição da República Federativa do Brasil, com capítulos dedicados à questão ambiental, é considerada por Dias (2001) como vanguarda no trato do debate. Em 22 de dezembro, Chico Mendes é assassinado no Acre. A morte do importante líder sindical vira notícia pelo mundo e coloca um holofote sobre o avanço destrutivo dos exploradores na selva amazônica, colocando pressão internacional sobre a política ambiental brasileira.
- 1989 - O Ibama é criado a partir da Lei 7335, responsável por coordenar e executar a política nacional do meio ambiente, com competência em preservação, fomento e controle de “recursos naturais renováveis”, estímulo à Educação Ambiental, entre muitos outros.
- 1992 – É realizada na cidade do Rio de Janeiro a Rio-92 com participação de 170 países. Foi formulado um plano de ação chamado Agenda 21 com ponto central de desenvolvimento sustentável. Nessa agenda a EA é orientada para o desenvolvimento sustentável, fim do analfabetismo ambiental e capacitação de pessoal. As conferências realizadas reconhecem a insustentabilidade do modelo atual de “desenvolvimento” (Dias, 2001 p. 50). Paralelamente a essa conferência, aconteceu o Fórum Global. A partir da iniciativa da sociedade civil de promover uma conferência paralela à oficial, visando influenciar as grandes decisões dos governos e fazer uma grande aliança planetária em busca de uma verdadeira sustentabilidade ambiental.
- Em 1999 é instituída através da Lei 9.795, a Política Nacional de Educação Ambiental. A lei orienta a implementação da Educação Ambiental em diferentes setores, tanto no sistema educacional quanto na

sociedade civil. Neste ano também é regulamentada a Lei dos Crimes Ambientais, estabelecendo regimes de multas por infrações ambientais.

Dias (2001) fez uma série de projeções para o futuro baseadas em estudos de importantes organizações de ciência e economia até a data de publicação da 7º edição do seu livro “Educação Ambiental: Princípios e Críticas”, em 2001. Algumas dessas previsões, hoje em 2024, mostram que estamos na verdade em um cenário ambiental e social pior do que imaginamos em 2001. Segundo Dias (2001), o FMI previu que até 2015, todas as crianças em países em desenvolvimento, como o Brasil, estariam na escola. Por senso comum sabemos que isso não se concretizou. O autor coloca também a possibilidade de em 2019, baseado em projeções da NASA, o ser humano chegar a Marte, o que ainda é um sonho distante de bilionários fascistas que inventam soluções pífias para a tragédia ambiental em curso, que têm como principais responsáveis, eles mesmos. Entretanto, a previsão mais triste de todas seria que em 2040: “o ar se torna mais seco, os invernos mais frios e os verões mais quentes, em todo globo terrestre” (Dias, 2001, p. 72). Estamos vivendo condições muito semelhantes em 2024.

Um evento da história recente que sem dúvida também se enquadra nos pontos destacados acima é o RIO+20, em 2012. Este encontro das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável aconteceu duas décadas após a Conferência Rio-92 e após a ONU instituir a “década da educação para o desenvolvimento sustentável”, em 2005, que chamou grande atenção e foco da comunidade internacional no tema (Layrargues, 2012).

Layrargues (2012) publica um estudo às vésperas do evento sobre a educação ambiental no Brasil até aquele momento e o que se esperava para o futuro. Sobre a década da educação para o desenvolvimento sustentável, o autor ressalta:

Se, por um lado, esse movimento poderia representar um vigoroso estímulo ao fortalecimento do processo educativo articulado à sustentabilidade, por outro lado, a década também representa a culminação de uma estratégia de consolidação simbólica do dúvida e questionável conceito “desenvolvimento sustentável”, com sua tendência economicista e sua vinculação com as ecotecnologias e com as forças de mercado como fatores indutores da sustentabilidade no regime capitalista de desenvolvimento (Layrargues, 2012 p. 1).

Diante deste cenário, a educação ambiental no Brasil passa por um dilema:

Como saldo desse período, diante da encruzilhada ideológica a escolher, tudo indica que a educação ambiental brasileira optou por abrir mão dos benefícios advindos com o estímulo político conferido à matéria educativa vinculada às questões ambientais, e rechaçou a proposta da “Década da educação para o desenvolvimento sustentável”, em nome da manutenção da força simbólica presente na identidade cultural do conceito “educação ambiental” concebido no país, fortemente vinculado à ideia de se trabalhar por “sociedades sustentáveis”, e não para o “desenvolvimento sustentável” (Layrargues, 2012 p. 1).

Essa escolha da educação ambiental voltada a “sociedades sustentáveis”, rechaçando o desenvolvimento sustentável dentro do sistema capitalista, será observado nos mais importantes trabalhos acadêmicos sobre a concepção e realização de EA no Brasil, mas não será a única vertente presente.

### 3.2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Constituição Brasileira de 1988 determina:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988, Art. 225).

Neste mesmo artigo, no seu inciso VI, traz especificamente, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988, Art. 225).

Como observado na cronografia, é instituída através da Lei 9.795/99, a Política Nacional de Educação Ambiental. Nela, se define educação ambiental por:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, Art. 1º).

E ainda, no seu Art. 2º, coloca a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, que deve estar implementada em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Ainda sobre os objetivos fundamentais da educação ambiental, o Art. 5º determina por:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o

estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (Brasil, 1999, Art. 5º).

Embora a Política Nacional de Educação Ambiental coloque em seus objetivos conceitos societários e civilizadores de participação social e democrática na política ambiental, a EA ainda está sujeita a influências ideológicas. Influências que enxugam o conteúdo crítico e as necessárias ligações com a questão social, distanciando o meio ambiente da vida cotidiana nos centros urbanos e individualizando responsabilidades sobre a catástrofe ambiental em curso globalmente. Ou seja, à medida que é difundida nos variados espaços que pode ser aplicada, a EA é influenciada por interesses das partes envolvidas e, claro, por aqueles que podem vir a ser criticados por ela: empresários, políticos, grandes agropecuários do *agrobusiness*, entre outros.

Loureiro (2004) define como Educação Ambiental Conservadora essa vertente que sustenta essa visão de mundo fragmentada da realidade, simplificando-a, excluindo a riqueza e a diversidade da relação.

Essa é uma compreensão de mundo que tem dificuldades em pensar o junto, conjunto, totalidade complexa. Focado na parte, vê o mundo partido, fragmentado, disjunto. Privilegiando uma dessas partes, o ser humano, sobre as demais, natureza, estabelece uma diferença hierarquizada que constrói a lógica da dominação. Pela prevalência da parte na compreensão e na ação sobre o mundo, desponta características da vida moderna que são individuais e sociais: sectarismo, individualismo, competição exacerbada, desigualdade e espoliação, solidão, violência (Loureiro, 2004, p. 26).

Guimarães (2007) explica esse fenômeno do distanciamento do ser humano com a natureza. À medida que a humanidade desenvolve uma consciência individual, simultaneamente, ela vai perdendo a sensação de integração com o todo, adotando a ideia de ser apenas uma parte da natureza. Com o tempo, o ser humano se distancia cada vez mais da natureza, atingindo um ponto extremo de individualismo. Dessa forma, há uma completa desintegração do todo, não

percebendo mais as interações de equilíbrio com a natureza, o que leva a ações que provocam diversos desequilíbrios ambientais.

Layrargues e Lima (2014) apontam que no momento inicial da concepção da EA como um saber e prática educacional, ainda em uma perspectiva conservadora, sua base de fundamentação ainda era muito baseada puramente nas ciências ecológicas. A conhecida lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”. Isto ocorre também pois, a crise ambiental no período era quase unicamente visível na degradação de ambientes naturais, como florestas. A própria ciência das décadas finais do século XIX não era madura o suficiente para entender a complexidade das relações entre a sociedade e a natureza. Assim, os impactos ambientais eram vistos como efeitos colaterais do inevitável processo de modernização, sendo possível corrigi-los a partir da informação e educação sobre o meio ambiente ou pelos avanços tecnológicos em desenvolvimento.

Layrargues e Lima (2014, p. 27) apontam ainda que o desenvolvimento da EA no Brasil nasce e se desenvolve majoritariamente no campo institucional da política ambiental, não educacional, e assim é muito mais influenciada pelas ciências ecológicas. A aproximação com as ciências humanas e sociais só acontece às vésperas da Rio-92, quando o Ministério da Educação cria um grupo de trabalho permanente, a Coordenação de Educação Ambiental, com o objetivo de formular sua atuação nesta área.

Importante lembrar ainda que no período militar de 1964-85, novas ideias no debate da questão ambiental eram impedidas pelo regime ditatorial, como mostra:

A interpretação e o discurso conservacionistas que conquistaram a hegemonia do campo da Educação Ambiental no Brasil em seu período inicial, foram vitoriosos, entre outras razões, porque se tornaram funcionais para as instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em questão a ordem estabelecida (Lima, 2011 *apud* Layrargues e Lima, 2014, p. 27)

Apesar disso, Loureiro e Layrargues registram,

[...] a partir dos anos 90, a Educação Ambiental brasileira abandonava o perfil inicial predominantemente conservacionista e reconhecia a dimensão social do ambiente. A partir desse momento, já não era mais possível referir-se genericamente a Educação Ambiental sem qualificá-la, ou seja, sem declarar filiação a uma opção político-pedagógica que referenciasse os saberes e as práticas educativas realizadas (Loureiro e Layrargues, 2001 *apud* Layrargues e Lima, 2014, p. 26)

As definições da EA variam entre os órgãos de competência na área e as conferências internacionais que tratam do tema. Segundo Mendes (2015), a Conferência de Estocolmo em 1972 foi a primeira a enfatizar a necessidade da interdisciplinaridade na EA, envolvendo várias áreas do conhecimento na sua formulação, centralizando o debate. Na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, de Tbilisi, a EA foi definida como:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (Sato, 2002 *apud* Mendes, 2015, p.5).

Com o tempo, educadores ambientais perceberam que a Educação Ambiental não é uma prática pedagógica única, mas plural, assumindo diferentes formas de acordo com as concepções de natureza, meio ambiente, sociedade e educação. Essa diversidade reflete as múltiplas correntes pedagógicas, os diferentes pensamentos ambientalistas e as variadas abordagens da sociedade, o que levou ao desenvolvimento de várias interpretações sobre a relação entre educação e meio ambiente, tornando essa pluralidade inevitável com o amadurecimento do campo. Desta maneira, no início da década de 1990, “educadores ambientais que partilhavam de um olhar socioambiental, insatisfeitos com o rumo que a Educação Ambiental vinha assumindo, começaram a diferenciar duas opções, sendo uma *conservadora* e uma *alternativa* (Layrargues e Lima, 2014, p. 28-29).

No processo de amadurecimento dessa EA “alternativa”, os educadores ambientais perceberam que não era suficiente lutar por uma nova forma de relação entre o ser humano e a natureza sem também buscar uma transformação na sociedade. Não se tratava apenas de realizar mudanças isoladas, mas sim de promover uma renovação ampla que envolvesse o conhecimento, os valores culturais e éticos, as instituições, além das relações sociais e políticas (Layrargues e Lima, 2014 p. 29).

O amadurecimento dessa perspectiva ressignificou a identidade da Educação Ambiental “alternativa” afixando-lhe novos adjetivos: **crítica, emancipatória, transformadora, popular**. Isso porque essa opção pedagógica se nutriu do pensamento Freireano, dos princípios da Educação Popular, da Teoria Crítica, da Ecologia Política e de autores marxistas e neomarxistas que pregavam a necessidade de incluir no debate ambiental a compreensão dos mecanismos da reprodução social, de que a relação entre

o ser humano e a natureza é mediada por relações sócio-culturais e de classes historicamente construídas (Layrargues e Lima, 2014, p. 29. Grifos nossos).

Loureiro (2004, p. 66-67), no texto “Educação Ambiental Transformadora”, define esta nova perspectiva de concepção e trabalho em EA:

Falo da educação ambiental definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social (movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas), inspirada no **fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade** (grifos nossos).

A vertente da EA denominada de “transformadora” começa no Brasil já nos anos de 1980, advinda da maior aproximação de educadores, principalmente aqueles atuantes na educação popular e em instituições públicas de ensino, como militantes de movimentos ambientalistas e sociais, de viés transformador, questionadores aos padrões de produção e consumo do capitalismo. A principal influência teórica que ocorreu nesta aproximação é a pedagogia inaugurada por Paulo Freire, autor influente no grupo das pedagogias libertárias e emancipatórias na América Latina que dialogam com as tradições marxista e humanista. Sua obra destaca a “concepção dialética de educação, que é vista como atividade social de aprimoramento pela aprendizagem e pelo agir, vinculadas aos processos de transformação societária, ruptura com a sociedade capitalista e formas alienadas e opressoras de vida” (Loureiro, 2004, p. 67-68).

Loureiro (2004, p. 68) também destaca autores da tradição marxista, em especial aqueles ligados à Escola de Frankfurt, onde se formulou o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza e à sociedade, compreendida como forma de expressão da organização da espécie. Assim, denuncia o processo de exploração do homem pelo homem, baseado nas condições econômicas e preconceitos culturais, como parte da mesma dinâmica de dominação e exploração da natureza.

Em contraponto a perspectiva “conservadora”, Loureiro (2004, p. 74) pontua o que seriam os pilares para a prática da EA crítica/transformadora:

- a realidade é a síntese entre sujeito e objeto e não algo externo cuja dinâmica é independente de nossa inserção nesta;

- a verdade se explicita na aplicação prática da teoria e na capacidade de atuarmos reflexivamente em sociedade;
- a transformação das condições materiais é a norma para a transformação subjetiva – uma sem a outra significa mudanças pontuais e não revoluções substantivas;
- o sentido da construção do conhecimento e da atuação no mundo é propiciar a emancipação humana e a superação das formas de dissociação sociedade/natureza.

Loureiro (2012) aponta ainda que após a democratização brasileira em 1985, um ambiente de maior diálogo entre movimentos sociais, sindicatos, educadores e ambientalistas, estudando a formação socioeconômica brasileira e a degradação ambiental, resultou na visão sobre EA como um processo contínuo de aprendizagem de valores, habilidades e atitudes. Um elemento decisivo advindo desse processo marcou sua identidade: “a forte inserção dos que atuavam na educação popular e adotavam a pedagogia crítica e libertadora de Paulo Freire” (Loureiro, 2012, p. 83). Assim, a EA brasileira se volta para a formação humana. Um processo com conhecimento ecológico, científico e político-social que promova simultaneamente:

a participação ativa das pessoas e grupos na melhoria do ambiente; a autonomia dos grupos sociais na construção de alternativas sustentáveis; o amplo direito à informação como condição para a tomada de decisão; a mudança de atitudes; a aquisição de habilidades específicas; a problematização da realidade ambiental (Loureiro, 2012 p. 84)

Em outro texto, Loureiro (2013 p. 42-43) parece atualizar as premissas básicas para a educação ambiental se afirmar “crítica-transformadora”:

- O pressuposto de que a natureza é uma unidade complexa e a vida o seu processo de auto-organização. Nada há fora desta e suas estruturas são definidas em seu próprio movimento espaço-temporal;
- A certeza que somos seres naturais, com especificidades que nos distinguem, mas não nos separam da natureza e de que redefinimos nosso modo de existir na natureza pela própria dinâmica das relações sociais na história;
- O entendimento de que somos seres sociais que se fundam pela atividade humana no mundo tendo trabalho como momento determinante;
- A definição de educação como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que constituem a realidade;
- A finalidade de buscar a transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes em novas estruturas institucionais, com base para construção de distintos modos de se viver na natureza.

### 3.3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Como foi desenvolvido neste trabalho sobre a dimensão socioeducativa do Serviço Social, o assistente social é cada vez mais demandado para trabalhar na área socioambiental frente ao agravamento da questão ambiental enquanto

expressão da questão social. Seja diretamente na área ou impelido a tratar da questão ambiental nos mais diversos espaços sócio ocupacionais. A dimensão socioeducativa através das práticas pedagógicas do profissional, buscam trazer conscientização ambiental, participação social nos processos de gestão ambiental, entre outros.

a práxis pedagógica, como dimensão educativa de ação política, constituir-se-á como uma ação criativa sobre as relações de dominação vigentes nesse modelo de sociedade, produtora da miséria social e, em um maior espectro, da miséria ambiental responsável pela crise ecológica planetária da atualidade (Guimarães, 2009 *apud* Pelicioni; Philippi, 2005 p. 9)

Como constata Silva (2010, p. 149) em pesquisa durante o período de 2003 a 2008, “a profissão vem se inserindo no âmbito da gestão ambiental, com destaque para as atividades de educação ambiental, as quais constituem uma mediação do conjunto das ações neste campo”. Ao observar o cenário teórico de debates a respeito da EA, a autora também identifica essas duas vertentes mais fortes exploradas no item anterior, uma delas é vinculada à “adaptação da ordem - sendo esta uma visão largamente disseminada, sobretudo nos meios de comunicação” (Silva, 2010, p. 150). A outra, chamada de EA emancipadora, vincula-se à luta de classes, reconhecendo os segmentos mais pauperizados da sociedade como sujeitos políticos e foco das suas ações. Ou seja, não se restringe a mediação de implementação de ações socioambientais, mas ainda que transite no âmbito das políticas públicas ou até no setor privado, “realiza-se [...] como espaço de luta de autodeterminação dos sujeitos, pela radical democratização do poder político e da riqueza social e da necessária apropriação social (não privada) da natureza” (Silva, 2010, p. 151). Assim se,

constitui, portanto, um dos principais desafios ao Serviço Social desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é convocada a intervir: analisar os fundamentos de tais formulações, ao tempo em que se investigam os seus desdobramentos ideoculturais, junto aos usuários e à sociedade, impõe-se como tarefa precípua a todos os que se propõem a uma intervenção crítica (Silva, 2010, p. 152).

Silva (2010 p. 155) salienta que ao atuar na questão ambiental, o Serviço Social lida com demandas de caráter técnico-operativo voltadas às necessidades institucionais, que geralmente são imediatistas e mediados por normas. A gestão ambiental utiliza as habilidades dos profissionais de forma “psicologizante e

comportamental”, limitando o discurso ambiental aos interesses institucionais. Assim, as competências profissionais são orientadas pelo capital, com uma visão fragmentada e formal das várias formas de destruição ambiental. “Neste âmbito, a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais e a intervenção profissional se identifica à adoção de procedimentos formais, legais e burocráticos” (Guerra, 2007 *apud* Silva, 2010 p. 156).

A ausência (ou insuficiente) problematização das demandas estreita o leque de possibilidades da profissão, confinando-a a limites previamente estabelecidos. Assim, corre-se o risco de verem-se questões referentes ao lixo, à água, à energia, ao saneamento básico dentre outras, - as quais vêm requisitando cada vez mais o Serviço Social – serem tomadas em si mesmas, como problemáticas circunscritas aos limites territoriais específicos de uma dada área e deslocadas do universo complexo que implica a “questão ambiental” (Silva, 2010 p. 155-156).

Neste sentido, sobre os resultados esperados pelas expectativas institucionais frente a atitudes de usuários que continuam com práticas poluidoras, Silva (2010, p. 156) ressalta que é comum profissionais de programas de educação ambiental questionarem por que comportamentos poluidores e prejudiciais ao meio ambiente continuam, mesmo após várias ações educativas que explicam os impactos sociais e ambientais dessas atitudes, o que agrava as condições de vida das populações envolvidas e indaga:

como esperar que tais indivíduos desenvolvam comportamentos respeitosos ao meio ambiente quando este, na maioria das vezes se resume ao espaço doméstico e a natureza é tomada como algo abstrato, idealizado? Mais: Como isso seria possível na medida em que este indivíduo encontra-se apartado do meio natural e de sua própria espécie?

Aqui, a autora joga luz nos desafios enfrentados pelos profissionais nos processos de educação ambiental. Onde se pode reafirmar as práticas autoritárias da ordem, com base comportamental e individual, ou “empenhar-se na busca por romper as bases da alienação e favorecer a formação de uma consciência humano-genérica” (Silva, 2010 p. 157). Nesta segunda ainda pode-se indicar mudanças de atitude, mas que sobretudo encaminhem a uma direção de pensamento crítico, por onde os usuários (individualmente e coletivamente) “se apropriem de sua condição histórica e natural no sentido de romper o fosso entre ser social e natureza, sentido último da alienação a que estamos submetidos” (Silva, 2010 p. 157).

Nestes termos, uma proposição de exercício profissional balizada por um projeto profissional caucionado em valores emancipatórios permite aos assistentes sociais realizarem as escolhas ético-políticas sintonizadas com os valores universalistas, com a necessidade de superação da desigualdade social e com a “construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero” (princípio 8º do código de ética profissional) (Silva, 2010 p. 157).

Assim, o Serviço Social é chamado a responder ao agravamento da questão ambiental enquanto expressão da questão social juntamente a outras profissões que utilizam, principalmente a educação ambiental. E particularmente, também atendendo às demandas de mobilização e organização das comunidades que utilizam os serviços institucionais (Silva, 2010 p. 157).

Sobre o trabalho interdisciplinar, ao mesmo tempo decisivo, é de fato desafiante, por embarcar uma interlocução com multifacetadas habilidades e competências, exigindo maior claridade no escopo jurídico-político que rege o Serviço Social (Silva, 2010 p. 159). Assim, “o trabalho coletivo não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potenciar o trabalho conjunto” (Iamamoto, 2002 *apud* Silva, 2010 p. 159).

Retomando Mendes (2015, p. 6-8), a autora localiza o Serviço Social dentro da educação ambiental e sua práxis, apontando que o(a) assistente social se diferencia dos outros cientistas sociais, pois tem sempre seu horizonte a intervenção profissional e o saber produzido sobre a sua prática, assim, “em Serviço Social, o saber crítico aponta para o fazer crítico” (Baptista *apud* Mendes, 2015, p.7).

O trabalho do Serviço Social - SS na área da EA deverá ser pautado numa prática mediadora, intervintiva, orientadora, criativa e reflexiva, com base em suas dimensões: teórico-metodológica, através de planejamento, concepções críticas capazes de realizar uma análise concreta da realidade social; ético-política tendo como referencial o Código de Ética profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão, etc; e técnico-operativa, por meio do acolhimento, anamnese, entrevistas, estudo social, visita domiciliar, visita institucional (Mendes, 2015, p. 7).

Mendes (2015, p. 8-9) argumenta que o profissional do Serviço Social pode usar a EA em qualquer espaço que esteja inserido, que caiba sua utilização, pois pode proporcionar uma mudança na consciência de uma população sobre o meio ambiente, impulsionando os indivíduos à participação, sendo sujeitos atuantes nas decisões tomados sobre o seu território. A autora ainda aponta que há

entendimento do meio ambiente e da questão ambiental como algo além do “verde”, simplesmente, sendo entendido na totalidade do ser humano e da sua vida social, como explicado anteriormente na EA transformadora.

Santos e Araújo (2012) discorrem sobre o licenciamento e a educação ambiental como espaços de atuação do Serviço Social. Segundo as autoras, a regulamentação estatal do meio ambiente, como instituições de políticas públicas como expressão de direito social, é permeada de vários desafios. Principalmente o próprio atrelamento da questão ambiental com as bases da capacidade produtiva do sistema capitalista. A contradição é clara, não cabe ao Estado como expressão capitalista em meio a ideologia neoliberal, estabelecer limites ao desenvolvimento e expansão capitalista, ainda que destrutivo e anticivilizatório. Por outro lado, as autoras reconhecem que a PNMA como instrumento de controle sobre o uso e exploração de bens da natureza, como o licenciamento ambiental, “onde são encontrados os mais significativos avanços da legislação ambiental brasileira” (Santos; Araújo, 2012, p. 93).

Na observação do SISNAMA, da PNMA e da dinâmica do próprio CONAMA é visível que o licenciamento ambiental mereceu um tratamento mais cuidadoso e sistemático, quando comparado aos demais instrumentos de gestão pública do meio ambiente. Além de presente nesta legislação mais ampla, o licenciamento é regulado por um conjunto de resoluções do CONAMA, sendo uma das principais a 237/97, responsável pelo estabelecimento de etapas e condicionantes da licença (Santos; Araújo, 2012, p. 93).

A EA se consolidou nessa legislação como um dos principais elementos constituintes para a moderação devida dos processos de licenciamento e ainda contribuiu para a PNMA. Obrigatória em todos os níveis da educação pela PNEA, a EA está presente ainda como atividade obrigatória do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Santos; Araújo, 2012).

No que se refere ao processo de gestão ambiental, a presença da educação ambiental ganhou notoriedade e reconhecimento quanto à sua importância estratégica para a socialização de informações e conhecimentos, a autonomia dos grupos sociais, a participação popular e a democratização das decisões (Loureiro, 2009 *apud* Santos; Araújo, 2012 p. 94).

no contexto do licenciamento, [...] os conflitos de uso e distributivos se manifestam mais intensamente e imediatamente, explicitando com todas as cores os interesses em jogo e os projetos societários em disputa. Logo, o licenciamento é, nesse sentido, um momento de intervenção estratégico, merecedor de atenção por parte de educadoras e educadores ambientais (Loureiro, 2009 *apud* Santos; Araújo, 2012 p. 94).

Portanto, na análise de Santos e Araújo (2012, p. 97) sobre a intervenção do assistente social na política ambiental, com foco na educação ambiental no âmbito do licenciamento, nota-se a “confluência de princípios entre as orientações para uma educação ambiental emancipatória e a direção social do projeto profissional”. Os espaços de atuação profissional, incluindo a educação ambiental e o licenciamento, refletem disputas por diferentes projetos de sociedade. Segundo as autoras, nos últimos 30 anos o Serviço Social no Brasil tem se dedicado à democratização da gestão pública dos direitos sociais, vendo esses espaços como arenas de disputa por hegemonia, tendo o Serviço Social comprometido com a consolidação desses espaços de forma estratégica.

Desta maneira, atuar na educação ambiental, no licenciamento, pode ser o início para implementar outros instrumentos de gestão ambiental, principalmente em nível municipal, onde há mais fragilidades. A pauta ambiental se cruza com outras políticas públicas, como a relação entre gestão do lixo e saúde pública, ou o controle de recursos dos *royalties*<sup>12</sup>. (Santos; Araújo, 2012)

Outros desafios à democratização da política ambiental reforçam a ideia de que ela pode ser um campo fértil para a intervenção do Serviço Social. Nesse contexto, os profissionais da área têm contribuído com a formação de conselhos municipais, elaboração de planos, organização de conferências e assessoria a gestores em diversas políticas públicas.

[...] faz-se necessário assumir, mas também extrapolar os espaços dos conselhos. E reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais, mas não no trabalho de campo. É necessário ter a clareza de que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida a priori porque são espaços de disputa. Podem abrigar experiências democráticas [...] mas podem também alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública (Iamamoto, 2002 *apud* Santos; Araújo, 2012 p. 96).

Além disso, as autoras esclarecem que a inserção do Serviço Social na questão ambiental enriquece a profissão, pois revela mais um aspecto da

---

<sup>12</sup> “Os royalties são uma compensação financeira devida à União, aos estados, ao Distrito Federal - DF e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: **uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis**” (Brasil, 2024, grifos nossos). Embora os royalties representam somente 10% do valor arrecadado pela exploração e a maior parte dos repasses não seja especificada para a manutenção ambiental da área atingida, sendo direcionada aos estados para uso livre (G1, 2011).

reprodução da sociedade capitalista. A regulação dos recursos ambientais afeta diretamente a produção, ao confrontá-la com a limitação e controle dos bens da natureza. A atuação nesse campo vai além da distribuição, que é o foco da maioria das políticas de direitos sociais e onde se concentra grande parte do trabalho profissional do Serviço Social (Santos; Araújo, 2012 p. 99).

Além disso, a prática profissional do assistente social deve ser também preventiva e informativa, difundindo as temáticas ambientais. Cada vez mais o Serviço Social está sendo requisitado a promover a participação popular em empreendimentos que impactam diretamente ou indiretamente populações ao entorno, que são excluídas dos processos de tomadas de decisão.

Desenvolvendo esse trabalho pautado na EA crítica/transformadora, o Serviço Social traz a população para debates que englobam muito mais que as imediatas problemáticas envolvidas no cotidiano de uma comunidade, mas engloba e conecta esferas da sociedade como a indústria, o comércio, o consumo e outras formas que moldam a relação entre homem e natureza. Entender essa lógica ampliada sobre a questão ambiental em curso é fundamental para de fato aumentar a conscientização dos indivíduos para se tornarem sujeitos atuantes na preservação, proteção e recuperação do meio ambiente ao seu redor.

## 4. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

### 4.1 METODOLOGIA

A fundamentação teórica deste trabalho permitiu observar a formação e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão, a questão social e sua relação com a questão ambiental, ambas intrinsecamente conectadas pela lógica de produção capitalista. A educação ambiental emerge como uma prática multiprofissional, alinhada ao enfrentamento da crise ambiental agravada, colocando em foco aspectos sociais e ambientais para ampliar a conscientização sobre as causas do desastre ambiental que ocorre diante de nossos olhos, propondo, assim, novas formas de socialização que possam conter essa destruição.

A partir disso buscou-se encontrar em publicações de congressos do Serviço Social, trabalhos que relataram o fazer profissional do assistente social na educação ambiental ou a construção teórica recente da área neste assunto. A pesquisa foi bibliográfica, a partir do levantamento dos trabalhos produzidos e apresentados nos congressos da categoria: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). O período a ser analisado será das últimas 3 (três) edições de cada congresso: CBAS (edições de 2016, 2019, 2022) e ENPESS (edições de 2016, 2018 e 2022), totalizando 6 (seis) edições. Os materiais de análise foram resgatados a partir dos anais eletrônicos dos congressos, alguns disponibilizados online, nas páginas eletrônicas dos eventos, outros disponibilizados em mídia digital, entregues aos participantes.

O método utilizado para pesquisa dos artigos nos anais dos congressos citados foi aplicado da seguinte forma: pela pesquisa do descritor “educação ambiental” a partir dos títulos e palavras chaves dos artigos publicados. Sendo os congressos divididos em áreas temáticas, foi pesquisado nas áreas que envolvam tópicos de questão ambiental, territorial, urbana e rural e também na área da educação, cidadania e sociedade.

Além disso, buscou-se ainda pelos descritores “questão ambiental” e “socioambiental”, visando possíveis trabalhos socioeducativos do Serviço Social com interface na área ambiental. O objetivo foi encontrar artigos que continham: menção à educação ambiental; trabalho profissional na área socioambiental; análise acerca

da produção de conhecimento, diretrizes curriculares e formação profissional relacionadas à EA.

Assim, também foi considerada a possibilidade de identificar atividades que, embora não sejam explicitamente denominadas como educação ambiental, possam ser reconhecidas como tal. O objetivo é compreender como os profissionais interpretam esse conceito e verificar se, em suas práticas socioeducativas que envolvem a questão ambiental, essas ações são reconhecidas como educação ambiental.

A partir destes dados, portanto, foi possível construir uma ideia sobre a realidade do trabalho profissional dos assistentes sociais que envolve a prática da educação ambiental como disciplina de conscientização e expansão do saber popular sobre a questão ambiental e seus desdobramentos.

#### 4.2 COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa, foram coletados trabalhos que continham os descritores estabelecidos acima na metodologia, resultando na seleção de **24 artigos** que atendiam aos critérios buscados. Dentre esses, 9 artigos foram apresentados no CBAS de 2016, 2 no CBAS de 2019, 4 no CBAS de 2022; 3 no ENPESS de 2016, 5 no ENPESS de 2018, e 1 no ENPESS de 2022.

A análise do material coletado seguiu o seguinte processo: para aprofundar os detalhes das experiências profissionais relatadas, foram separados os artigos que focaram na atuação profissional. Dentre o material recolhido, **12 artigos** oferecem uma visão abrangente sobre o trabalho dos assistentes sociais na educação ambiental, destacando as atividades realizadas, os desafios enfrentados e outros aspectos importantes de sua atuação nesse campo. Considera-se a socialização dessas experiências muito importantes para esta pesquisa.

Outros **12 artigos** abordam e discutem a educação ambiental ou a questão ambiental, destacando aspectos como a dimensão socioeducativa, a formação profissional e a pesquisa bibliográfica relacionada à produção de conhecimento. Esses estudos conseguem evidenciar o debate no âmbito do Serviço Social sobre a

educação ambiental, bem como a construção teórica de práticas voltadas para a questão ambiental.

A estrutura dessa pesquisa foi dividida em três momentos: a socialização das experiências profissionais com atuação em educação ambiental; a discussão teórica da área sobre educação ambiental/questão ambiental; os resultados encontrados a partir dos dois pontos anteriores. Assim, nos item 4.3 e 4.4 o foco foi trazer uma relatoria do que foi mostrado nos artigos, a análise sobre os seus dados qualitativos será desenvolvida no item 4.5.

Os resultados foram observados pela busca dos: **1)** espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social que têm desenvolvido atividades de educação ambiental; **2)** quais as demandas desse trabalho; **3)** quais atividades são desenvolvidas; **4)** quais instrumentos e técnicas têm sido usado para a sua aplicação; **5)** qual perspectiva teórica parte a fundamentação dessas atividades; **6)** os objetivos, resultados e limites desses trabalhos. Estes pontos foram levantados no decorrer do texto juntamente a outras observações pertinentes sobre o conteúdo dos artigos.

Antes de prosseguir para a relatoria dos conteúdos dos artigos coletados, vamos trazer alguns dados quantitativos, importantes para observarmos posteriormente dados qualitativos. Estes dados contemplam os 24 artigos.

Na Tabela 1 são elencados as palavras chaves usadas pelos artigos, quantificadas pelo número que se repetem.

**Tabela 1:** Palavras chaves dos artigos e quantas vezes se repetem.

Serviço Social	19	Capitalismo	1
Questão Socioambiental	11	Assistente Social	1
Educação Ambiental	9	Emancipação Social	1
Questão Ambiental	7	Programa de promoção social	1
Formação Profissional	3	Preservação	1
Trabalho Profissional	3	Consultoria	1
Política/Legislação Ambiental	2	Projeto ético-político da profissão	1

Educação Ambiental Crítica	2	Política de assistência Social	1
Saneamento Básico	2	Força Aérea Brasileira	1
Sustentabilidade	2	Crise Ambiental	1
Produção de conhecimento	2	Pós-modernidade	1
Barragem	1	Resíduo Sólidos	1
Meio Ambiente	1	Crescimento Demográfico	1
Extensão Universitária	1	PROSAMIM	1
Questão Social	1		

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anais dos congressos (CBAS: 2016; 2019; 2022. ENPESS: 2016; 2018; 2022) (2024).

Na Tabela 2 foram contabilizados os autores que se repetem mais de uma vez em artigos diferentes nas partes usadas para fundamentação da questão ambiental e da educação ambiental.

**Tabela 2:** Autores mais utilizados para fundamentar a questão ambiental e a educação ambiental.

AUTORES	CITAÇÕES
Maria das Graças e Silva	18
Carlos Frederico Bernardo Loureiro	8
Marilda Villela Iamamoto	7
Marcos Reigota	6
Michael Löwy	5
Brasil (Lei 9.597/99)	6
István Mészáros	5
David Harvey	4
Isabel Cristina de Moura Carvalho	3
Mauro Guimarães	3
John Bellamy Foster	3
Mabel Mascarenhas Torres	2

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anais dos congressos (CBAS: 2016; 2019; 2022. ENPESS: 2016; 2018; 2022) (2024).

#### 4.3 RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO PROFISSIONAL

Estes artigos (12) tiveram como objetivo o relato direto de experiência profissional de assistentes sociais com EA e são riquíssimos como ponto de partida para observações acerca desse trabalho.

A respeito dos espaços sócio-ocupacionais que estes profissionais estavam inseridos, observa-se a Tabela 3:

**Tabela 3:** Espaços de trabalho dos assistentes sociais com interface com educação ambiental mencionados nos artigos.

Projeto de Extensão Universitária	3
Companhia de Saneamento Básico	2
Política de Assistência Social (CRAS)	2
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Setor de Educação Ambiental) / Secretaria do Verde e Meio Ambiente	2
Construtora (Empresa de fiscalização e implantação de engenharia)	1
Força Aérea Brasileira	1
Programa Social e Ambiental	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos anais dos congressos (CBAS: 2016; 2019; 2022. ENPESS: 2016; 2018; 2022) (2024).

Costa e Brito (2016) relatam em seu artigo a experiência vivenciada no Projeto de Extensão PROSSEA (Projeto de Extensão Serviço Social Educação Ambiental), com enfoque na contribuição do assistente social como educador ambiental. Este projeto, vinculado ao Centro Universitário Estácio da Amazônia, busca integrar o serviço social à educação ambiental, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente.

As atividades realizadas no projeto foram concentradas no CRAS da região, com foco em crianças e adolescentes do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e idosos do programa Cabelos de Prata, além de ações em uma escola municipal de ensino fundamental. As intervenções pedagógicas foram

desenvolvidas por meio de palestras, oficinas educativas e rodas de conversa, sempre com a intenção de promover a educação ambiental com enfoque na melhoria da qualidade de vida (Costa; Brito, 2016).

No relato de Silva, Cordeiro e Negreiros (2016) sobre sua atuação na rede pública de ensino é possível acompanhar o assistente social não somente como promotor de educação ambiental, mas como formador de educadores ambientais. Alocados em uma equipe multiprofissional na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAS) da Prefeitura do Recife - PE, especificamente no Setor de Educação Ambiental – SEA. Sua demanda partiu do “Programa Educar para uma Cidade Sustentável”, da Prefeitura de Recife. Este programa é focado em educação ambiental e atua em parceria com a Secretaria Municipal de Educação para formar educadores ambientais com vista a atuar na problemática ambiental local.

Os autores demonstram neste artigo que buscam realizar um trabalho pautado na educação ambiental que não somente contribui para a reafirmação da lógica do capital sobre a “sustentabilidade”, mas questiona a estrutura social.

Visando a mudança e o aprofundamento crítico desse modo de fazer a educação ambiental, realizamos o acompanhamento de forma a incentivar, junto aos professores, o fomento a uma consciência crítica para a elaboração e realização das atividades educativas com os alunos que contribuem para o entendimento acerca das problemáticas ambientais de modo a ultrapassar a imediaticidade. É possível perceber mudanças significativas na abordagem dessa problemática nas escolas, demonstrando que a prática do Serviço Social deve potencializar o exercício da educação ambiental emancipatória, de modo a questionar as bases da destrutividade ambiental e sua relação com a sociabilidade capitalista. Dessa forma, pois, o Serviço Social contribui para que a intervenção na “questão ambiental” não se paute em reformas pontuais, mas que esteja baseada na perspectiva transformadora, tendo como finalidade formar agentes políticos que compreendam o espaço no qual estão situados, e que intervenham na realidade a fim de transformá-la (Silva, R. et al. 2016 p. 2).

O artigo fomenta muito bem a história do movimento ambientalista no Brasil e o desenvolvimento da educação ambiental até sua compreensão crítica, utilizando muito dos trabalhos de Maria das Graças e Silva e Carlos Frederico B. Loureiro. Assim, reafirmando a intenção dos autores pela implementação de uma educação ambiental emancipatória, como ferramenta de transformação social. Naturalmente, os mesmos perceberam que muitas das atividades nas escolas refletem uma educação ambiental “instrumental”, que contribuiu para a “manutenção do sistema, realizando apenas ajustes, buscando corrigir detalhes defeituosos da ordem estabelecida,

mantendo intactas as determinações estruturais fundamentais do sistema de produção” (Mészáros, 2008 *apud* Silva, R. et al. 2016).

Em nossa intervenção buscamos ultrapassar tal abordagem, incentivando junto aos professores um olhar crítico sobre a “questão ambiental”. Ao realizar o nosso monitoramento, salientamos a importância de transpor os muros da escola, refletindo sobre as problemáticas em sua relação com o sociometabolismo do capital, buscando o diálogo com o global e com a vizinhança (local). De acordo com o projeto elaborado pela própria escola, a qual escolhe qual tema deseja trabalhar, buscamos dialogar sobre as problemáticas, expondo as suas mediações com a frenética expansão da produção capitalista. Observamos como está sendo desenvolvido o projeto, quais atividades são realizadas, se realizou parcerias com outras instituições como modo de fortalecer as ações do projeto, como também se trabalhou de modo crítico e interdisciplinar a discussão sobre o meio ambiente. (Silva, R. et al. 2016 p. 9).

Os autores destacam os bons resultados alcançados a partir dessa abordagem, observado maior capacidade de correlação entre os problemas ambientais locais dessa comunidade e o contexto mundial global em sua complexidade. E a partir disso fomentar ações da comunidade em defesa das áreas verdes e movimentos sociais da região. Embora não deixe de apontar os desafios que enfrentam como trabalhadores da rede pública frente ao sucateamento da educação pública que impede a realização dos seus projetos, como “falta de recursos financeiros [...], sobre a estrutura física precária, falta de material pedagógico, corte nos transportes escolares para realização de visitas de campo, sobrecarga de trabalho, entre outros” (Silva, R. et al. 2016 p. 10–11).

Tatiane Silva (2016) traz o relato de uma pesquisa da autora sobre a atuação de assistentes sociais na política socioambiental. Em si, ele não cita os resultados do estudo, somente a base teórica acerca da pesquisa que a autora utiliza. O estudo em si não foi encontrado para posterior análise, mas o objetivo principal da pesquisa foi estudar os fundamentos da questão socioambiental e conhecer a atuação dos(as) assistentes sociais diante desta questão na Secretaria do Verde e Meio Ambiente do município São Paulo/SP.

Sobre a educação ambiental na sua atuação, a autora cita a “educação ambiental crítica” (Silva T. 2016 p. 9) como parte da formação continuada do serviço social, onde a autora trabalha como educadora ambiental, compreendendo:

Do mesmo modo, o Serviço Social representa através de sua categoria profissional um projeto ético-político comprometido com a intervenção social, e ao entender a questão ambiental como uma das expressões da questão

social, objeto de seu trabalho, também possui o dever e compromisso de promover ações em prol dessa questão, incluindo assim nas suas mediações, o ecológico e o social. Assim, contribuindo através do papel de educador ambiental no trato das relações sociais, e para também desenvolver ações da justiça social e da sustentabilidade ambiental como parte neste processo. (Silva T., 2016 p. 10).

Micarla Duarte de Lima (2016) elabora seu relato sobre a atuação de uma equipe de assistentes sociais em um empreendimento na Barragem Oiticica em Jucurutu/RN. A construção dessa barragem envolve a desapropriação de uma área com cerca de 850 famílias de zonas rurais de três municípios do Estado. A realocação dessas famílias é compulsória, mediante acordos de novas terras e indenizações.

A equipe formada por três assistentes sociais é empregada pela empresa responsável pela supervisão da obra, KL engenharia. A atuação dos profissionais segue o Programa de Promoção Social e o Programa de Educação e Gestão Ambiental Participativa. O primeiro programa tem como objetivo minimizar impactos e oferecer às famílias que atualmente residem no território que será inundado um processo de reassentamento consensual, amigável e respeitoso, no qual seus direitos, desejos e expectativas sejam levados em conta ao estabelecerem seu novo local de moradia (Lima, 2016 p. 4).

Vale destacar os objetivos específicos desses projetos por demonstram tudo que se espera do assistente social neste trabalho:

- Formar e manter um sistema de participação popular para o acompanhamento das obras **e apoio ao processo de educação socioambiental;**
- Ministrar palestras, cursos, seminários e oficinas de divulgação e sensibilização ambiental junto às populações diretamente beneficiadas pela barragem;
- Capacitar e formar grupos multiplicadores ambientais;
- Preparar as famílias desapropriadas para a realização dos reassentamentos de forma consensual e amigável, com apoio social e logístico para que o processo de mudança ocorra de maneira natural e espontânea;
- Instruir as famílias reassentadas com sua nova condição de população vivendo em grupo, com problemas e objetivos coletivizado. (Lima, 2016 p. 4-5, grifo nosso).

#### Sobre o Programa de Educação e Gestão Ambiental Participativa:

- a. Elaboração de um Plano de Trabalho Geral, contemplando o detalhamento da metodologia proposta, atividades pertinentes ao programa de mobilização e educação socioambiental e sanitária, bem como o cronograma de seu desenvolvimento executivo;
- b. Reunião de planejamento e escalonamento de prioridades e estratégias;
- c. Seminário de apresentação do projeto às lideranças regionais;

- d. **Divulgação do programa através de comunicados, spots, convites, boletins informativos, folders, carro de som e mídias de rádio, redes sociais e visitas domiciliares às lideranças, representantes classistas, autoridades e públicos específicos;**
- e. Elaboração de um diagnóstico da realidade da área do projeto, a partir da coleta de dados secundários e levantamentos de campo, que se constitui no documento denominado de 'Marco Zero', configurando-se em um referencial para a população impactada;
- f. Palestras, cursos e oficinas com temas voltados ao meio ambiente e sua preservação, compreendendo tanto a zona rural como a zona urbana. Tais eventos direcionam-se de modo a atender o objetivo geral de sensibilização e capacitação da população alvo do processo de promoção social e educação socioambiental, especialmente das famílias a serem reassentadas e as comunidades rurais remanescentes que continuarão residindo na vizinhança do açude. Os candidatos preferenciais aos cursos e oficinas, são representantes de instituições sociais e líderes comunitários, cujo perfil apresente maior interface com os serviços desenvolvidos durante as obras e que venham a se constituir potenciais usuários destacados da água represada, como os Agentes Comunitários de Saúde, Professores e estudantes;
- g. **Elaboração e divulgação de boletins informativos sistemáticos destinados a população diretamente atingida pelas obras, e à população, em geral, contendo informações sobre o andamento das obras, conceitos ambientais e temas de interesse da população alvo;**
- h. **Elaboração de um vídeo educativo sobre a barragem, a realidade ambiental da região e a divulgação do empreendimento, com suas características e seus benefícios;**
- i. Produção de **Cartilha de Educação Ambiental e Cidadania**, tendo como foco principal o uso racional de água e a sustentabilidade do planeta;
- j. **Elaboração e execução de minucioso plano de utilização da mídia e das redes sociais a ser implementado através das emissoras de rádios regionais**, blogs e jornais de circulação regional, com amplo envolvimento de formadores de opinião local, e lideranças setoriais (Lima, 2016 p. 6-7, grifo nosso).

A autora ainda destaca todas as atividades realizadas pela equipe durante o empreendimento:

Isto posto, a Equipe Técnica composta por Assistente Sociais, através de abordagens qualificadas e respaldadas pelos princípios éticos da profissão, realizou ações de divulgação e sensibilização junto a população atingida. Para tanto foram realizadas visitas domiciliares em toda a área que compreende a bacia hidráulica, participou-se de audiências públicas e reuniões comunitárias, elaborou-se comunicados e boletins informativos, divulgou-se peças publicitárias e concedeu-se entrevistas nas rádios comunitárias da região, assim como também promoveu-se palestras e cursos de educação socioambiental nas escolas (Programa de Educação Socioambiental nas Escolas) e comunidades rurais (Multiplicadores Ambientais) (Lima, 2016 p. 7-8).

No que se refere à presença da educação ambiental na política de assistência social, Zonetti e Sant'ana (2016) demonstram sua experiência ao utilizar desse conceito nos espaços sócio-ocupacionais para promover a crítica à questão ambiental. Este trabalho foi desenvolvido com crianças do Serviço de Convivência Infantil da cidade de Franca-SP. A demanda do trabalho veio a partir da observação

dos profissionais que as crianças não tinham contato com o tema do meio ambiente, ou se tiveram, pelo viés “comportamentalista”, sobre a sua preservação. As atividades ocorrem de forma lúdica, trabalhando com materiais recicláveis para criação de brinquedos e ainda palestras de conscientização com profissionais convidados. Ao final, as crianças produziram dois robôs grandes com materiais recicláveis e foram incentivadas a organizar eleição para nomear as criações. Com autonomia do grupo, foi realizada uma eleição simulando etapas e processos de uma eleição real democrática e livre.

O debate sobre a questão ambiental no serviço social ainda é bastante incipiente, mas absolutamente necessário, afinal o caráter educativo do trabalho profissional tem grande potência de conscientização numa perspectiva crítica e de totalidade. O exemplo do trabalho realizado com as crianças de um programa da área da assistência social evidencia a assertiva acima. O nível de debate e conscientização realizado ficou bastante evidente já nas últimas oficinas desenvolvidas onde as crianças traziam elementos para pensar a questão ambiental a partir de suas vivências concretas de um bairro pobre e periférico (Zonetti; Sant'ana, 2016 p. 11)

No ENPESS de 2016, Zonetti (2016) publica outro artigo resultado da sua pesquisa com assistentes sociais que continuaram realizando trabalhos de educação ambiental na rede de assistência social de Franca-SP. O autor aponta preocupação com enfoque dos profissionais no tema preservação, pontuando a importância do aprofundamento na questão ambiental, justamente para não se perder no discurso do “Desenvolvimento Sustentável”. Segundo o autor, ações de educação ambiental com viés crítico de fato devem servir de incentivo para pensar o mundo em sua totalidade. Sendo ecologia básica e coleta seletiva temas a serem explorados, mas não o foco de uma atividade de Educação Ambiental.

O artigo de Souza (*et al*, 2016, p. 1) debate a questão socioambiental na Força Aérea Brasileira (FAB), focando no trabalho do Serviço Social e seus desafios. As profissionais relatam seu trabalho principalmente nas missões ACISO (Ação Cívico-Social) que tem por objetivo “cooperar com as comunidades na solução dos seus problemas mais prementes, incluindo os serviços de cunho social oferecidos aos cidadãos”. Assim, serviços estatais e de ajuda humanitária eram oferecidos às essas populações que muitas vezes encontravam-se isoladas em locais de difícil acesso.

Destacam-se como importantes desafios para a realização destas missões: a questão territorial, o clima de algumas regiões, a dificuldade no acesso

aos transportes públicos e, no caso específico das populações ribeirinhas, as consequências trazidas com as cheias dos rios, em que se apresentam as doenças infecto-parasitárias. Este quadro, somado a restrição de hospitais e centros de atenção social, retratam o cenário encontrado pelas equipes responsáveis pela operacionalização das ACISO. Tal realidade, desconectada historicamente com as necessidades e demandas locais, emergem como fatores de agravos às condições de vida dos moradores das comunidades abarcadas com as referidas missões (Souza et al, 2016 p. 10).

Embora este artigo não cite a educação ambiental diretamente, o mesmo reconhece que no seu trabalho junto a comunidade em diversas missões, a questão ambiental estava fortemente presente e muitas vezes não endereçada. Sendo esta inerente à questão social quando se analisa como um todo a vida do sujeito. Assim, os autores observam a urgente e necessária ampliação do debate da questão ambiental dentro das Forças Armadas e a atuação nestas missões visando a aproximação com as populações e instâncias do Estado para reformulação das políticas públicas de proteção social e ambiental gestadas na sociedade brasileira (Souza et al, 2016).

Dentro do material coletado, certamente há um artigo que mais se aproxima da experiência de estágio do autor desta pesquisa em uma companhia de saneamento, acompanhando uma assistente social que trabalhava com educação ambiental. Raiol e Esperante (2019) descrevem sua experiência de estágio na Companhia de Saneamento do Pará. Através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), gerido pela Caixa Econômica Federal e com atuação no Programa Saneamento Para Todos. Neste programa o assistente social segue o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), que estabelece os objetivos e o escopo do projeto, sendo este profissional o responsável Técnico Social. Este projeto exige como prerrogativa para o financiamento das obras de saneamento básico algumas ações específicas, dentre elas ações de educação ambiental.

As autoras definem a partir da suas experiências, os maiores desafios neste campo:

Dante deste cenário, apontamos como desafios: ultrapassar o discurso de participação reduzida às ações do PTS (Projeto de Trabalho Socioambiental); deflagrar uma prática participativa com a população intervencionada; considerar constantemente os temas que surgem e interferem na localidade intervencionada; empenhar-se para o reconhecimento social do profissional nas comunidades; e realizar práticas aliadas à dimensão ético-política da profissão. Outros desafios associados à reestruturação produtiva podem ser observados, como: a flexibilização do trabalho e a instabilidade profissional (Raiol; Esperante, 2019 p. 8)

Na mesma área de trabalho, Zanini e Giometti (2022) buscam debater a atuação do assistente social no saneamento básico a partir dos relatórios de Projetos de Trabalho Social em obras de saneamento em Santa Catarina, no ano de 2015. Estes trabalhos também eram financiados pela Caixa Econômica Federal e seguiam as diretrizes do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) da instituição. O estudo também aborda trabalhos de consultoria de assistentes sociais à empresas executoras dessas obras.

No seus estudos, os autores observaram que um dos desafios postos aos assistentes sociais presenciados por eles, foi o “claro decréscimo nos gastos nos PTTS, principalmente em relação aos profissionais de Serviço Social e as ações propostas para educação ambiental” (Zanini; Giometti, 2022 p. 6).

Retomando a uma experiência com extensão acadêmica, Dutra (*et al*, 2022) relata a experiência de estudantes de Serviço Social no programa “Aonde foi parar meu Lixo?” do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da Universidade Federal Fluminense (Nesa/UFF). O público alvo foram moradores de bairros populares de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. A demanda do projeto veio a partir de observações feitas por pesquisas pela Nesa/UFF que identificaram uma crença da população que as inundações e alagamentos na região eram causados pela ausência de cuidado no descarte de materiais sólidos.

Vocacionados pelos próprios moradores das regiões afetadas, no município de Campos dos Goytacazes- RJ, o que se observa é que tais relatos se constroem de forma apartada de análises críticas que levem em consideração as condições objetivas, econômicas, culturais, políticas e ideológicas presentes nos espaços, o que torna os indivíduos vulneráveis às premissas inerentes ao capital, tendo em vista que ele favorece a destituição dos instrumentos que garantem emancipação política por meio da valorização do individualismo e da fragmentação das classes subalternas (Dutra *et al*, 2022 p. 4)

Assim o projeto foi desenvolvido com a finalidade de abordar questões relacionadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos direitos humanos, auxiliando no desenvolvimento de uma visão crítica dos indivíduos, especialmente no que se refere à compreensão e às responsabilidades com o ambiente em que vivem (Dutra *et al*, 2022).

Dessa forma, e sem a expectativa de um alcance rápido dos objetivos propostos, os debates teóricos assentaram-se nos preceitos da educação

popular e da **educação ambiental crítica**, especialmente pelas abordagens realizadas pelos autores do livro “**Caminhos e descaminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**”, organizada por **Luiz Antônio Ferraro Junior**, e publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2005. O projeto procurou elaborar novas maneiras de interpretar a realidade socioambiental a partir da relação estabelecida entre indivíduos e ambiente, do papel do Estado e das políticas públicas como meios de acessos aos direitos (Dutra *et al*, 2022 p. 4, grifos nossos)

As atividades foram realizadas primeiramente com a capacitação de voluntários, incluindo estudantes de serviço social. Esses agentes multiplicadores foram capacitados com base no livro citado acima, organizado por Ferraro Junior, e estes foram responsáveis pelo planejamento e execução de oficinas.

Tendo início com uma dinâmica sobre o bairro, assuntos como a coleta de lixo e a coleta seletiva no município de Campos; identificação do lixo doméstico e seus impactos no ambiente e na comunidade; principais aspectos que permeiam a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a produção dos riscos e a injustiça ambiental, além de reflexões sobre as diversas formas funcionais do sistema capitalista, sobretudo no incentivo ao consumo exacerbado e a sua vinculação à destruição dos recursos naturais foram abordados (Dutra *et al*, 2022 p. 5)

O artigo detalha como foram realizadas as oficinas e como as atividades contribuíram para motivar os usuários a repensar a estrutura social e os processos desiguais de distribuição de riscos e produção de vulnerabilidades sociais associados à questão ambiental e social. Além de envolver vários agentes da comunidade como integrantes de cooperativas de catadores de recicláveis em um espaço de reflexão sobre as dificuldades dessa categoria (Dutra *et al*, 2022).

A partir dessa experiência de implantação de educação ambiental crítica, as autoras constatam que há a fragilização da noção de responsabilidade coletiva e da consciência de que os direitos fazem parte da vida cidadã. Isto a partir de práticas que valorizam o individualismo e contribuem para o avanço de forças neoliberais. Por isso, é essencial criar espaços que possibilitem a construção de intervenções políticas a partir da realidade concreta, oferecendo oportunidades para romper com mecanismos que aprofundam a desintegração das classes subalternas (Dutra *et al*, 2022).

Nunes (2016) pesquisa sobre a atuação do assistente social na área socioambiental a partir dos artigos publicados nos ENPESS de 2002 a 2014. Nesta pesquisa a autora identifica algumas áreas de trabalho que convocam assistentes

sociais neste campo, como: empresas causadoras de impacto social; processos de remanejamento de populações atingidas; **educação ambiental**; comunicação social; atendimento à população migrante; relacionamento institucional com comunidades; relatórios de impacto ambiental; avaliações socioeconômicas (populações atingidas); acompanhamento de comunidade para manutenção de serviços de coleta seletiva, uso de água e energia, e “disseminação de normas de comportamentos relacionados à preservação do meio ambiente” (Rafael, 2008 *apud* Nunes, 2016 p. 7). Sobre este último ponto, o autor destaca o caráter contraditório da profissão no campo da educação ambiental especificamente:

[..] o trabalho dos assistentes sociais está, eminentemente, voltado para os processos pedagógicos e os resultados da sua atuação significam, por um lado, uma melhoria na qualidade de vida do seu público-alvo, e, por outro, incidem no alcance dos objetivos institucionais: consolidação de uma imagem socioambientalmente responsável das empresas e otimização dos seus negócios (RAFAEL, 2008 *apud* Nunes, 2016 p. 7).

Um ponto interessante que o autor traz nesta pesquisa é um relato acerca da atuação de assistentes sociais no Banco Santander em ações de sustentabilidade.

A autora, além de questionar a concepção de sustentabilidade dos profissionais e da empresa, identificou que o papel do Assistente Social nesta área consistia em oferecer para a organização uma leitura apropriada das demandas sociais, bem como ser um “educador”. Referiram ações da empresa de proteção ao meio ambiente, a exemplo de plantio de árvores e mutirões de limpeza em margens de rios, bem como citaram algumas ações e campanhas de conscientização ambiental para os funcionários, a exemplo de incentivar à economia de água e energia elétrica; à coleta seletiva; adoção do uso de papel reciclável, além do projeto “Carona Amiga”. (Mendes, 2010 *apud* Nunes, 2016 p. 8).

#### **4.4 TRABALHOS TEÓRICOS DA ÁREA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Estes artigos tiveram como objetivo a construção teórica de educação ambiental a partir do Serviço Social e também relacionam questão ambiental/socioambiental à dimensão socioeducativa e a formação profissional. Nessa etapa buscou-se socializar a discussão desenvolvida pelos autores sobre a educação ambiental e suas propostas e conclusões acerca do tema.

Lima (*et al*, 2016) analisa a importância da questão socioambiental na atualidade, traçando os desafios para o Serviço Social. O artigo evidencia o agravamento da questão ambiental nos últimos tempos frente ao avanço capitalista envolto na ideia de sustentabilidade, rasa e ineficaz. Buscou-se desenvolver a

história da educação ambiental no mundo, sua evolução e sua implantação no Brasil.

Os autores desenvolvem a educação ambiental a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória,

O trabalho com a EA - Educação Ambiental é um valoroso instrumento para a efetivação da cidadania e conscientização a importância desta educação é tão evidente que envolve, direta e indiretamente, os mais amplos setores da sociedade, dessa forma, pertinente em várias etapas da vida do cidadão e é uma dimensão educativa que reúne valores político-ideológicos que são necessários para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a cidadania ativa (Lima *et al*, 2016 p. 5).

A partir do debate de Isabel Cristina de Moura Carvalho, os autores referem a educação ambiental como ferramenta educativa:

Ao constituir-se como prática educativa, a EA posiciona-se na confluência do campo ambiental e as tradições educativas, as quais vão influir na formação de diferentes orientações pedagógicas no âmbito da EA ou, dito de outro modo, produzir diferentes educação ambientais. Contudo, é importante não esquecer que esse encontro entre o ambiental e o educativo, no caso da EA, se dá como movimento proveniente do mundo da vida [...] não puramente da biológica, mas de vida refletida, ou seja, do mundo social. (Carvalho, 2004 *apud* Lima *et al*, 2016 p. 5).

A atuação do assistente social, guiada pelo código de ética e pelo projeto ético-político da profissão, oferece uma grande contribuição para a sociedade por meio de suas intervenções. Trabalhando em várias áreas e com diferentes grupos da sociedade, utilizando atividades socioeducativas como uma maneira de promover mudanças e contribuir para a educação ambiental (Lima *et al*, 2016 p. 7).

O trabalho socioeducativo tem sido utilizado tanto na abordagem individual, na abordagem grupal. Bem como no reconhecimento do território. Sob essa perspectiva não há atuação preestabelecida, ou seja, a ação profissional é construída e reconstruída cotidianamente [...]. O trabalho socioeducativo demarca, na relação assistente social – usuário, a ultrapassagem da visão de problema individual para demandas de atendimento, ou seja, amplia-se a visão, articulando-se os problemas apresentados pelo usuário, a realidade e os limites da organização onde o assistente social presta serviço. (Torres, 2009, *apud* Lima *et al*, 2016 p. 7)

Hirai (*et al*, 2016) discute o trabalho do assistente social com a educação ambiental:

Embora não configure um campo de intervenção exclusivo dos assistentes sociais, a educação ambiental – como foco de programas voltados ao meio ambiente – ganha forma através de campanhas educativas, da realização

de seminários, oficinas, reuniões e vem adquirindo visibilidade na agenda profissional seja no âmbito da pesquisa, criando novos objetos de estudo seja na intervenção cotidiana em projetos e programas socioambientais. Este processo, que incide no mercado de trabalho, criando novas demandas, reafirma o caráter pedagógico da profissão, tencionando as intencionalidades profissionais e o projeto de classe que portam (Silva; Rafael, 2010 *apud* Hirai et al, 2016 p. 10-11).

Assim, o Serviço Social tem se destacado como trabalhador no enfrentamento de questões socioambientais, apesar de ser uma área relativamente nova para a intervenção da profissão. O assistente social é visto como um profissional capacitado para lidar com as expressões da questão social, e esse desafio tem sido encarado de forma positiva, contribuindo para a qualificação profissional. Ao adotar a educação ambiental como uma ferramenta de intervenção, o assistente social garante que os princípios estabelecidos no código de ética sejam assegurados aos cidadãos (Hirai et al, 2016 p. 12-13).

No trabalho intitulado ‘Novas Lentes Novos Olhares: a educação ambiental frente a questão ambiental”, de Silva e Giometti (2016), as autoras propõe exatamente uma um novo olhar sobre a questão ambiental, trazendo a ética como ponto central para esse “trocar de lentes”:

A ética ambiental analisa nossos deveres morais diante dessas questões: quais os direitos e obrigações que temos quanto ao meio ambiente, e os temos por quê? Parece que temos obrigações de cuidado ambiental derivadas do respeito aos que, como nós, vivem hoje, aos que viverão no futuro e, também, a entidades do próprio ambiente. Há filósofos e ambientalistas se dedicando a cada um desses comportamentos e há muito bom material produzido. Um fato importante é que os avanços do conhecimento científico a respeito do funcionamento de biomas e ecossistemas podem influenciar muito as posições, atitudes e estratégias da ética ambiental (Azevedo, 2010, *apud* Silva; Giometti, 2016, p. 8).

As autoras apontam a crise socioambiental global como proporcionando de um despertar para a questão a partir de uma perspectiva ética, considerando que as mudanças só ocorrerão quando houver reflexões acerca dessa necessidade. Nesse sentido, a ética ambiental orientará tanto a construção quanto o aprimoramento do direito ambiental, assim como sua efetivação. A utilização do direito ambiental como ferramenta para a educação ambiental será fundamental para fomentar o diálogo sobre a ética em relação ao meio ambiente, visto que ele funciona como um aparato teórico que guia a legislação ambiental, visando assegurar que as gerações presentes e futuras tenham acesso aos recursos naturais indispensáveis para a continuidade da vida (Silva; Giometti, 2016, p. 8)

O desenvolvimento da educação ambiental deve também ser política pública, sendo isso imprescindível para efetivação da legislação ambiental, porque através dela é que se consegue desenvolver a conscientização, estabelecendo um aprendizado novo que venha substituir essa cultura de não pertencimento a natureza. E a partir desse novo aprendizado, criar também novos valores éticos, costumes individuais e coletivos, os quais desenvolvam ações concretas no trato com o Planeta que desemboquem em respeito, equidade, prudência, responsabilidade e solidariedade (Silva; Giometti, 2016, p.11)

Teixeira (2022), a partir do estudo da atuação do assistente social na questão socioambiental, elabora o panorama do trabalho profissional nesta área e chega na educação ambiental como ferramenta essencial para tal. A autora enfatiza o fato da questão ambiental estar presente em qualquer espaço sócio-ocupacional do serviço social, não somente em áreas correlacionadas.

Apesar de não ser possível aprofundar, aqui, a discussão sobre a pedagogia do Serviço Social destaca-se também a importância da educação ambiental que, se trabalhada de um modo crítico, tem potencialidades essenciais com vistas à construção de novas formas de produzir a vida em sociedade, educação ambiental esta que pode ser realizada em qualquer espaço sócio-ocupacional da profissão (Teixeira, 2022, p. 10).

Silva (2018) busca refletir sobre os desafios enfrentados pelo Serviço Social no enfrentamento da questão socioambiental brasileira. Assim como a maioria dos artigos coletados nesta pesquisa, o autor destrincha o panorama de catástrofe ambiental frente à produção capitalista e o papel do serviço social frente a este cenário.

[...] os/as assistentes sociais no conjunto das transformações societárias, podem se basear na dimensão de totalidade e de mediação Marxista para formular a capacidade de interpretação do mundo concreto a sua volta, buscando respostas crítico-reflexivas frente a problemática socioambiental, pautando-se nas estratégias de intervenção de caráter coletivo e educativa no combate aos elementos ideológicos e políticos impulsionadores da crise socioambiental. Por isso, diante da necessidade de uma gestão ambiental num regime democrático, deve-se proporcionar o compartilhamento de poder decisório entre atores sociais – sociedade civil organizada, Estado e comunidade local, valorizando o saber científico e popular e a origem identitária das tradições culturais (Silva, 2018 p. 11).

O autor em sua conclusão chega na educação ambiental, indicando como uma das vertentes para o combate da questão ambientalposta no momento histórico. Complementando que os espaços que o Serviço Social tem ocupado na linha de frente em relação ao enfrentamento das questões socioambientais consistem, essencialmente, na gestão pública democrática de políticas públicas, que são estrategicamente voltadas para a formação de uma sociedade participativa,

crítica e reflexiva. Através de uma educação ambiental transformadora, busca-se contribuir para o desenvolvimento da emancipação humana (Silva, 2018 p. 17).

O artigo de Santos (2018) sem dúvida poderia ser um dos mais ricos para esta pesquisa. A autora realizou uma investigação sobre o debate teórico acerca da inserção do assistente social nas escolas e analisou a contribuição do profissional na área da Educação Ambiental no ambiente escolar. O material da pesquisa foram os anais do ENPESS de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.

A autora, pelo material recolhido na pesquisa, verificou os trabalhos desenvolvidos com educação ambiental e destaca:

As áreas de atuação para o Serviço Social na Educação Ambiental são ligadas à gestão e coordenação de projetos e políticas ambientais, assessoria a organizações ambientais, ações pedagógicas e educativas, mobilização de comunidades e trabalhos ligados ao controle social no âmbito de Conselhos de Meio Ambiente, entre outras. Essas áreas também podem ser articuladas no ambiente escolar juntamente à equipe profissional desenvolvendo ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, subsidiadas por uma gama de conhecimentos e de atribuições que dão suporte à profissão de Serviço Social (Santos, 2018 p. 13)

Nossa pesquisa atingiu os objetivos e confirmou a hipótese que o Serviço Social pode contribuir com o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental nas escolas por meio de ações socioeducativas, assim como na gestão e planejamento das atividades do projeto político pedagógico. A partir da pesquisa, assevera que o Serviço Social é uma profissão com capacitação para atuar nessa área e se baseia nos princípios ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos (Santos, 2018 p. 16).

Santos (*et al*, 2018) certamente traz uma das mais ricas contribuições para a pesquisa. Os autores, assistentes sociais ou com formação em Serviço Social, promovem um estudo sobre o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM). O Programa trabalha para amenizar os impactos das ocupações irregulares nas margens dos igarapés, resultante da expansão rápida e excessiva da malha urbana de Manaus-AM. O artigo ainda traz como foco o trabalho de educação ambiental como de conscientização da população alvo do programa.

Sobre as condições de moradia das famílias atendidas pelo programa:

As famílias residem em palafitas de estrutura precária, construídas em áreas de alto risco, suscetíveis a inundações periódicas, são pessoas que em sua maioria são vítimas do desemprego estrutural ou do trabalho precarizado, com acesso mínimo aos serviços de saúde, educação e assistência social. Em suma, trata-se de uma parcela da sociedade à qual

não é oferecida condições para o exercício de seus direitos e cidadania (Santos *et al*, 2018 p. 7)

O Programa tem como objetivo a revitalização ambiental e urbanística das áreas ocupadas, manejando a realocação das famílias em novas moradias ao entorno do mesmo local.

Devido diversas obras serem de caráter repetitivo, o PROSAMIM foi concebido como um programa global de múltiplas obras, cujas ações visam melhorar as condições ambientais e de saúde através da reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimentos de água potável, coleta e disposição final de esgotos e lixos, educação sanitária e ambiental da população; melhorar as condições de moradia através de soluções habitacionais adequadas, implantação de áreas recreativas, e aumento da capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas no Programa, bem como a incorporação da participação comunitária no processo de tomada de decisões (Santos *et al*, 2018 p. 6).

Sobre a educação ambiental presente no programa, segundo os dados da Unidade Gestora de Projetos Especiais (gestores do programa) (Santos, 2008 *apud* Santos *et al*, 2018), o objetivo dessa frente de trabalho é auxiliar na transformação de comportamentos e valores que possam influenciar positivamente a qualidade de vida da comunidade atendida, promovendo e incentivando uma reflexão crítica e engajada nas atividades que estimulem tanto a participação ativa quanto a organização coletiva.

A principal crítica dos autores sobre a frente de trabalho na EA é a falta de continuidade das ações. Embora as ações sejam implementadas, a participação comunitária é superficial, pois as iniciativas não são contínuas, o que impede o desenvolvimento de uma sensibilidade ambiental e corresponsabilidade. Além disso, as atividades são desassociadas de relações humanas e cultura, uma vez que só questões de meio ambiente são levantadas. Assim, os autores chegam a conclusão da pesquisa:

Nesse contexto, verifica-se um processo superficial de conscientização e educação ambiental e social, no que tange à complexidade das relações humanas – sua identidade e sentimento de pertencimento social –, e ambientais – a relação dos sujeitos com o meio. Logo, é perceptível a necessidade de políticas e programas que priorizem a preservação da identidade social da população, a começar pelo acesso a bens e serviços. Ressalta-se, em todo esse processo, a emergência de medidas que fomentem ações voltadas às práticas de educação ambiental, a fim de promover atitudes que sejam fruto da construção de consciência crítica e reflexiva que venham a impactar real e positivamente no espaço ocupado pelos sujeitos e no meio ambiente como um todo (Santos *et al*, 2018 p. 10-11).

#### 4.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A respeito dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social que têm desenvolvido atividades de educação ambiental, como mostra a tabela 3, foi possível observar: **Verifica-se que não há um espaço sócio ocupacional ou uma área definida somente que o assistente social pode desenvolver educação ambiental.**

Observou-se que, em projetos de extensão universitária, docentes e discentes de Serviço Social têm desenvolvido a Educação Ambiental (EA) a partir das unidades com a comunidade externa. Assim, embora sejam profissionais atuando em instituições de ensino superior, parte desse trabalho é realizada fora do ambiente acadêmico. A exemplo do trabalho de Costa e Brito (2016), no CRAS da sua região.

Juntamente com outros artigos que relatam trabalhos na política de assistência, como o de Zonetti e Sant'ana (2016), ficou claro nesta pesquisa que a educação ambiental pode se apresentar necessária em todos os campos de trabalho do assistente social. Partimos do pressuposto, com base na fundamentação teórica da questão social e questão ambiental desenvolvida neste trabalho, que o tópico meio ambiente é algo que impacta a vida de todos, especialmente as populações mais pauperizada que enfrentam as piores condições de moradia, acesso à água potável, saneamento básico, alimentação natural, qualidade de vida, entre tantos outros. Fica claro que mais e mais, com o avanço da destruição capitalista sobre o meio ambiente, que nos atendimentos do Serviço Social, demandas relacionadas diretamente ou indiretamente à questão ambiental irão sem dúvida se mostrar presentes. Seja na saúde, na assistência social, na educação, na saúde mental, na área militar, na saúde do trabalhador, na justiça, entre outros.

Basta observar a história recente do Brasil, como as enchentes históricas no Rio Grande do Sul e os grandes incêndios no inverno de 2024. Todas essas catástrofes geram absoluto caos social, atingindo milhares de famílias que perdem sua moradia e todos os seus pertences, ficando a mercê do Estado e da solidariedade nacional. Segundo o IPEA (2024), 876,2 mil pessoas, em 420,1 mil domicílios, foram atingidas diretamente pelas enchentes, onde 138,8 mil destas famílias já estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica antes. Além das

questões da política ambiental com impacto direto sobre os direitos humanos, como acontece com o Povo Yanomami frente a flexibilização e desmonte dos órgãos indigenistas e de proteção ambiental promovido pelo governo de Jair Bolsonaro.

Cálculos revelados pelo relatório da HAY apontam que o garimpo ilegal na TI Yanomami cresceu 3.350% entre 2016 e 2021, estando associado ao aumento da malária, da desnutrição infantil, contaminação humana e ambiental por mercúrio e aumento da exploração sexual. [...] No início de 2023, o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas, presidido por Sônia Guajajara, divulgou que cerca de 570 crianças da TI Yanomami foram mortas pela contaminação por mercúrio, desnutrição e fome no governo de Jair Bolsonaro (Fiocruz, 2024).

Destacou-se o trabalho de assistentes sociais em Secretarias de Meio Ambiente e Sustentabilidade por apresentar trabalhadores alocados diretamente no setor de Educação Ambiental. Inclusive como profissionais formadores de educadores ambientais no ambiente formal escolar. Interessante pontuar aqui que estes assistentes sociais que são trabalhadores concursados, são aqueles que por mais tempo vão trabalhar a educação ambiental durante sua carreira no mesmo município. Observamos isto, pois em outros espaços sócio ocupacionais do Serviço Social não diretamente voltados à educação ambiental, o profissional só pode desenvolver essa frente se outras demandas mais urgentes e imediatas não forem parte constante do seu trabalho, algo raro na realidade da profissão. Isso pressupõe, por exemplo, que em uma UBS todos os casos acompanhados estão demandando um nível de atenção que possibilite o profissional desenvolver outras atividades além do cotidiano. Dentro da escolha dessas atividades, observando a realidade do espaço onde se insere, é provável que se o profissional não tenha um olhar para a questão ambiental, é provável que opte por outra temática para trabalhar com os usuários. Por isso é importante a elevação da consciência profissional acerca dos efeitos da questão ambiental, mesmo que estes não apareçam sempre de imediato.

Em outros postos de trabalho que têm a educação ambiental como parte da demanda, observamos e como iremos mostrar mais a frente, que estes profissionais estão muitas vezes alocados em frentes de trabalho de grandes empreendimentos de saneamento básico, que embora possam durar vários anos, eventualmente o trabalho há de ser concluído. Em outras palavras, há a constatação a partir das observações desta pesquisa, que muitos empregos de assistentes sociais na área ambiental podem ser definidos pela duração de um empreendimento, havendo sua

conclusão, irá depender da relação de trabalho do profissional sua permanência no emprego.

O campo mais singular destacado na pesquisa foi o trabalho na Força Aérea Brasileira, que revelou assistentes sociais engajados em missões de cunho social em áreas de grande vulnerabilidade, muitas vezes ambientalmente degradadas, promovendo assistência social e levando até eles serviços públicos não acessíveis a essas populações. O artigo de Souza (et al., 2016) ressalta a importância da observação dos assistentes sociais quanto à necessidade de reforçar a relevância e a observância da questão ambiental em suas atividades. Além disso, destaca a importância de trazer essa preocupação para outras instâncias da Força Aérea, buscando promover mais ações e colaborações com o Estado. Ressaltamos, ser plausível que esses profissionais possam chamar a atenção para o tema dentro da corporação justamente por meio da Educação Ambiental, promovida entre os agentes. Ao analisar o perfil populacional dos usuários atendidos e identificar que a questão ambiental está profundamente entrelaçada com as expressões da questão social enfrentadas por essa população, tal constatação pode ser comunicada aos demais oficiais por meio da educação ambiental.

Ademais, sem dúvida a área que mais apresentou demanda para assistentes sociais que diretamente requisita trabalhos de educação ambiental é na área de construção civil com impactos ambientais e sociais, como obras de saneamento básico e implementação de barragens. Estas obras têm grande impacto em comunidades, especialmente quando é necessária a realocação de famílias inteiras em obras de barragens.

O assistente social, como demonstrado na pesquisa, é requisitado como responsável técnico do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) ou como parte da equipe de trabalho. Estes planos são elaborados pela instituição executora seguindo parâmetros estabelecidos e aprovados pela instituição financiadora, sendo no caso de obras de saneamento básico, a Caixa Econômica Federal através do PAC. A título de exemplo, abaixo há as atividades demandadas para o profissional coordenar ou executar no Projeto de Despoluição do Rio Paraibuna, executado pela Empresa de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (CESAMA), instituição onde o autor desta pesquisa realizou estágio.

**Mobilização e Comunicação:** Veiculação de Propaganda em emissora de TV; Veiculação de Spot em emissora de rádio; Veiculação de publiceditorial em jornal local; Veiculação de informações nas redes sociais da PJF e Cesama; Seminário Municipal; Exposição sobre Rio Paraibuna; Exposição sobre Rio Paraibuna; Atividades de Capacitação para o público interno da Cesama; Construção de um banco de contatos de especial interesse para divulgação de informações.

**Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção:** Distribuição de circular informativa/ comunicação em carro de som; Afixação de faixas, placas informativas e cavaletes de sinalização; Instalação de corredores de segurança; Monitoramento Técnico para Segurança.

**Educação Socioambiental:** Estande Itinerante; Concurso Cultural; Oficinas de educação ambiental; Intervenções breves de educação ambiental; Distribuição de materiais educativos nos eventos de educação ambiental (Prefeitura de Juiz de Fora, 2024, p.5).

Algo a ser destacado é a demanda para o assistente social por produção e distribuição por meio físico e digital de materiais de divulgação que em si também tem o objetivo de promoção de educação ambiental, mas não somente isso, um trabalho de divulgação do empreendimento. Um trabalho de comunicação social ampla e que pede habilidades de confecção de materiais digitais, como cartilhas, imagens e vídeos. Isso também é abordado na obra de Lima (2016), que aponta a obrigatoriedade da veiculação de informações em canais de comunicação. Nesses casos, a composição da equipe de trabalho socioambiental designada pode variar. No exemplo de Lima (2016), há apenas assistentes sociais diretamente envolvidas. As autoras não mencionam se há uma equipe de jornalismo/comunicação da empresa para auxiliar no contato com a imprensa, no design e na criação de materiais digitais de divulgação (tanto da obra quanto de educação ambiental). No caso da CESAMA, sendo a assistente social a responsável técnica, ela tinha a responsabilidade de coordenar as ações de comunicação, com o apoio do departamento de comunicação institucional, composto por jornalistas, além dos seus estagiários.

Outro desafio para assistentes sociais na área já podia ser esperado, a contradição da profissão entre o estatuto assalariado da profissão e a sua direção ético-política (Iamamoto, 2015). Como Nunes (2016, p. 7) precisamente pontua na sua pesquisa, profissionais contratados para cumprir determinados objetivos institucionais, que pode ser em prol da consolidação da imagem institucional de grandes empresas como “sustentáveis” ou “socioambientalmente responsáveis”. Estes com certeza são os espaços sócio-ocupacionais que apresentam maior

tensão entre estes objetivos institucionais e o que seriam os objetivos defendidos pela profissão, podendo inviabilizar o desenvolvimento, no caso em análise, de uma educação ambiental crítica. Como coloca Nunes (2016), muitas das ações de educação ambiental inseridas neste cenário buscam desenvolver iniciativas como campanhas de plantio, mutirões de limpeza, campanha de economia de água e outras abordagens que se aproximam da educação ambiental conservadora.

Em empreendimentos saneamento e barragens de especificamente, a própria obra tem grandes impactos ambientais sobre uma grande área e ainda maior nas populações que vivem no local. Há um discurso empresarial de que estes impactos são calculados no projeto e aprovado previamente dentro da legislação ambiental, mas são conhecidos os impactos socioambientais deste tipo de construção<sup>13</sup>. Então a defesa da empresa sempre será pelo “progresso” que a obra proporciona e pela legalidade dada a ela pelo Estado. Isso acaba aparecendo como uma questão para o assistente social frente a contradição entre a orientação política da profissão em defesa da classe trabalhadora e sua condição de trabalhador assalariado.

Em 2023 o Governo Lula anunciou o novo PAC, com previsão de 34 bilhões de reais em investimentos nos sistemas de água e esgoto do Brasil. São esperados cerca de 8,5 bilhões de reais anualmente entre 2023 e 2026 com vistas a chegar às metas de acesso à água e coleta e tratamento de esgoto até 2033 (Trata Brasil, 2023). Portanto, é de se esperar que mais assistentes sociais sejam demandados para trabalhar em projetos de implementação para mediar os impactos sociais e promover envolvimento social e educação ambiental vinculadas a estes projetos.

Como podemos observar, **as demandas profissionais dos assistentes sociais na EA são muito variadas**. Se, por um lado, esta demanda pode partir diretamente das observações do profissional acerca da realidade onde atua, ou seja, a questão ambiental transversal às demandas que atende, o profissional também é demandado especificamente para a educação ambiental, como educador ambiental ou formador de educadores ambientais. Em resumo, a pesquisa aponta para demanda vindas de grandes empreendimentos com impacto ambiental como obras

---

<sup>13</sup> A construção de barragens no Brasil tem causado recorrentes violações de direitos humanos, agravando desigualdades sociais e resultando em miséria e desestruturação das populações afetadas. Segundo os órgãos fiscalizados, 5.086 barragens foram classificadas por categoria de risco. Outras 6.577 por Dano Potencial Associado, sendo que 909 estão classificadas simultaneamente como categoria de risco e dano potencial associado altos (MAB, 2024).

de saneamento e barragens; política ambiental, principalmente à nível municipal para atuação em Secretarias de Meio Ambiente; à nível de docência, com projetos de extensão e pesquisa sobre EA; Programas Sociais e Ambientais; ou, como apontado, a partir do próprio assistente social implementando ações de educação ambiental no seu espaço sócio-ocupacional, se observar que a questão ambiental é importante para as demandas apresentadas.

É importante pontuar que a demanda por trabalho de assistentes sociais com EA parece ser raramente exclusiva nessa área, a exemplo do trabalho em grandes empreendimentos como projetos de barragem, a educação ambiental é parte da demanda, havendo também diversas facetas do trabalho profissional, como atendimentos, orientação à população, encaminhamentos a serviços, entre muitas outras.

**Sobre as atividades que estão sendo desenvolvidas, nota-se que o modo de se desenvolver a educação ambiental pode variar muito a depender do espaço e contexto.** No trabalho de Zonetti e Sant'ana (2016), na assistência social, os autores realizaram 22 encontros com diversas atividades, muitas delas pautadas na reutilização de materiais recicláveis para confecção de brinquedos para as crianças.

Todas as atividades foram acompanhadas por dinâmicas que acompanhavam uma instrumentalidade lúdica, ou seja, materiais devidamente elaborados para cada encontro que propiciasse a interação coletiva. Vale dizer que o viés comportamentalista foi utilizado como introdução para a tentativa de se alcançar os fundamentos da questão ambiental que, indubitavelmente, está na mercantilização da produção realizada pelo sistema capitalista (Zonetti; Sant'ana, 2016 p. 9).

Já na educação formal, as atividades também tendem a seguir o padrão das salas de aula e do método utilizado pelos professores. Santos (2018) mostra que a inserção do assistente social na educação amplia a rede de conexões da escola para a comunidade:

A equipe técnica, mais precisamente, com a inserção dos/as Assistentes Sociais na escola, pode formular alternativas estratégicas para inserção da Educação Ambiental na educação formal, a exemplo de oficinas de formação e apresentação de vídeos, criação de cartilhas envolvendo a comunidade escolar, discentes e docentes, mas também as instituições da comunidade numa relação intersetorial com a rede de políticas sociais. (Santos, 2018 p. 12).

Em trabalhos com comunidades, as atividades podem variar ainda mais, desde algo mais formal em salas de aula, até atividades corriqueiras pela vizinhança, como distribuição de cartilhas informativas. Novamente, é necessário usar como exemplo o PTTS da Cesama, onde na educação ambiental, se pede atividades como: “Estande Itinerante; Concurso Cultural; Oficinas de educação ambiental; Intervenções breves de educação ambiental; Distribuição de materiais educativos nos eventos de educação ambiental”.

Podemos destacar que atividades como palestras e aulas expositivas foram as mais comuns citadas pelos artigos pesquisados. Ademais, o planejamento das ações de EA também foram realizadas por assistentes sociais, assim como o conteúdo em materiais informativos para distribuição e para veiculação em canais jornalísticos.

Assim é possível afirmar que os **instrumentos utilizados por assistentes sociais para a educação ambiental irão variar drasticamente em relação ao contexto em que seu trabalho se insere**. A maior parte dos autores focou em relatar a fundamentação teórica utilizada para dar suporte ao ensino de educação ambiental. Porém, pode-se notar que palestras expositivas, atividades lúdicas e materiais de divulgação físico e digital foram os instrumentos mais utilizados.

**Sobre a fundamentação, é plausível constatar que o serviço social busca se orientar pela tradição marxista e pela educação ambiental crítica/transformadora para a realização das atividades.** Pelo menos 9 artigos citam diretamente essa vertente da EA como fundamentação para as suas ações. Pode-se observar esta constatação na tabela 2 desta pesquisa, com os autores mais usados para a fundamentação teórica da questão ambiental e da educação ambiental. Maria das Graças e Silva, foi referenciada por 18 dos 24 artigos, sendo a obra mais utilizada, o livro “Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético político ao Serviço Social”. Nesta obra a autora explora Marx e autores marxistas para fundamentar a questão ambiental e também explora a educação ambiental no Serviço Social.

O autor Carlos Frederico Bernardo Loureiro é o segundo mais citado, aparecendo em 8 materiais de pesquisa e o principal autor a fundamentar a educação ambiental no viés crítico em todos os trabalhos. Já Marilda Villela

Iamamoto também foi usada, aparecendo em 7 trabalhos, pois além da fundamentação do serviço social, grande parte não deixou de relacionar a questão ambiental à questão social.

Nos relatos de trabalho profissional, alguns autores trazem na conclusão dos artigos **os resultados que obtiveram a partir dos objetivos esperados com as ações de educação ambiental, assim como os limites desses trabalhos.** Observou-se que os trabalhos sobre prática profissional, onde os autores discriminam os resultados obtidos, que este foram em todos os casos bem sucedidos, a exemplo, os trabalhos de Silva (R. et al. 2016), Zonetti e Sant'ana (2016) e Dutra (et al, 2022). Como mostrado também, estes trabalhos partiam da educação ambiental crítica como fundamentação, portanto tinham como objetivo de expandir o entendimento da questão ambiental para além do meio ambiente distante das cidades, trazendo-a para próximo da população atendida de maneira a interligar os aspectos sociais e aproximar o ser humano novamente da natureza. Contemplando outras formas de produção e socialização que de fato contribuíram para o fim da crise ambiental.

Zanini e Giometti (2022) destacam, a partir da sua pesquisa com projetos de trabalho social em obras de saneamento básico, o grande corte observado por eles no orçamento para a execução do PTTS. Estes cortes atrapalham a execução de atividades em geral dos profissionais e principalmente atividades que exigem infraestrutura, como estandes de educação ambiental em eventos. Além de que, trabalhos em regiões com obras afetam um grande número de pessoas, não somente das residências próximas, mas muitas vezes bairros e até cidades inteiras quando grandes avenidas sofrem interferência para obras de saneamento. Isto exige que toda a equipe tenha que se deslocar para ampliar a rede de comunicação direta e de educação ambiental sobre o empreendimento.

Outro ponto importante a destacar é que não foram encontrados nos artigos pesquisados importantes menções sobre movimentos sociais de resistência frente ao acirramento da questão ambiental, como o MST, o MAB, ou de luta indígena. Movimentos importantíssimos para o desenvolvimento da proteção ambiental e necessários para o futuro da humanidade. Como exemplo, o MST que luta para garantir o direito à reforma agrária, conquistado por milhares de famílias

camponesas assentadas, promovendo a democratização do acesso à terra como forma de combater a concentração fundiária. Além disso, o movimento impulsiona a produção sustentável de alimentos, promovendo a agroecologia como prática agrícola que respeita o meio ambiente e garante a segurança alimentar de milhares de outras famílias em centros urbanos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do agravamento da questão ambiental mundialmente, as soluções de sustentabilidade e energia limpa já não são reconhecidas por grande parte da comunidade internacional como a via que salvará o planeta e a humanidade a tempo, antes das consequências do efeito estufa, do desmatamento de biomas inteiros, da enorme perda de biodiversidade e todos as outras consequências nefastas para a vida na terra.

Frente a contagem regressiva para mudanças irreversíveis no clima do planeta, ações que verdadeiramente promovam a sustentabilidade ambiental, o acesso universal à alimentação saudável, a educação, ao lazer, a eliminação das desigualdades sociais e a erradicação da miséria, são cada vez mais urgentes. assistentes sociais têm um grande papel a desempenhar nesse momento de urgência, tanto como formuladores e executores de políticas sociais e ambientais eficazes, quanto organizador das classes subalternas, fomentando uma consciência crítica que possa ser oposição à lógica dominante de exploração da natureza e do homem pelo homem.

Há muito ainda para se construir na área acadêmica sobre educação ambiental a partir do Serviço Social. Se a construção sobre questão ambiental ainda é considerada pequena, a dimensão socioeducativa atrelada a ela é ainda menor. Reforçamos a absolutamente necessária aproximação de profissionais, docentes e discentes à movimentos sociais como o MST e o MAB, entidades de pessoas que lutam diariamente pela democratização da terra, pela qualidade de vida, pela alimentação natural e pela liberdade dos trabalhadores da exploração capitalista. A educação ambiental considera crítica, precisa conhecer e ampliar a difusão das práticas da agroecologia desenvolvida pelo MST e a relação dos assentados com a terra onde produzem, que de fato é sustentável.

Ademais, no campo profissional fica evidente a necessária atuação do assistente social em vista para a mobilização e organização popular, articulando a dimensão socioeducativa da profissão à questão ambiental através de ações que levem a este objetivo. Pois é pela dimensão socioeducativa que o profissional tem a possibilidade de fortalecimento da consciência crítica em comunidades afetadas. Esse processo se desenvolve tanto no nível coletivo, por meio da organização

política e da luta por direitos, quanto no individual, ao proporcionar acesso à informação e a políticas públicas, mas começa na mobilização popular pelo seu protagonismo de reivindicações.

A utilização de estratégias de comunicação, como destacam Abreu e Cardoso (2009), se apresenta como um recurso poderoso no campo socioeducativo. Através de mídias escritas e audiovisuais, informações relevantes sobre a realidade social e ambiental que afetam essas comunidades podem ser disseminadas de maneira acessível e crítica, favorecendo a conscientização e a organização popular. Isso reforça a importância de dar visibilidade às condições de vida e aos desafios enfrentados por essas populações, promovendo a coletivização de suas demandas.

É sobre ser possível levantar vozes nos debates públicos para fortalecer a participação popular fundamentais para democratizar os espaços coletivos e criar condições para que esses grupos possam competir com outros projetos de organização social. Além disso, é importante que esses profissionais respeitem o tempo e o potencial político dos envolvidos, desenvolvendo um trabalho que atenda às necessidades imediatas dessas comunidades, mas que também projete soluções de longo prazo, como a universalização do acesso a direitos (Mioto; Lima, 2011).

Esse tipo de atuação ganha ainda mais relevância quando integrada principalmente em contextos onde comunidades são impactadas por desastres, como no caso de barragens. No exemplo do município de Mariana, estado de Minas Gerais, onde assistentes sociais foram contratados para atuar junto a famílias atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, essa abordagem mostra-se imprescindível. Neste caso ainda há a formação de um verdadeiro campo de batalha entre as grandes corporações de mineração, como a VALE, e os atingidos. Organizações como a Fundação Renova são criadas para representar as empresas causadoras do desastre na reparação social e ambiental causada por elas. Neste cenário há a formação de uma assessoria de representação e estudo técnico por parte da empresa e outra por parte dos atingidos, buscando uma legítima representação que coloque suas demandas. Assim, formando uma disputa de como e quando a reparação às milhares de famílias será feita. Em ambas as frentes há assistentes sociais trabalhando. No caso da Fundação Renova, pode se formar uma enorme tensão entre os assistentes sociais e a instituição que

requisita deles a formação de uma imagem institucional socialmente e ambientalmente responsável. A salvação da tragédia que ela mesmo causou. Uma contradição que o profissional encontra nos espaços sócio-ocupacionais, mas sem deixar que se perca de vista o compromisso com a direção ético-política profissional, reforçando os direitos dos atingidos e potencializando suas reivindicações de reparação junto a empresa.

Reforçamos novamente a grande importância também de assistentes sociais atuarem na formação de educadores ambientais em espaços multidisciplinares com as ciências biológicas, da saúde, psicologia e outras áreas que também podem construir educação ambiental a partir dos próprios referenciais. Afinal, como entendemos durante essa pesquisa, a questão ambiental está fortemente ligada à questão social, se expressando transversalmente não somente nas demandas do serviço social, mas de diversas profissões que também atuam na saúde, na assistência social, na educação e áreas afins.

Será cada vez mais recorrente e necessário a atuação de assistentes sociais tanto diretamente com a questão ambiental, como observado nos resultados da pesquisa, quanto indiretamente, em todos os campos sócio ocupacionais que se inserem. Se já se reconhece a importância da questão ambiental para a observar a totalidade da sociedade humana e entender suas contradições, o fazer profissional precisa também observar isto no seu cotidiano, por exemplo as consequências dos efeitos no clima na saúde da população atendida.

Reforçamos que cabe ao profissional identificar o quanto a questão ambiental afeta especificamente cada usuário ou grupo de usuários. O assistente social, com sua formação generalista, pode atuar em diversas áreas e precisará desenvolver um conjunto de habilidades para atender às necessidades dos usuários. No entanto, muitas demandas são mais urgentes e imediatas. Dada a precarização do trabalho dos assistentes sociais no Brasil, frequentemente não há espaço para abordar a questão ambiental, pois esses profissionais já enfrentam uma carga pesada de responsabilidades. Contudo, o ponto a ser levantado é que a educação ambiental não necessariamente é sobre desenvolver um programa, um conjunto de atividades ou uma disciplina de longo prazo que ampliem a consciência do usuário sobre a questão ambiental. A educação ambiental pode ser desenvolvida em maior ou

menor grau ao longo da prática profissional, presente nas orientações aos usuários, na campanha informativa, nos atendimentos pessoais em ou grupo, em qualquer área mencionada.

Constata-se por esta pesquisa a participação de assistentes sociais na educação ambiental como forma de ampliação da conscientização acerca da questão ambiental, através da sua dimensão socioeducativa, como estratégia de mobilização popular por reivindicações na política ambiental em todos os níveis, para a conquista de uma relação de produção verdadeiramente sustentável com o planeta. Fica claro que a profissão tem muito a contribuir na área, como já se faz, e ainda mais se considerarmos a possibilidade de mais assistentes sociais fazendo a formação de educadores ambientais provenientes de diversas áreas em um trabalho multidisciplinar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel et al. Mobilização social e práticas educativas. ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, p. 593-608, 2009.

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. do S. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social Brasileiro. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **30 anos do Congresso da Virada.** Brasília, 2012.

AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?**. Annablume, 2006.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social.** São Paulo: Editora Cortez, 2010.

BEM, Eveline Teles; PEREIRA, Fabiana Damasceno de Macêdo. As questões ambientais da atualidade e a prática profissional do assistente social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: CBAS, 2019.

BERGER, Mariana Cavalcanti Braz. A questão ambiental e a produção do conhecimento em serviço social: uma análise dos periódicos da área. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória: ENPESS, 2018.

BEZERRA, Cristina Simões. Cultura e hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos. **Cadernos de Estudos ENFF. Gramsci e a Formação Política**, 1. ed. São Paulo: Impressão Cromosete, v. 5, p. 109-163, 2012.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenio e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, p. 153-165, 1996.

BORDIN, Erica Monteiro Do Bomfim. Questão ambiental e a produção do conhecimento em periódicos na área do Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Online. **Anais...** Online: CBAS, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília,

DF, 28 abr. 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 26 set. 2024.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** Brasília, 2011. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf). Acesso em: 29/08/2024

COSTA, Erika Santos; BRITO, Lady Mara Lima de. Serviço social e educação ambiental: a experiência no Projeto de Extensão Serviço Social e educação ambiental do Centro Universitário Estácio da Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais...** Olinda: CBAS, 2016.

DIAS, Genebaldo Freire, 1949- **Educação Ambiental:** Princípios e práticas. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Gaia, 2001.

DUTRA, Adriana Soares et al. Educação ambiental crítica em ação: a experiência do projeto de extensão “Aonde foi parar o meu lixo?”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Online. **Anais...** Online: CBAS, 2022.

FIOCRUZ. O garimpo ilegal e o genocídio yanomami. **Mapa de Conflitos:** Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, [S. l.], p. 1-1, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami/>. Acesso em: 2 out. 2024.

GROSSI, Mônica Aparecida. Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista. **Libertas**, v. 9, n. 1, 2009.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **Dimensão ambiental na educação.** 8<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

G1. Entenda como funciona o pagamento de royalties do petróleo no Brasil. **G1**, [S. l.], p. 1-1, 7 jan. 2011. Disponível em: [https://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1283318-9356,00-ENTENDA+COMO+FUNCIONA+O+PAGAMENTO+DE+ROYALTIES+DO+PETROLEO+NO+BRASIL.html#](https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1283318-9356,00-ENTENDA+COMO+FUNCIONA+O+PAGAMENTO+DE+ROYALTIES+DO+PETROLEO+NO+BRASIL.html#). Acesso em: 2 out. 2024.

HARVEY, David. (2005). **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola. 2º Edição.

HIRAI, Wanda Griep; SILVA, Livia Aparecida Ferreira da; PONTES, Jordana Ranielle Alves Araujo. O homem e sua relação com a natureza e o surgimento da educação ambiental como uma demanda para o serviço social. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais...** Olinda: CBAS, 2016.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Celats, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela (org.). **Serviço Social: Questão Social, Território e Política Social.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: [https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/DURIGUETTO\\_9786589512363.pdf](https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/DURIGUETTO_9786589512363.pdf). Acesso em: 02 jan. 2023.

IPEA. 876 mil pessoas foram diretamente atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Desenvolvimento Social, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, p. 1-1, 17 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15183-876-mil-pessoas-foram-diretamente-atingidas-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul#:~:text=Um%20estudo%20inédito%20divulgado%20pelo,em%20estado%20de%20calamidade%20ou.> Acesso em: 3 out. 2024.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálysis**, v. 20, p. 84-92, 2017.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio 92 e a Rio+ 20. **ComCiência**, n. 136, p. 0-0, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LIMA, Maria José de Oliveira; VIEIRA, Camila Barbosa; SILVA, Antonio Inácio da. Trabalho profissional do assistente social frente à questão socioambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, [Local]. **Anais...** Brasília, DF: CFESS, 2016.

LIMA, Micarla Duarte de. Atuação da equipe socioambiental da KL Engenharia na barragem Oiticica – Jucurutu/RN. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais...** Olinda: CBAS, 2016.

LIMA, Natanael Gomes et al. Analfabetismo ambiental: a percepção dos docentes e discentes sobre o ambiente de uma escola do município de Guaraí-TO. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 23, n. 1, p. 198-224, 2018.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação:** um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012. — (Coleção questões da nossa época ; v. 39)

LOUREIRO, C. F. B. Contribuições teóricas para pensar a prática da educação ambiental em uma perspectiva crítica-transformadora. **Educação Ambiental e**

**Serviço Social:** O PEAC e o Licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente/organizadores Nailsa Maria Souza Araújo, Josiane Soares Santos, Maria das Graças e Silva, Editora UFS Aracaju, 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Transformadora. In: **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Ambientalismo e lutas sociais no Brasil.** Revista Libertas, n. 3, 2004.

MAB (Brasil). LUTAS. **Movimento dos Atingidos por Barragem**, [S. I.], p. 1-1, 1 jan. 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/lutas/>. Acesso em: 2 out. 2024.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

MENDES, Lívia da Silva. **A práxis do Serviço Social na área da educação ambiental.** 18° Semana de Mobilização Científica: Direitos Humanos, Ética e Dignidade, [s. I.], 2015.

MENEZES, Amanda Nairara de; MARTINS, Renas de Moraes. Questão ambiental e serviço social: um debate necessário: relatos de experiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: ENPESS, 2016.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Portaria 21. Brasília, 22 jan. 2014

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-48, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/textos>. Acesso em: [data de acesso].

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 2006. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em: 29/09/2024

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2006. 257 p. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

NUNES, Letícia Soares. **A discussão da ação profissional na questão socioambiental.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: ENPESS, 2016.

NUNES, Letícia Soares; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **O serviço social e a questão socioambiental.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., Vitória, ENPESS, 2018.

ONU (Brasil). **ONU alerta: o mundo não está cumprindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Nações Unidas Brasil, [S. l.], p. 1-1, 1 jul. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/272903-onu-alerta-o-mundo-nao-esta-cumprindo-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 3 out. 2024.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. **Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da educação ambiental.** Educação ambiental e sustentabilidade, 2005.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA. Assinado em 22 de Agosto de 2024. **Projeto de Trabalho Técnico Social:** Proposta de Reprogramação, [S. l.], 22 ago. 2024.

RAMOS, Tamara Duarte. **A dimensão socioeducativa do trabalho profissional do assistente social: uma análise crítica a partir do cotidiano profissional nos centros de referência de assistência social de Juiz de Fora/MG.** Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023. Dados eletrônicos (1 arquivo: 4,6 MB).

RAIOL, Ariane Helena Coelho; ESPERANTE, Lia Rocha de Sousa Gomes. **O serviço social e a atuação técnica socioambiental: uma experiência dentro do programa saneamento para todos.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: CBAS, 2019.

SANTOS, Agatha Caroliny Flexa dos; et al. **Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social: o crescimento urbano e o programa social e ambiental dos igarapés de Manaus – PROSAMIM.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: ENPESS, 2018.

SANTOS, Débora Rodrigues. **A atuação do/a assistente social na educação ambiental: contribuições para a implementação de uma educação ambiental crítica.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: ENPESS, 2018.

SANTOS, J. S. et al. O Serviço Social e a gestão pública do meio ambiente. **Educação ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente,** v. 2, p. 67-104, 2012.

SILVA, Bismark Oliveira da. **Particularidades político-ideológicas da crise socioambiental e os desafios contemporâneos ao Serviço Social.** In:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2018, Vitória. \*\*Anais...\*\* ENPESS, 2018.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. ISBN 978-85-249-1621-2. 2010.

SILVA, M. das G. et al. **Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI.** Educação ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente, v. 2, p. 19-38, 2013.

SILVA, Maria das Graças. **Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista:** apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. Serviço Social & Sociedade, p. 428-446, 2015.

SILVA, Maria das Graças. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental” : o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social / Maria das Graças e Silva.** – Recife : O Autor, 2008

SILVA, Rebeca Gomes de Oliveira; CORDEIRO, Mikaelle Gondim; NEGREIROS, Erica Paula Elias Vidal de. **Educação ambiental e serviço social: os desafios do exercício profissional junto à rede pública de ensino.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. Anais... Olinda: CBAS, 2016.

SILVA, Tatiane Pereira da. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o serviço social.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. Anais... Olinda: CBAS, 2016

SILVA, Tatiane Pereira da; GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis. **Novas lentes, novos olhares: a educação ambiental frente à questão ambiental.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. Anais... Olinda: CBAS, 2016.

SILVA, Tatiane Pereira da. **A questão socioambiental na formação profissional em serviço social.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17., 2022, Rio de Janeiro, RJ. Anais... Rio de Janeiro: ENPESS, 2022.

SOUZA, Lilian Angélica da Silva et al. **A questão socioambiental e os desafios contemporâneos para o Serviço Social na Força Aérea Brasileira.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. Anais... Olinda: CBAS, 2016.

TRATA BRASIL. **Novo PAC: como impacta o saneamento básico?**. Trata Brasil, [S. l.], p. 1-2, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/novo-pac-como-impacta-o-saneamento-basico/#:~:text=O%20novo%20PAC%20prevê%20que,estados%2C%20municípios%20e%20setor%20privado>. Acesso em: 24 set. 2024.

TEIXEIRA, Larissa Cardozo. **Questão socioambiental: trajetória da política ambiental brasileira e possibilidades de atuação do Serviço Social.** In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Online. **Anais...** Online: CBAS, 2022.

TORRES, Mabel. **O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social: concepções e atividades desenvolvidas.** *Libertas*, v. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18306/9533>. Acesso em: [07/07/2024].

VIEIRA, Liszt. **A vida ameaçada: da destruição ambiental ao ecossocialismo.** Le Monde Diplomatique Brasil, [S. I.], p. 1-1, 29 maio 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/da-destruicao-ambiental-ao-ecossocialismo/>. Acesso em: 1 out. 2024.

UFJF. Jardim Botânico. **Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental do Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora**, [s. I.], abr. 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/jardimbotanico/institucional/projeto-politico-pedagogico/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ZANINI, Ruth Gnecco; GIOMETTI, Analúcia Bueno Dos Reis. **O trabalho do assistente social no saneamento básico: temas para debates.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Online. **Anais...** Online: CBAS, 2022.

ZONETTI, Vitor Moretti. **A atuação ambientalista do serviço social: a presença da educação ambiental na política de assistência social de Franca SP.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: ENPESS, 2016.

ZONETTI, Vitor Moretti; SANT'ANA, Raquel Santos. **A questão ambiental e o serviço social: um debate a partir da presença da educação ambiental na política de assistência social de Franca-SP.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda. **Anais...** Olinda: CBAS, 2016.